

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL



Ano VII - Nº 6 - Brasília, 2013

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL



Ano VII - Nº 6 - Brasília, 2013

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL - Nº 6

- EXPEDIENTE -

Diretor da Revista: Afonso Ligório Pires de Carvalho

Conselho Editorial: Afonso Ligório Pires de Carvalho - Presidente, Adison do Amaral, Jairo Valladares, Mercedes Kothe, Tarcizio Dinoá Medeiros, Victor Alegria e Wilson Wander Lopes.

Coordenação e Revisão: Jarbas Silva Marques.

DIRETORIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL

Presidente: Affonso Heliodoro das Santos - **1º Vice-Presidente:** Jarbas Silva Marques

2º Vice-Presidente: Raimundo Nonato da Silva - **Secretário-Geral:** Lourierdes Fiúza dos Santos

1º Secretário: Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira - **2º Secretário:** Napoleão Valadares

1º Tesoureiro: Leon Frejda Szklarowsky - **2º Tesoureiro:** Fábio de Sousa Coutinho

1º Diretor de Biblioteca: José Santiago Naud - **2º Diretor de Biblioteca:** Nina Tubino

Diretor de Publicações: Afonso Ligório Pires de Carvalho – **Orador Oficial:** Fagundes de Oliveira.

Conselho Fiscal

Titulares: Lincoln Magalhães da Rocha - Presidente, Kurt Pessek e Raul Bernardo Nelson de Senna.

Suplentes: Sérgio Mário Pasquali, William de Almeida Carvalho e Márcio Cotrim.

Conselho Consultivo

Luiz Carlos Fontes de Alencar - Presidente, Alberto Martins da Silva, Anderson Braga Horta,

Clóvis Sena, Danilo Gomes, José Carlos Brandi Aleixo, José Luiz de Moura Pereira,

Osmar Alves de Melo e Romeu Barbosa Sobrinho.

Secretário Executivo: Oswaldo Sergio – **Secretária da Presidência:** Agnes de Lima Leite.

Comissão de Admissão e Ética

Jarbas Silva Marques - Presidente, Anderson Braga Horta, Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira,

Napoleão Valadares e Raimundo Nonato da Silva.

Comissão de História e Geografia

Manoel Soriano Neto

Departamento de Patrimônio

Vera Lúcia Ferreira Ramos

Conselho para Preservação de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade - Conbras

Affonso Heliodoro dos Santos, Danton Eifler Nogueira, Ernesto Silva (presidente ad vitae), Eugênio Pedro Giovenardi, Galdino Moreira Filho, Heliete Ribeiro Bastos, Jarbas Silva Marques,

José Santiago Naud, Lourierdes Fiúza dos Santos, Luiz Van Beethoven Benício de Abreu,

Marcel Vieira de Camargo, Márcio Cotrim, Osmar Alves de Melo, Paulo Castelo Branco,

Raimundo Nonato da Silva, Roberto Castello, Saulo Santiago Manso Pereira.

Vera Lúcia Ferreira Ramos e Wilson Wander Lopes.

Equipe Educacional

Cleusa Neves da Silva Lopes, Darcy Dornelas de Farias, Denise Cêlho Silva,

Flávia Maria Wilke Cotrim, Manoel Martins Pereira e Telma de Fátima Ferrão de Lima

Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal

SEP/Sul - Eqs. 703/903 - Conjunto "C" - Brasília-DF - CEP: 70.390-039

Tel. (61) 3224-6544 - 3226-6873 - Tel/Fax. (61) 3224-8467

E-mail: ihgdf@terra.com.br - Site: www.ihgdf.com.br

SUMÁRIO

Editorial	
- <i>Afonso Heliodoro dos Santos</i>	005
De Bolívar a Kubitschek: O Despertar da América Latina	
- <i>Afonso Heliodoro dos Santos</i>	009
Os Vaqueiros que mudaram a Geografia do Brasil	
- <i>Afonso Ligório Pires de Carvalho</i>	019
O Primeiro General Médico Goiano	
- <i>Alberto Martins da Silva</i>	025
Os “Erros” de Castro Alves	
- <i>Anderson Braga Horta</i>	029
Marcha Terrestre no Itinerário Salvador-Brasília por Destacamento da 6ª Região Militar para participar da Inauguração da Nova Capital em 21 de abril 1960	
- <i>Cel. Cláudio Moreira Bento</i>	037
Saudades de Lucio Costa	
- <i>Ernesto Silva</i>	049
O Poder da Periferia	
- <i>Eugênio Pedro Giovenardi</i>	051
Antonio Candido: 90 Anos de Dignidade	
- <i>Fábio de Sousa Coutinho</i>	053
O Conceito Tático em Villegagnon - A Olaria e Henriville	
- <i>Fernando Lourenço Fernandes</i>	057
Brasília - A Capital do Olhar	
- <i>Francisco Seixas da Costa</i>	075
Ernesto Silva - Um Paradigma de Honestidade e Coerência	
- <i>Jarbas Silva Marques</i>	082
Altino Caixeta de Castro e a Coroa de Sonetos	
- <i>João Carlos Taveira</i>	087
Ilha de Trindade - As pretensões inglesas e outras curiosidades	
- <i>Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira</i>	101
Roberto Burle Marx	
- <i>Luiz Van Beethoven Benício de Abreu</i>	107

A Problemática Indígena no Brasil	
- <i>Manoel Soriano Neto</i>	113
Memória e Brasília	
- <i>Maria de Souza Duarte</i>	121
A Capital no Vale	
- <i>Napoleão Valadares</i>	127
O Negro no Brasil - Uma sinopse histórico-sociológica	
- <i>Nylson Reis Boiteux</i>	129
Candango! Super Herói: Homônimo e Anônimo	
- <i>Oswaldo Sergio</i>	145
Brasília nos tempos do Zé Aparecido	
- <i>Paulo Timm</i>	159
Origem Histórica da Fundação Universidade de Brasília	
- <i>Raimundo Nonato Silva</i>	163
Projeto Rondon - A Concepção Política Estratégica dos Campi Avançados	
- <i>Sérgio Mário Pasquali</i>	179
As Chaves de Ouro do Padre Antônio Tomás	
- <i>Henriques do Cerro Azul</i>	185
Relação Nominal dos Sócios do IHG-DF	193

EDITORIAL

Affonso Heliodoro dos Santos
Presidente do IHG-DF

Como das outras vezes, em outros exemplares de nossa Revista, este que hoje vem a luz traz, em suas páginas, colaborações de sócios acadêmicos com abrangência maior, incluindo, além de material que versa especificamente sobre temas da geografia e história, marcadamente de nossa Brasília, matérias de cunho literário de excelente qualidade, também de autoria de nossos acadêmicos. Sem querer inovar ou copiar outras publicações vamos, sempre que bom material histórico, geográfico ou de pura e boa literatura se oferecer, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal lhes dará a melhor acolhida. Nosso Conselho Editorial, composto por acadêmicos altamente qualificados para tarefa tão importante, há de fazer, como sempre fez, a melhor seleção das matérias que comporão o corpo de nossa Revista.

O IHG-DF criou, por ocasião da última eleição para o governo do Distrito Federal, um Conselho cuja finalidade era cobrar dos candidatos um programa e o compromisso de seu cumprimento durante o mandato.

O Instituto achou boa a experiência e criou, em sua Diretoria, o Conselho para Preservação de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade - CONBRAS. Única cidade moderna no mundo a ter tão significativa qualificação. Achamos, todavia, conveniente continuar atuando, não como fiscais, ou críticos do governo, mas apenas, como olheiros atentos e cobradores da Administração.

Continuamos nos reunindo e acompanhando, com interesse e seriedade, as atividades, que são tantas da atual administração da Capital do Brasil. Há um compromisso maior: Brasília, ou melhor, o Plano Piloto de Lucio Costa, é intocável.

O Conbras, o Conselho mencionado linhas atrás, reúne-se toda quinta-feira, a partir das 16h30. São tardes de debates, exposições e apresentação de notícias e fatos que ameaçam nossa cidade. Autoridades da

área da preservação de Brasília têm comparecido às reuniões e expõem seus pontos de vista ou suas opiniões sobre tais problemas. Temos levado também autoridades governamentais para nossos encontros vespertinos no IHG-DF. São encontros onde se debate, se fala, se expõe e soluções são sugeridas. Sabemos que não é fácil consertar tudo de mau, de danoso e de errado que fizeram com a OBRA DO SÉCULO. Mas sabemos também, e temos esperança, que o atual governo está consciente e sabe da urgente necessidade de dar um basta nas absurdas aberrações acontecidas em Brasília. O desconhecimento da grandeza, originalidade, singularidade e importância do Plano de Lucio Costa tem sido o principal fator de desvirtuamento das ordenações impostas aos que administram esta capital.

É preciso mantê-la orgulhosa de sua condição de capital do Brasil.

O IHG-DF, pelo Conbras e pelos cursos de História e Geografia que mantém há 16 anos, para a rede escolar de Brasília, coloca-se à disposição do governo para colaborar, sempre que solicitado, na formulação de projetos e programas que envolvam a condição única de Brasília: PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE.

Nossos encontros no IHG-DF nada mais são do que reuniões sérias, em que pessoas desinteressadas nas benesses que podem advir do governo, se preocupam e querem dar força e ajudar a Administração na boa e adequada solução de diversos problemas que afligem e preocupam os que amam esta cidade. São pioneiros que ajudaram a construí-la ou que vieram depois, mas com ela se encantaram e hoje fazem parte de um grupo que luta na defesa de sua preservação, como projetado por Lucio Costa, arquitetada por Oscar Niemeyer, enfeitada por Burle Marx, Athos Bulcão e Ceschiatti e finalmente, realizada por Juscelino Kubitschek.

Brasília, dezembro de 2013.

De Bolívar a Kubitschek: O Despertar da América Latina

.....

*Affonso Heliodoro dos Santos**

Há quase duzentos anos vêm os povos da América Latina sonhando com a integração de seus Estados. Fisicamente há — por desígnio de Deus — essa integração. As fronteiras que separam os irmãos latino-americanos são fronteiras ideais traçadas digamos, também por Deus. Quis Ele ver os habitantes deste imenso Continente labutando, cada qual em seu território, para que tivessem — por seu livre arbítrio — oportunidade de desenvolver-se espiritual, cultural e materialmente. As diferenças estabeleceram-se e cada pedaço deste chão americano transformou-se em uma nação supostamente independente. Vivemos, até onde nos foi possível, nosso próprio destino. Sempre tutelados por colonizadores, declarados no início, e hoje por colonizadores que se escondem atrás dos cofres de seus tesouros. Cofres recheados do ouro levado desses povos escravizados pela cultura egoísta, mercantilista e pela prática de uma pressão econômica tradicionalmente exploradora de nosso infortúnio. É bem mais cômodo e barato o domínio econômico. A ocupação militar é cara e sofrida, embora indispensável para a indústria armamentista de países cuja economia está fortemente ligada à produção bélica, à exportação de armamentos e à necessidade de refazer seus estoques bélicos, que compõem grande fatia de seus recursos econômicos.

Nestes quase duzentos anos de agitação pan-americanista, desde a "Carta Profética de Bolívar, o Libertador", datada de 1815, tem surgido movimentos buscando a união entre os povos das Américas. Movimentos importantes se destacam nessa busca incessante de entendimento e colaboração entre os povos que compõem esta parte do mundo.

Surgida da vontade aventureira e brava dos povos latinos da Europa, transformou-se a América do Sul em vítima dolorosa da ganância e da avidez de seus descobridores e colonizadores.

Independentes, continuamos sujeitos às injunções políticas e econômicas a nós impostas pelos que hoje constituem os países chamados de Primeiro Mundo.

Da famosa "Doutrina Monroe", em 1823, à Conferência de São Francisco, em 1945 e tantos outros encontros, tratados, cartas, acordos e a "Operação Pan-americana" do presidente Juscelino Kubitschek, em 1958

— substituída pela "Aliança para o Progresso" do presidente Kennedy — e, depois, todo o esforço realizado pelos governos, principalmente latino-americanos, culminando com os programas do Cone Sul e do Mercosul, o que temos assistido, quase sempre, são lindas sessões de pura retórica e pouco resultado prático. Um projeto do ex-presidente Itamar Franco propondo a obrigatoriedade do estudo da língua espanhola nas escolas brasileiras é referência importante do desejo de integração de nossos países. Entrementes, perduram as dificuldades do entendimento, da comunhão de ideias e das convergências de ideais. Embora informal e sempre negado, o que vemos — repito — é o isolamento ou o afastamento em que vivem os povos da América Latina, procurando bastar-se na pobreza que os aflige. Isoladamente, de chapéu na mão, à procura das burras cheias do nosso sangue e do nosso suor, transformados, qual milagre de um Midas, no ouro que nos é depois emprestado.

Fazem, nossos "irmãos do Norte e os primos da Europa", dessa pobreza instrumento de nossa dependência.

Está na hora, mais do que na hora, de surgir alguém capaz de convocar nosso povo para uma união efetiva. Alguém com ideias claras, sem arrogância ou ameaças. É tempo de lutarmos — não pelas armas — mas pela palavra, pela prosa e pelo verso, pela música, pelo teatro e pela dança, pela economia, para levarmos às consciências de nossos irmãos a beleza da paz, da liberdade, sem imposição de ordem ideológicas ou de qualquer outro tipo de imposição. Não a liberdade aparente, sem pão e sem teto. Mas a liberdade de fato, a liberdade que traz felicidade, que redunde em entendimento, em colaboração e em assistência mútua, em desenvolvimento econômico e social.

Há 53 anos o presidente Juscelino Kubitschek lançava a Operação Pan-americana, cujo conteúdo seria: "fraternidade entre as nações deste Continente. Derrubada das barreiras entre pobres e ricos e desenvolvimento econômico e social equilibrado e solidário". Tantos anos passados e ainda hoje buscamos ressaltar para os povos da América Latina a importância de se tentar, pelos meios diplomáticos e pelo intercâmbio cultural e comercial, o revigoramento e mesmo a ressurreição de um projeto que se previa de grande alcance para o entendimento, convivência e colaboração entre os povos das Américas. A OPA propunha um largo projeto de desenvolvimento econômico e social, regional e integrado, para os povos latino-americanos do Continente.

Segundo Licurgo Costa, no prólogo escrito para o livro de Pedro Gomes Aparício "La Doctrina Kubitschek en Marcha", "A agitada biografia do Pan-americanismo oferece quatro momentos culminantes: a chamada "Carta Profética" de Bolívar, escrita na Jamaica, em 6 de setembro de 1815;

a Doutrina Monroe, exposta a 2 de dezembro de 1823 ao Congresso norte-americano, a atitude das vinte nações ibero-americanas na Conferência Mundial de São Francisco, inaugurada em 26 de abril de 1945, e, finalmente, a Doutrina Kubitschek, esboçada na carta que o presidente Juscelino Kubitschek enviou, em 28 de maio de 1958, ao presidente Eisenhower e desenvolvida em posterior mensagem aos povos americanos."

Motivado pelos desagradáveis acontecimentos que marcaram, naquele ano, a visita do então vice-presidente Richard Nixon, dos Estados Unidos, à América Latina, sobretudo Lima e Caracas, onde fora vítima de manifestações hostis que tiveram significativa repercussão em todo o continente, o presidente Kubitschek — com sua visão de estadista — antecipando-se aos entraves e lentidões burocráticas, envia ao presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower, a mencionada carta de 28 de maio de 1958. Carta que neste ano completou seus 53 anos e que daria origem e seria o primeiro passo para a criação, para o nascimento da Operação Pan-americana.

Na palavra do embaixador Paulo de Tarso Flexa de Lima, "A inconformidade com o subdesenvolvimento se espraiava por toda a América Latina e serviria de base sólida para uma diplomacia centrada no Continente." E mais: "A política externa do governo de Juscelino Kubitschek traz o marco de seu estilo pessoal e de sua confiança inabalável no grande destino do Brasil. Seu dinamismo, sua visão de futuro, sua exemplar vocação democrática e seu profundo espírito de brasilidade iriam empolgar e impregnar toda uma geração de diplomatas. Em sua época, articulavam-se as bases para uma nova postura internacional brasileira, que colocou a diplomacia a serviço do desenvolvimento." Em mensagem de junho de 1958 ao Congresso Nacional, o presidente Juscelino Kubitschek explica que sua política externa obedeceria às seguintes diretrizes: "Afirmção brasileira, fraternidade americana, solidariedade democrática, espírito universal e cristão." A documentação que relata os acontecimentos e ocorrências da época são o testemunho de sua adesão a essas definições. As palavras, os gestos e as providências de JK nesse sentido "não eram referências ocas, mas compromissos que ganharam expressão em várias oportunidades".

A Operação Pan-americana, no seu sentido mais amplo e genérico, consubstanciou-se num amplo movimento continental, com o indiscutível e franco apoio dos países da América Latina. Buscava a OPA, sobretudo, transformar os princípios e propósitos do sistema interamericano em realidades tangíveis e práticas. Era a busca do desenvolvimento econômico e social integrado e regionalizado, na conjunção de esforços e na procura de

objetivos comuns. Não mais a retórica, o palavreado rebuscado, nem as declarações bombásticas — certamente sinceras e bem intencionadas — mas programas concretos de ação que atendessem às aspirações dessa comunidade de nações. Todo o esforço seria agora concentrado para erradicar do nosso Continente o malfadado subdesenvolvimento, responsável pelo atraso e sofrimento de nossos povos. Era preciso acabar com os paliativos assistenciais. Chegara a hora de um grande esforço de cooperação.

“A partir dessas premissas, o foco da iniciativa brasileira passou a ter cunho predominante no aspecto econômico. A luta contra o subdesenvolvimento transformou-se na palavra de ordem do movimento, tornando-se aquela expressão no seu sentido mais amplo. Através de um levantamento completo da situação existente em cada um dos países, iria aferir-se as necessidades globais e setoriais de cada qual, a fim de proporcionar-lhes os meios indispensáveis para seu desenvolvimento autônomo. Investimentos públicos e privados, sistemas preferenciais alfandegários, sustentação de preços de produtos primários, eram medidas que começavam a serem estudadas em perspectivas de conjunto. Esses objetivos, naturalmente, não iriam afetar nem sobrepor-se às relações bilaterais ou aos programas multilaterais em andamento. Seria um esforço novo e autônomo que, uma vez implementado, absorveria pelo menos parte dos projetos de cooperação em curso.” (Embaixador Celso Souza e Silva – *JK o Estadista do Desenvolvimento*).

No dia 20 de junho de 1958, JK dirigiu-se aos embaixadores dos Estados Americanos acreditados junto ao governo brasileiro para dizer-lhes: "Verifico que no Brasil — e creio que nos demais países do Continente — amadureceu a consciência de que não convém mais formarmos um mero conjunto coral, uma retaguarda incaracterística, um simples fundo de quadro." Afirmando ainda: "Uma participação dinâmica nos problemas de âmbito mundial — é este pelo menos o pensamento de meu governo — deve ser precedido de uma rigorosa análise da política continental. Foi este o sentido de minha intervenção ao presidente Eisenhower." A proposta era ambiciosa e até revolucionária — revolucionária no sentido de uma tomada de posição no panorama americano e mesmo mundial — portanto, contrária aos rançosos conceitos relativos ao posicionamento latino americano nas decisões políticas, econômicas e sociais do Primeiro Mundo. Esta arrojada pretensão levaria os EEUU a manobras — sutis é verdade — que descaracterizassem os objetivos da Operação Pan-americana. Não tencionava a OPA, e jamais este foi um pensamento do presidente Juscelino Kubitschek, um enfrentamento com os países desenvolvidos, marcadamente os EEUU. Os países ao Sul do Rio Grande mantêm um

movimento comercial, econômico e cultural considerável e a grande nação americana é nosso maior cliente. Essa condição, entretanto, não nos permitia, nem o enfrentamento e nem a submissão. O que se visava então, era um intenso movimento diplomático que facilitasse o atingimento desses objetivos.

A quase simultânea troca de governantes no Brasil e nos EEUU em 1961 interrompeu o processo em curso. Processo que teve o inegável apoio e interesse do presidente Eisenhower.

Jânio Quadros, eleito presidente do Brasil, não tinha nenhum interesse em dar seguimento a qualquer programa de JK, muito menos este de caráter internacional. Sua política externa caracterizou-se por uma aproximação com Cuba, países do Leste Europeu e África. Por sua vez o presidente Kennedy, nos primórdios de seu governo lançou a Aliança para o Progresso, cujos fundamentos dizia inspirados na Operação Pan-americana, "teoricamente destinada a dar prosseguimento à proposta brasileira. Os motivos podiam ser sinceros e as intenções corretas. As consequências, porém, não o foram". (Embaixador Celso Souza e Silva)

Com a morte de Kennedy a Aliança para o Progresso transformou-se naquele instituto paternalista e assistencialista tão do gosto de nossos vizinhos do Norte. A Operação Pan-americana, um projeto de tal magnitude, fatalmente mudaria o comportamento dos países abaixo do Rio Grande. A práxis americana — à época voltada para o combate ao comunismo — não entendeu, ou entendeu bem demais, e não se interessou pelos propósitos do presidente brasileiro ao propugnar por um projeto desenvolvimentista. Único instrumento capaz de derrotar — sem violência, democraticamente — o então risco de uma comunização dos sofridos povos de nosso Continente.

Já os emissários de Eisenhower — Roy Rubotton e Foster Dulles — obcecados pela ideia do anticomunismo — Cuba estava ali bem ao lado — não entenderam a mensagem de Juscelino. Para eles o fundamental não era o desenvolvimento econômico e social do Continente (ao contrário, nosso desenvolvimento ameaçava o deles), e sim a defesa nacional, o policalesco combate ao comunismo. Essa política levaria nosso Continente a uma série de revoluções e à implantação de regimes militares; governos totalitários com restrição das liberdades; regimes fortes sem parlamento ou com parlamentos subjugados à força das armas.

Na verdade, o que propunha o governo brasileiro através da OPA era o pan-americanismo que sempre foi mais que uma simples ideia. Seria a concretização de um velho e histórico estado de espírito, uma consciência coletiva de autodefesa e autopreservação econômica. Há mesmo autores que procuram remontar esse ideal de convivência pacífica aos idos de 1750,

quando os reis de Portugal e Espanha, no dia 13 de janeiro, assinaram o histórico Tratado de Madri, com a nítida preocupação de se estabelecer "uma política geral de paz e harmonia" entre as duas potências ibéricas. Os poderosos senhores D. João V, rei de Portugal e D. Fernando VI, rei da Espanha negociaram de modo a preservar suas colônias na América de possíveis conflitos entre seus países, recomendando, em cláusula específica. "La política de buena vencidad". Expressão usada mais tarde por Franklin Roosevelt com sua política de "boa vizinhança" para os povos das Américas. Entretanto, o Tratado de Madri ia mais longe, o que seria, de certa forma, um embrião do pan-americanismo, quando em sua cláusula XXI expressa textualmente: "Mesmo em caso de uma guerra entre Espanha e Portugal, se mantenham em paz os vassallos de ambos estabelecidos em toda a América Meridional, vivendo uns com os outros como se não houvesse tal guerra entre seus soberanos, sem praticar a menor hostilidade nem por si só nem juntamente com seus aliados." E estabelecia ainda o compromisso de que as colônias da América se uniriam e se auxiliariam contra qualquer ataque ou invasão. Alexandre de Gusmão, nascido em São Paulo, a serviço do rei de Portugal foi o hábil defensor e planejador do Tratado de Madri. Portanto, desde então, um brasileiro propugnava pela realização deste velho sonho de integração de nossas pátrias. É no tratado de 1750 que vamos encontrar o segundo marco importante da história diplomática do Brasil. Nessa ocasião, como se sabe, o diplomata Alexandre de Gusmão, brasileiro de nascimento e dos interesses conseguiu firmar, em nosso proveito, o novo princípio do UTI POSSIDETIS DE FACTO. "O Tratado estipulava que os domínios dos dois Estados, Portugal e Espanha deveriam ser assinalados tomando como referência o curso dos rios e dos montes, mas obedecendo à posse efetiva do território delimitado pelos seus respectivos colonizadores. Consignava o preâmbulo do instrumento citado que "cada parte há de ficar com o que atualmente possui." (Embaixador Meira Penna. *Política Externa, Segurança e Desenvolvimento*).

Alexandre de Gusmão é considerado, por alguns autores, como "um verdadeiro precursor do pan-americanismo."

Estava aí lançado o que mais tarde, 65 anos depois, pela força de Simon Bolívar, viria transformar-se no saudável, porém difícil, estabelecimento de uma política real do pan-americanismo.

A troca das históricas cartas entre Juscelino e Eisenhower, fundamento e semente da Operação Pan-americana, viria trazer de volta aos nossos povos a esperança de assistir a uma cooperação real e eficiente do nosso parceiro maior: os Estados Unidos da América do Norte.

Em 1947 firmou-se o Tratado do Rio de Janeiro — Tratado Interamericano de Assistência Recíproca — que seria o embrião de uma

nova organização regional, a OEA - Organização dos Estados Americanos - criada em 1948, durante a realização da IV Conferência Interamericana, em Bogotá. Mas, o que se assistia era a velha política do desinteresse pelos problemas econômicos e sociais da América Latina. Tanto que o presidente Juscelino diria, em uma conferência na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro o seguinte: "Nos campos econômico e social a história do pan-americanismo é uma longa procissão de sonhos não realizados, de propósitos abandonados, de amargas decepções e frustrações." O que o Brasil, defendia, na palavra de Kubitschek, era a reestruturação na ordem econômica. Mas, aos países desenvolvidos não interessava — como não interessa — o desenvolvimento dos países periféricos, o que poderia significar concorrência para seus produtos manufaturados, dos quais a América Latina é um mercado cativo. A nós deveria continuar cabendo a exportação de produtos primários, cuja oscilação de preços no mercado internacional acarreta oscilações e dificuldades cambiais para os países latino-americanos. Veja-se a baixa cotação do café nos anos JK.

Toda essa gama de dificuldades levou o presidente Kubitschek a apresentar "proposta concreta de ação para dar subsistência econômica ao pan-americanismo, ao lançar a Operação Pan-americana", com o declarado apoio do governo americano. O presidente Eisenhower admite a importância da Operação Pan-americana na programação dos estudos e projetos para o desenvolvimento. A criação do BID, com capital previsto de um bilhão de dólares e o Plano Eisenhower de ajuda à América Latina, com um capital inicial de quinhentos milhões de dólares foram as primeiras consequências do lançamento da Operação Pan-americana. Pena que os governos que se sucederam no Brasil e nos Estados Unidos da América não tivessem tido sensibilidade política bastante para levar avante esse projeto de colaboração que, certamente, teria conduzido os países do Sul da América a um alentado programa de desenvolvimento econômico, com seus naturais reflexos no plano social. Indústrias, escolas, hospitais e uma farta produção agrícola seriam hoje realidade em nosso Continente.

Temos, como propósito em Brasília, a criação de mais um instituto para estudo dos problemas que afligem nossos povos. A realização de um intercâmbio cultural interamericano, somando nosso esforço ao realizado pelo Instituto Cultural Brasil-Chile, UnB, Casa da América Latina e outros, assim como a realização do Festival Latino Americano de Arte e Cultura. É nosso projeto criar instrumentos que hão de somar-se a outros tantos e que poderão propiciar — pela inteligência, pelo sentimento, pela alma, pela inspiração e pela pureza de seus propósitos — o sadio entendimento entre nossas nações de língua latina. Já outros como Jorge Luís Borges, Gabriela Mistral, Gabriel Garcia Marquez, Juan Rulfo e tantos mais, têm nos dado

obras de profundo valor literário e que podem levar-nos a uma boa predisposição na tentativa de um encontro efetivo e maior entre nossas nações. Este ideal já nos permite antever aurora mais luminosa no relacionamento de nossas gentes. A integração latina há de se fazer, principalmente, por um esforço comum, consciente e pelo entendimento intelectual. Trabalhos neste sentido hão de ensejar um maior intercâmbio cultural entre nós que temos as mesmas raízes. As marcas culturais de cada povo sul americano, nossa semelhança no falar, nossa identidade na fé cristã, nossa permanente humilhação ante outros povos hão de propiciar esta integração, este intercâmbio pelo qual nos propomos lutar. Nosso objetivo é, portanto, essa busca e essa procura — que tratados, acordos e cartas tão parcamente têm conseguido — e que há de trazer, pelo incremento comercial, e mais, através da literatura — da prosa, da poesia e da arte —, tão do nosso gosto — um melhor conhecimento de cada um de nós. Esse entendimento deverá robustecer e facilitar o que se tem procurado realizar pela diplomacia, às vezes tão fria e pragmática. É pela inteligência que se falam às almas, que se tocam ao sentimento. Há de ser por meio dela que faremos despertar esse imenso coração cheio da latinidade que habita em todos nós. Sentimento tão arraigado desse amor à nossa terra, mas que dormita sem um estímulo capaz de despertar-nos, como Simon Bolívar soube despertar seus contemporâneos no início do século XIX. E JK, com inegável e total apoio dos países sul-americanos, buscou realizar com a OPA.

É preciso, é mesmo indispensável, que os governos de nossas pátrias tomem em suas mãos esta oportunidade — em que tudo procura nos unir — e criem condições de levar até os países de língua castelhana nossa prosa, tão rica; nossa música, nosso singular folclore e nossa poesia. Receber de nossos vizinhos, também, sua cultura e suas manifestações de inteligência e sentimento. As operações comerciais, tão importantes para nossos povos, hão de ser empreendidas na convicção de que esse melhor entendimento cultural fundamenta-se no interesse recíproco de cada um de nossos povos. É claro que maior esforço deve ser empreendido no sentido de melhorar e tornar mais proveitoso nosso sistema de convivência comercial para o enriquecimento de cada país do nosso Continente. A OPA se propunha, fundamentalmente, também, a esse entendimento. Era o desenvolvimento regional e integrado da América Latina. O fortalecimento de nossas relações nos campos da cultura e do comércio.

O fortalecimento das relações comerciais entre os povos latino-americanos é a única forma de nossa indústria, nosso comércio, nossa lavoura se livrarem das imposições que nos são impostas pelos países desenvolvidos. As relações comerciais inteligentes entre nossos povos, hão

de transformar-nos em potência, tanto quanto cada país desenvolvido da América do Norte, da Europa, do mundo, afinal.

Penoso é, para esse canto Sul do mundo, assistir de mãos atadas, à ocupação de seus países por governos ditatoriais, que levaram, inclusive à cassação e à morte lideranças incontestes, como JK, Allende, Jango e tantos outros, que se opunham ao processo de dominação que ainda nos querem impor. Nosso desenvolvimento causaria danos à sua economia. Assim, JK não poderia voltar ao poder em 1965. Seu programa de agricultura, “5 anos de agricultura para 50 de fartura”, se contrapunha aos interesses comerciais americanos, donos do mercado de grãos do mundo. O que se vê hoje, é, a despeito e, muito embora, das imposições do mercado internacional, nossa pecuária e agricultura se expandindo no Centro-Oeste e ocupando, graças ao esforço do povo brasileiro, um excelente lugar de destaque no mapa mundial de produtores agrícolas e no crescimento invejável de nossa pecuária. Isto teria ocorrido em 1965, tivesse JK voltado ao poder.

A ALCA nada mais é que a continuada obra contra os legítimos interesses do Brasil e de toda a América do Sul. É, pode-se dizer, a contrafação da OPA.

Ficaria mal para Kennedy, democrata convicto, acabar simplesmente com a OPA. Era preciso, entretanto, tirar de um latino-americano aquela proposta que contaminou todo nosso continente. Seria agora um governante americano que proporia a reformulação do projeto original, transformando a OPA em ALIANÇA PARA O PROGRESSO. O objetivo da Aliança, estaria, agora, nas mãos e sob o comando do presidente americano. Com a morte de Kennedy, a coisa não teve disfarce. O presidente Lyndon Baines Johnson simplesmente não tomou conhecimento dos projetos de seus antecessores. Matou, pelo desprezo, a natimorta Aliança.

Fala-se ainda em Mercosul, Cone Sul e outros projetos. Todos, entretanto esbarram e morrem no projeto americano de criar a ALCA. Claro que nesse projeto estão incluídos, principalmente, os interesses econômicos e comerciais. Enquanto lhes for possível, aquele projeto lançado por JK, embora com mil e uma alterações, jamais terá a aprovação e o apoio dos americanos. A menos que outro Eisenhower assuma a presidência daquele país. O sonho de uma integração latino-americana é válido, embora as diferenças existentes. A pregação é sadia. É preciso que se fale sempre nessa possibilidade integracional. Mas é preciso, também, que tenhamos sempre presente a certeza de que essa realidade se dará na medida em que os variados e diversos interesses econômicos, o mercado, as trocas comerciais entre nossos povos sejam, de fato, proveitosas para as partes envolvidas no processo. O interesse econômico, embora o sonho, prevalecerá sempre.

Estão aí, portanto, os instrumentos.

Faz-se agora mister que surja alguém disposto a levar avante a ideia. E Brasília poderá ser o cadinho onde se misturará estes ideais. Aqui estão os representantes de todas as nações irmãs do Sul e do Norte. Aqui — e por que não — deve ser lançada a semente dessa maravilhosa árvore, que há de ser frondosa e dar boa sombra, rompendo, de uma vez por todas, com a submissão, a dependência e os sofrimentos de nossos povos.

Cantemos nossos hinos; toquemos nossas músicas.

Façamos nossa integração pela cultura. O comércio, a troca de nossa produção e os resultados econômicos estarão facilitados por esse intercâmbio.

Que este trabalho seja o instrumento que nos faltava para esse entendimento e essa convivência, tão necessários ao despontar de um novo ideal de pan-americanismo: moderno na reformulação política; diverso no trato dos interesses gerais e de cada um em particular, mas fundado nos ideais que moveram Simon Bolívar e Juscelino Kubitschek na sua luta pela integração de nossas pátrias. Que este novo passo seja a grande porta por onde passarão os guerreiros da paz e da concórdia. Que os Continentes Americanos do Sul e do Norte sejam, enfim, a pátria de todos nós, sem contestações de ordem política ou ideológica incompatíveis com os ideais de convivência que iluminam os corações e mentes de nossos povos.

**Affonso Heliodoro dos Santos
Acadêmico e Presidente do IHG-DF*

BIBLIOGRAFIA

1. Nações – Informativo de Questões Internacionais. *JK. Pioneiro de la Integración* Bsb. 1996.
2. ALEIXO, PhD José Carlos Brandi. *Visão e atuação internacional de Simon Bolívar*. Embaixada da Venezuela. 1983.
3. JINESTA, Ricardo & SUÑOL, Julio C. *La operación panamericana*. Imprenta Tejos – San Jose, C.R.
4. CALDAS, Ricardo Wahrendorff. *A política externa do governo Kubitschek*. Thesaurus.
5. PENNA, Meira. *Política externa – segurança & desenvolvimento*. Agir. 1967.
6. *JK – o estadista do desenvolvimento*. Conferências Memorial JK. Senado Federal. Secretaria de Edições Técnicas. 1991.
7. KUBITSCHKEK, Juscelino. *A marcha do amanhecer*. Bestseller-Importadora de Livros S/A. 1962.
8. KUBITSCHKEK, Juscelino. *Meu caminho para Brasília. 50 anos em 5*. Vol. III. Bloch Editores S/A. 1978.
9. APARÍCIO, Pedro Gomes. *La doctrina Kubitschek en marcha*.
10. COSTA, Licurgo. *La doctrina Kubitschek en marcha*.

Os Vaqueiros que mudaram a Geografia do Brasil

.....

*Afonso Ligório Pires de Carvalho**

O surgimento de uma zona de criação de gado em determinada área do nordeste que resultou na capitania do Piauí deve-se, entre outras causas, à expansão dos currais da Casa da Torre, ao aumento da produção de açúcar em Pernambuco e, logo a seguir, à lavra de ouro em Minas Gerais.

O avanço da plantação da cana-de-açúcar em Pernambuco, sobretudo depois da saída dos holandeses, na guerra da restauração, não permitia a criação de gado nas proximidades da região canavieira. Essa proibição decorreu não apenas da ambição dos senhores de engenho da Zona da Mata, mas de uma ordem protecionista do próprio rei de Portugal, preocupado em manter a então única fonte regular de renda da Colônia, o açúcar, cuja produção se expandia e alcançava bons preços no mercado mundial. O ouro ainda estava em início de exploração em Minas Gerais.

Em Carta Régia de 1701 o rei determinou que nenhuma atividade pecuária fosse permitida numa distância mínima de 10 léguas de qualquer zona canavieira. Com esse ato, o que sobrou para a criação bovina na área foi somente a faixa de terra do Sertão de Dentro em diante, no Piauí, onde, em 1671, Mafrense se encontrou com Jorge Velho que ali chegara antes, conforme Rocha Pita, citado por Odilon Nunes.

Para Wilson Brandão, a Carta de 1701 não ensejou consequências apenas locais. Contribuiu em âmbito regional para acelerar a conquista e ocupação dos sertões. Nega, porém a existência de referências acerca de qualquer repercussão desse documento no Piauí, embora fatores decorrentes da decisão demonstrem que sim, com o aparecimento de mercados consumidores estáveis da carne na área proibida, isto é, na zona canavieira e, posteriormente na aurífera, em Minas, afora as feiras intermediárias.

As terras do Sertão de Dentro não eram boas para plantar cana. Talvez por isso, ao contrário do que ocorria na Zona da Mata, não despertaram maior interesse dos senhores de engenho pernambucanos em penetrá-las para ampliar suas plantações de cana.

A futura capitania do Piauí antes habitada por valentes índios de diversas etnias, ainda na segunda metade do século XVI e na primeira do século XVII era apenas passagem ou caminho que permitia a comunicação por terra de Pernambuco e Bahia com o Maranhão, via serra da Ibiapaba, exceto rápidas explorações litorâneas sem propósito de colonização.

Nas primeiras penetrações os boiadeiros constataram a existência de muitos espaços entre a mata espessa, chamados clareiras, adequados à criação extensiva de boi, sem necessidade de derrubar a vegetação. Entrando um pouco mais na região, depararam-se com pastagens naturais ao longo das bacias de muitos rios, muitos riachos e olhos d'água, fato que chamou a atenção dos primeiros visitantes.

Os holandeses tomaram Pernambuco em 1630 e, em seguida, grande parte do Nordeste, ocupação que demoraria por 24 anos. Nesse período tudo ficou paralisado ou lento nas demais partes da Colônia quanto a iniciativas de penetração para o interior. Até as buscas das cobiçadas minas de ouro e pedras preciosas avidamente procuradas, em muitas áreas, embora continuassem, foram reduzidas.

Com a derrota holandesa, Pernambuco necessitou restaurar os engenhos e canaviais para ampliar o fabrico de açúcar. No resto da Colônia foram retomadas atividades de conquistas do interior com o alargamento do domínio do território para o sertão ainda desconhecido.

Em contrapartida, a proibição da atividade criatória em terras de exploração agrícola fez crescer a demanda de alimentos, sobretudo da carne, para atender à crescente massa de trabalhadores nos canaviais. Os muitos engenhos reclamaram maior quantidade de bois vivos para alimento, transporte de cana, ou como força para mover suas moendas. A expansão da produção açucareira levou mais dinheiro para Olinda, que teve sua população aumentada e, conseqüentemente, exigiu mais ração de boca. Foi a vez, então, da nova capitania do Piauí, dedicada somente à criação, que logo se tornaria atrativo centro abastecedor de carne.

A criação de gado no Piauí, progressivamente aumentando, robusteceu-se a partir de 1695 com a descoberta de ouro em Minas Gerais, quando contingentes de garimpeiros e aventureiros vindos de Portugal e de outros países da Europa passaram a ocupar a região aurífera. Novos centros urbanos surgiram em torno das minas, hoje cidades históricas, e com eles mais mercados de carne.

Antonil, em seu livro *Cultura e Opulência do Brasil*, editado em Lisboa em 1711 e logo confiscado pela Santa Inquisição, já dava notícia das boiadas que saíam das fazendas do rio Piauí para atender os mercados de Pernambuco, Bahia e zona aurífera de Minas Gerais.

Os vaqueiros piauienses tangiam o gado em pé em caravanas que venciam distância superior a 400 léguas.

Para se ter uma ideia do êxito da criação na nova Capitania, basta dizer que, no ano do descobrimento do Piauí foram instaladas de imediato 30 fazendas de gado. Vinte e três anos depois as fazendas totalizavam 129. Em 1730 esse número cresceu para 536. Em 1762, havia 576. Em 1859 o total

de estabelecimentos pecuários chegava a 5.025.

A origem de um centro abastecedor de carne além do Sertão de Dentro, a oeste de Olinda, não foi acidental. Decorreu da iniciativa dos herdeiros do grande latifúndio pecuário da Casa da Torre de Garcia d'Ávila, na Bahia, instalado na região do São Francisco. Eles tiveram a ideia pioneira de expandir seus currais para oeste dos chapadões daquele curso d'água, onde havia mais espaço e pastagem.

Para chegar às terras do atual Piauí, a Casa da Torre planejou e organizou uma força constituída de homens experientes, conhecedores da região e capacidade de liderança.

Pedro Calmon esclarece que Francisco Dias d'Ávila (II), capitão de ordenança do distrito da Torre e capitão de entrada dos arraiais do São Francisco ingressou no Piauí com 100 homens brancos armados, afora índios auxiliares, tendo à frente, como capitão-mor de metade da gente armada, Domingos Afonso Mafrense.

Moisés Castello Branco conta assim a grande aventura: “Em 1674, uma bandeira da Casa da Torre penetrou no sertão sul do Piauí. Era comandada pelo coronel Francisco Dias d'Ávila, tendo como imediato o sargento-mor Domingos Rodrigues de Carvalho e à frente dos troços de combates, os capitães Domingos Afonso Mafrense e Francisco Rodrigues de Carvalho”.

A bandeira veio pelo rio S. Francisco. Ao chegar à foz do Salitre o capitão Domingos Mafrense destacou-se da expedição com seu grupo, galgou a serra dos Dois Irmãos, desceu na contra-encosta em território piauiense pelos rios Piauí e Canindé. Ali fundou fazendas com o gado que levava. Mafrense e o pessoal da Casa da Torre foram os primeiros a requerer e receber sesmarias na região e o pequeno rio Piauí iria dar nome a uma nova Capitania, com a qual os vaqueiros mudariam a geografia da Colônia criando nova unidade territorial no reino.

Mais tarde, Mafrense, que antes era foreiro da Casa da Torre, já senhor de muitos currais nas terras descobertas, desfez a sociedade com os Ávila e tornou-se dono das mais opulentas fazendas da nova terra. Suas propriedades representavam 39 fazendas de gado e 50 sítios. As terras de Mafrense somavam 145 léguas de comprimento por 71 de largura.

Anos depois, velho e doente, sentindo que ia morrer, Mafrense doou todas as suas fazendas e sítios para a Companhia de Jesus, da qual era irmão leigo. Os jesuítas, porém, tiveram seus bens confiscados na administração do governador João Pereira Caldas, que cumpria ordem real. Só mais tarde esse patrimônio foi incorporado à província do Piauí, com o nome de fazendas estaduais.

Os espaços conquistados a cem léguas a oeste de Olinda

comprovariam ser ideais para a criação de gado. Acontece que havia muita terra e o boi, no início, ainda insuficiente para ocupar tão dilatados campos.

Seria a vez de a lavoura aparecer no Piauí consorciada ao gado, já que sobravam chão e água para simultaneamente plantar e criar.

Dizia Miguel de Souza Borges Leal Castello Branco, em 1878, que Mafrense ao ditar a vocação da nova Capitania voltada para a criação de gado, errou ao descuidar-se da plantação na terra que conquistara.

Admite-se que, como o pessoal da Casa da Torre era constituído exclusivamente de vaqueiros e dada a presença constante de índios prontos a tocar fogo em qualquer iniciativa agrícola, a ideia de plantar não prosperou. Do ponto de vista prático, na fase da ocupação, o boi, que então era em pequena quantidade, podia ser facilmente mudado de lugar no caso de uma investida dos índios, sem grandes perdas. Além disso, o índio não incluía o boi, que antes desconhecia, na sua dieta. Quanto a lavoura, cada ataque dos antigos donos da terra representava prejuízo de uma safra inteira, só recuperável um ano depois, se a posição fosse retomada aos índios e os novos ocupantes voltassem a plantar.

O boi passou a ser criado nos espaços naturais das clareiras que a terra oferecia junto à mata ao lado de fontes de água. A forragem, da melhor qualidade, a própria terra produzia.

Assim, a criação foi aumentando e ocupando a região. Em pouco tempo, o boi passou a reinar sozinho no novo chão. Enquanto isso, a agricultura limitou-se à subsistência.

Embora a primazia da descoberta do Piauí seja dada a Mafrense, e Alencastre diga que “não sabemos os fundamentos que atribuem os historiadores ao paulista Domingos Jorge Velho a descoberta”, é difícil esquecer que esse bandeirante penetrou na futura Capitania doze anos (1662) antes de Mafrense (1674) e ali estabeleceu arraial. Jorge Velho, porém, abandonou sua conquista para lutar contra o Quilombo dos Palmares.

Serafim Leite, na sua *História da Companhia de Jesus*, justifica: “Não se pode negar, contudo que, de quantos boiadeiros entraram no Piauí pelo sertão baiano, Mafrense foi o que deixou obra colonizadora mais perdurável”.

De tal ordem se intensificou a criação de gado no Piauí que nos fins do século XVIII e início do XIX, visitavam a província quase 20 navios por ano para transportar a carne seca produzida por processo industrial desenvolvido com êxito nas fazendas de Parnaíba, afora as constantes caravanas de boi em pé que varavam o sertão em busca de mercado certo.

O domínio absoluto e lucrativo da pecuária, no entanto, só teria duração plena do século XVIII até fins do século XIX. Uma estagnação

decorrente da crise do açúcar em Pernambuco, da suspensão da lavra do ouro em Minas e de uma conjuntura difícil na própria Colônia, afastariam tradicionais mercados o que afetaria os prósperos campos de criar no Piauí, instalados, no princípio, pela ousadia e ambição dos descendentes do velho Garcia d'Ávila, fundador da Casa da Torre, na Bahia, e primeiro fazendeiro do Brasil. Garcia d'Ávila veio para a Colônia na comitiva do governador geral, Tomé de Souza, em 1549.

Teresinha Queiroz afirma que até à segunda metade do século XIX, a pecuária era poderosa no Piauí.

Ainda hoje o Piauí, com sua produção já diversificada, continua ligado à criação do boi que lhe deu origem.

**Afonso Ligório Pires de Carvalho
Acadêmico do IHG-DF*

O primeiro General Médico Goiano

.....

*Alberto Martins da Silva**

Na pequena vila de Jaraguá, vasta planície junto ao Rio das Almas, nasceu, em 9 de abril de 1816, o filho de Jerônimo Rodrigues de Moraes, que recebeu o nome de Theodoro Rodrigues de Moraes. Criado neste ambiente pastoril, antiga região aurífera, o pequeno Theodoro estudou as primeiras letras e, depois, com a ajuda paterna alcançou maiores estudos preparando-se para enfrentar a vida adulta. Supomos que já no final do preparatório, foi enviado para a cidade de Goiás, onde se preparou para enfrentar as provas da Faculdade do Rio de Janeiro. Era exigido do candidato ter mais de dezesseis anos completos, conhecer o latim, inglês ou francês, noções de filosofia racional e moral, mais aritmética, geometria e um atestado de bons costumes. À época, com o surgimento da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, criada em 1809, no Hospital Real Militar e Ultramar, localizado no Morro do Castelo, atual Hospital Central do Exército, foi aberto aos jovens uma possibilidade para o ingresso na profissão médica. Em 1813 a Escola transformou-se na Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro e, depois, em 1832, em Faculdade de Medicina. (A Regência Trina sancionou o projeto do Parlamento, referendado pelo Ministro do Império Nicolau Vergueiro).

Assim, ingressa na Faculdade no ano de 1835, com dezenove anos de idade, concluindo o curso em 1840, defendendo a tese “O estrangulamento das hérnias entero-epiplóicas e os meios de curar”. O curso médico de seis anos contava, entre seus professores, com expoentes da medicina do Rio de Janeiro. O doutor Theodoro foi o segundo goiano que se formou em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro – o primeiro foi o Dr. Thomaz Cardoso de Almeida, formado um ano antes, e também integrante do Corpo de Saúde do Exército (Ver livro Catálogo de Teses da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da doutora Lea Camillo-Coura, edição de 1985). A Faculdade tinha como seu diretor o renomado Professor Manuel Valadão Pimentel, médico da Imperial Câmara e Grande do Império, agraciado com o título de Barão de Petrópolis. A turma de formandos somava vinte e quatro jovens que esperavam a nova vida profissional, tão promissora. A cidade de Goiás carecia de um médico formado, já que os que lá passaram eram leigos licenciados portadores de carta, para exercer a arte de curar. Somente em 1822 apareceu um médico francês chamado Gabriel André Plõesquelle, formado pela Universidade de Paris, que clinicou por dois anos apenas, tendo sido, na ocasião, solicitado, pelo

próprio Plõesquelle, ao Imperador Pedro I, uma licença para ensinar medicina e a arte de partejar.

Havia a possibilidade do ingresso na vida militar já que o Corpo de Saúde do Exército – atual Serviço de Saúde –, em reestruturação, estava recebendo candidatos para as suas fileiras. Dr. Theodoro ingressa no Exército, em seu Corpo de Saúde, por Portaria de 23 de abril de 1842, nomeado alferes cirurgião ajudante. A instituição militar era dirigida pelo Dr. Manuel Henrique Tota, tenente-coronel cirurgião-mor, seu segundo diretor, que dando continuidade ao trabalho do frei Custódio de Campos Oliveira – seu primeiro diretor – preparava o 1º Plano para a Organização do Corpo de Saúde (Decreto de número 601), assinado pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Exército, Manuel Felizardo de Souza e Melo.

Durante a sua vida militar, de quarenta e quatro anos, obteve doutor Theodoro, as seguintes promoções:

- Alferes cirurgião ajudante
(Portaria de 23 de abril de 1842).
- Tenente cirurgião-mor
(Decreto de 23 de junho de 1843).
- Capitão primeiro cirurgião
(Decreto de 29 de julho de 1852).
- Major cirurgião-mor de Brigada
(Decreto de 2 de dezembro de 1855).
- Tenente-coronel cirurgião-mor de Divisão
(Decreto de 22 de janeiro de 1866).
- Coronel cirurgião-mor de Exército
(Decreto de 9 de novembro de 1870).
- General médico, ao passar para a reserva, em 1886.

Com a criação pelo Governo Imperial da função do Comissário-vacinador, cabendo no exercício desta função médicos já conhecidos e influentes profissionalmente, Dr. Theodoro, por residir na cidade de Goiás, foi designado para ocupar tal função, em 1846. Convém ressaltar um fato curioso com o jovem doutor Tenente Theodoro na sua vida profissional. Seguindo nos relata Dr. Lycurgo Santos Filho, em sua obra “História Geral da Medicina Brasileira”: em 1846 era comissário-vacinador em Goiás, a capital, quando para lá foi desterrado o médico Sabino Vieira, a principal figura, na Bahia, da “Sabinada”. Theodoro forneceu-lhe um cavalo para que não viajasse a pé, algemado, rumo ao novo desterro, em Mato Grosso”. Doutor Theodoro administrou o Hospital São Pedro de Alcântara no período de 1845 a 1846, tendo sido elogiado pelo Presidente da Província, Joaquim

Ignácio Ramalho, pelo excelente trabalho desenvolvido, numa época em que o hospital enfrentava toda sorte de dificuldade. Homem de projeção no meio social, exerceu a função de professor de Geografia e História do Liceu da cidade, em 1850, tendo várias vezes tomado parte na banca examinadora dos concursos do Liceu Goiano.

Em 1857, então Major cirurgião-mor de Brigada, foi nomeado para a função de Delegado do Cirurgião-mor do Exército, em Goiás, durante o governo do Presidente Francisco Januário da Gama Cerqueira (1857/1860). Sua projeção política surgira poucos anos depois, em 1864, quando passa a exercer um mandato na Assembleia Legislativa, por dois anos (01/01/1864-16/09/1866), dando início a um trabalho administrativo e político de muita utilidade para a Província, já promovido ao posto de Tenente-coronel cirurgião-mor de Divisão. Na sessão de 17 de maio de 1864, apresentou um projeto de lei, com outro deputado goiano, André Augusto de Pádua Fleury, estabelecendo os limites entre as duas Províncias de Goiás e de Mato Grosso.

O ano de 1864 foi um período muito agitado para o Brasil, que se preparava para enfrentar um adversário invasor de suas terras, no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso. A província de Goiás iniciava os preparativos bélicos, com o recrutamento de tropas. Seguiram para Mato Grosso o Batalhão de Caçadores, o Esquadrão de Cavalaria e o Batalhão de Voluntários da Pátria; o Presidente da Província, João Bonifácio Gomes de Siqueira, solicitou ao Dr. Theodoro, então Delegado do Cirurgião-mor do Exército, o “preparo do apoio de uma ambulância, devidamente acondicionada para a marcha do Batalhão de Caçadores, com destino a província Mato-grossense”. Como apoio médico seguiu o cirurgião doutor Cândido Manoel de Oliveira Quintana, carioca que participou da épica Retirada da Laguna, tornando-se um verdadeiro herói.

No final de 1869, doutor Theodoro foi movimentado para a Província de Mato Grosso, nomeado como Delegado do Cirurgião-mor do Exército, exercendo a função por dois anos, até a sua promoção, em 9 de novembro de 1870, ao posto de coronel cirurgião-mor de Exército, sendo transferido novamente para a Província de Goiás. Agora, em sua terra natal, volta ao convívio dos amigos e ao mundo político, exercendo cargos importantes na administração da Província, sendo designado 2º Vice-presidente durante o governo de Antero Cícero de Assis (1871/1878), assumindo, interinamente, durante o período de 25 de julho de 1878 a 14 de janeiro de 1879. No governo de Luiz Augusto Crespo (1878/1879), exercendo o cargo de 1º Vice-presidente, assumiu a Presidência, interinamente, por dois meses, no período de 28 de dezembro de 1880 a 1º de fevereiro do ano seguinte. Novamente volta a responder pela Presidência, por seis meses, no período de 9 de dezembro de 1881 a 20 de junho de 1882, durante o governo do Presidente Joaquim de Almeida Moraes, quando exercia a função de 1º Vice-presidente. Ainda

exerceu o cargo de 1ºVice-presidente no governo de Cornélio Pereira de Magalhães, tendo respondido pela Presidência, por três meses, no período de 20 de junho a 20 de setembro de 1882.

Quando não exercia o mandato político, Dr. Theodoro retornava a sua função militar, em Goiás, fato que ocorreu até o ano de 1884, quando foi transferido para a Corte, designado para servir na Escola Militar da Praia Vermelha, onde permaneceu pelo período de um ano. No mês de junho de 1885, por questão hierárquica, com sessenta e nove anos de idade, é nomeado para a Província do Rio Grande do Sul, cujo Comandante das Armas era exercido por Deodoro da Fonseca, na ocasião em debate cerrado durante as questões militares. Devido a longa viagem, chega em Porto Alegre, adoentado e, logo, submetido a tratamento que não surtiu resultado, chegando a ser inspecionado pela Junta Militar, que o julgou incapaz para o serviço do Exército, sendo reformado a 23 de janeiro de 1886.

Assim classificado, é movimentado para o Rio de Janeiro, onde procura tratamento para seu mal, entre seus colegas. O Dr. Theodoro Rodrigues, expoente da medicina militar, nos seus primórdios, conseguiu aliar os fundamentos da hierarquia militar com as atuações políticas locais, engrandecendo ambos os setores, vindo a falecer no ano de 1897, com oitenta e um de idade, na cidade do Rio de Janeiro.

Dr. Theodoro foi agraciado pelo Imperador com a Ordem de São Bento de Aviz, em 1886, no posto de Tenente-coronel e pertenceu ao Muito Poderoso Supremo Conselho de Grau 13 do Rito Escocês Antigo.

**Alberto Martins da Silva
Acadêmico do IHG-DF*

BIBLIOGRAFIA

1. Livros Mestres da Diretoria de Saúde do Exército: (nº1, pág.5 – nº3, pág.87 – nº4, pág.19)
2. Camillo-Coura, Lea. Catálogo das teses da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1985.
3. Martins, Alberto. Cândido Manoel de Oliveira Quintana, herói de Laguna. Thesaurus Editora. Brasília. 2002.

Os “Erros” de Castro Alves

.....

Anderson Braga Horta*

Acostumamo-nos a atribuir aos românticos um relaxamento formal que não corresponde inteiramente à realidade. Certo não tinham eles, em geral, o mesmo rigor de linguagem dos parnasianos, mas atirar-lhes o labéu de ignorância lingüística é pelo menos exagero.

Da releitura que fiz de Castro Alves destaquei os pontos mais provavelmente inquináveis da pecha de incorreção, e quase invariavelmente concluí favoravelmente ao Poeta. Há problemas que saltei, ou por me parecerem menos relevantes, ou por estarem devidamente solucionados em notas à edição em que me baseei, outros que não pude solucionar, como a crase em “à meia voz”, na 2.^a estrofe de “A Canção do Africano”, a concordância em “Família, leis e Deus lhes *coube* em sorte” (“Desespero”, 2.^a), terceiros que devo atribuir a contaminação do coloquial (“Fazem hoje muitos anos”, 1.^o verso de “História de um Crime”). É pouco para a condenação, até porque não terá tido o Poeta condições de proceder a cabal revisão de todos os poemas.

Não me preocupei com as falhas de pontuação, usualmente em fim de verso, primeiro porque são lapsos de escrita ou de cópia evidentes, visto que o Poeta, em situações semelhantes, exhibe uma constância que o demonstra, segundo porque nesse ponto é mais provável a distração do autor ou do copista.

Castro Alves abusa dos travessões e das reticências, às vezes das exclamações. Mas não são erros, e sim traços de estilo, justificáveis pelo fato de ser o Poeta um talentoso *diseur* (e sua poesia se conformar naturalmente a esse dom), servindo os referidos sinais de notação “musical” para a declamação.

Limite minha pesquisa, pelo menos por ora, à poesia, e na poesia aos versos enfeixados em *Espumas Flutuantes*, *Os Escravos* e *A Cachoeira de Paulo Afonso*, na organização da edição Nova Aguilar de 1976.

1. Supostos Erros de Linguagem

Entre os erros atribuídos ao Poeta apontam-se deslizes de linguagem e tropeços métricos. Falemos inicialmente daqueles.

Ortoepia. Hiperbibasmo – Muitas palavras apresentam variações prosódicas ao longo da história da língua. Hoje dizemos *ônix*, mas Bilac,

para quem o rigorismo lingüístico era profissão de fé, dizia *onix*, paroxitonamente – e disso não há dúvida, porque a palavra faz a cesura num de seus alexandrinos. Não se trata de licença poética; a palavra era assim pronunciada em seu tempo, mesmo nos meios cultos. Licença poética é a deslocação do acento vocábulo (hiperbibismo), seja na forma sistólica (recoo), seja na diastólica (avanço), por exigência rítmica. Exemplo do primeiro caso: *blásfemo* por *blasfemo*; do segundo: *Niagara* por *Niágara*. É mais encontradiça a diástole.

Vemo-la profusamente em Castro Alves. Não há falar em erro, aos poetas assina-se o direito de moldar transgressoramente a língua ao sabor das necessidades ou conveniências da expressão artística. Tratando-se de recurso poético, devíamos estudá-lo na segunda parte destas notas. Mas cabem aqui também, pois as formas resultantes são muitas vezes tomadas por erro.

Castro Alves emprega mais de uma vez a forma *Niagara*. Baste lembrar os poemas “Jesuítas” (última estrofe, verso 4: “E o Niagara ia contar aos mares”) e “O Século” (penúltima: “Que aos gritos do Niagara / – Sem escravos, – Guanabara / Se eleve ao fulgor dos sóis!”).

Nenufar ocorre em “A Tarde”: “segredos / De amor do nenufar que enamoravas”; *nenufares* em “Os Anjos da Meia-Noite – 5.^a e 6.^a Sombras”: “Dois nenufares sobre o azul do lago”; “Ao Romper d’Alva”, 2.^a estrofe: “As estrelas fugindo aos nenufares”; “Na Fonte”, estrofe final: “Em torno dos nenufares”. Chega-se a pensar seja a forma normal para o Poeta. De fato, não encontramos *nenufar/es* uma vez sequer nas páginas revistas.

Órgia se encontra em “Pedro Ivo” (II, 2.^a estrofe), seguida de perto pela forma corrente (3.^a estrofe, no meio de verso).

Blásfemo está em “As Trevas”: “Rangendo os dentes, blásfemos, uivavam”.

Pégada, em “A Maciel Pinheiro”: “Da caravana guarda a areia a pégada”.

Reverbero, em “Poesia e Mendicidade” (V, 8.^a, 1: “Um reverbero do clarão celeste”).

Porfido, em vez de *pórfido* (= *pórfiro*), em “O Sibarita Romano” (4.^a, 4)

Murmurio, em “Canto de Bug Jargal”, verso 12.

Embora sem a pretensão de esgotar as ocorrências, menciono ainda *Cedron*, na penúltima estrofe de “Hebréia”, porque a edição citada (que tem organização, fixação do texto e notas de Eugênio Gomes) registra *Cédron*, a meu ver equivocadamente. Também acho que na última estrofe de “A Cachoeira” a palavra *áugure* deve ser lida como paroxítona.

Lexeologia – Em “As Trevas”, verso 8, topa-se com “homens *pasmos*”. Em “Ahasverus”, última estrofe, “Fogem pasmas”. Parece-me

inútil condenar o adjetivo/particípio irregular de *psamar*, largamente empregado e abonado por bons autores.

Cataclisma (“Tragédia no Lar”, 18.^a), que também encontramos em Álvares de Azevedo, nem é registrado pelos dois dicionários mais populares de hoje. Mas está no Morais, e na boca do povo sói ser preferido ao canônico *cataclismo*... que CA emprega também – em “Uma Página de Escola Realista”, logo após um hiperbismo: “aljofares / Que rebentais no interno cataclismo”, rimando com “abismo”.

Este, esse – Nem sempre foi de rigor a distinção entre *esse* e *este*, mesmo em bons autores. Augusto dos Anjos, por exemplo, em soneto famoso, diz: “Somente a ingratição, *esta* pantera”...

Às vezes a distinção se revela terreno escorregadio: quando há ou pode haver hesitação entre o uso anafórico e o uso dêictico do pronome (e nem sempre os *aplicadores de gramática* se revelam preparados para o problema...). Outras vezes, o escritor pode preferir *este* a *esse*, *esta* a *essa* por mera questão de eufonia, e não serei eu quem vá brigar com ele por isso... Reconheçamos que a língua viva, mesmo entre clássicos, não raro deixa de fazer reverência à senhora Gramática. Machado de Assis, por exemplo, se não chegava ao extremo de flexionar *menos*, não se furtava ao emprego popular da flexão feminina do advérbio *meio*, como na frase “Fulana está *meia* cansada”... E ninguém dirá que o grande Machado fosse jejuno em questões de linguagem.

O poeta de “Uma Página de Escola Realista” prefere decididamente a forma da primeira pessoa (“É tarde! É tarde! Abri-me *estas* cortinas”), sendo rara a forma da segunda, aliás encontrável no mesmo poema dramático, páginas adiante: “Sílvia! dá-me a beber a gota d’água / *Nessa* pálpebra roxa como o lírio...”

Onde, aonde – Não sei até que ponto se pode considerar geral, na época, a indistinção entre *onde* e *aonde*. Em “O Navio Negreiro”, 1.^a parte, 8.^a estrofe, diz o Poeta: “Donde vem?... Onde vai?...” Mas em “A Maciel Pinheiro”, 1.^a estrofe, versos 5-6: “Na fronte vasta, como um céu de idéias, / *Aonde* os astros surgem mais e mais...”

Exemplos dessa indistinção abundam no período anterior. Fiquemos com um, bastante, porque ilustre – o fecho do belo e conhecido soneto XIII de Cláudio Manuel da Costa: “Nise? Nise? *onde* estás? *aonde*? *aonde*?”

Apócopos verbais – São hoje correntes as formas verbo-pronominais *diz*, *faz*, *traz* por *dize*, *faze*, *traze*. O Poeta as empregava soberanamente. A “Dedicatória” assim se conclui: “Vai, pois, meu livro! e como louro agreste / *Traz-me* no bico um ramo de... cipreste!” *Corrigi-lo* estropiaria o verso. Em “O Sibarita Romano” o metro não o exige (aliás, exige o dissílabo), e então o Poeta escreve: “*Traze* o louro falerno

transparente”.

Topologia pronominal – É famosa a topologia pronominal dos românticos. Eles fizeram *tabula rasa* da norma lusitana, que perde sentido entre nós. Varela, Laurindo, até mesmo Gonçalves Dias numa passagem, oferecem colocações pronominais heterodoxas; Álvares de Azevedo, contudo, foi o campeão na matéria, pela diversidade e abundância dos casos. Mas Castro Alves pouco lhe fica a dever. Ênclises heteróclitas encontram-se no “Prólogo” (“Foi então que... recordei-me de vós”), “O Vôo do Gênio” (6.^a, 7: “Anjo, que transformaste-te em Dalila”), “Perseverando” (“Por que espantas-te, amigo” “Os Anjos da Meia-Noite – 4.^a Sombra – Fabíola”: “É sangue, que referve-te na taça! / É sangue, que borri-fa-te estas flores!”), idem – “5.^a e 6.^a Sombras – Cândida e Laura” (“Crianças, que trazeis-me a primavera... / Crianças, que lembrais-me as andorinhas!...), “As Trevas” (“quando borri-favam-nas”, “que encontraram-se os dous”), “O Nadador” (“Qu’importa-te”), “No Barco” (“Não perturbeis-lhe o plácido remanso”), “A Canoa Fantástica” (“não branqueja-lhe a vela”) e alhures. Excepcionalmente, uma próclise inicial de frase, amenizada pela pontuação anterior (ponto-e-vírgula), em “A Cruz da Estrada”, 5.^a estrofe: “Chora orvalhos a grama, que palpita; / *Lhe* acende o vaga-lume o facho seu.”

Eles avançaram; nós recuamos, apesar dos modernistas...

Regência verbal – “Ao Dous de Julho”, 1.^a, 5-6: “É a hora em que a Eternidade / *Dialoga a* Imortalidade...” Eu não diria erro, mas atrevimento. (Nesses atrevimentos era príodigo Álvares de Azevedo, que cito adrede, pela admiração que lhe votava Castro Alves.) Não conheço antecedente.

Em “A Maciel Pinheiro”, logo no início, há um *gerar* intransitivo, que pode causar estranheza, mas está rigorosamente correto.

“As Duas Ilhas”, 1.^a, 5-7: “Vê-se, por cima dos mares, / Rasgando o teto dos ares / Dois gigantescos perfis...” Creio que tem defesa canônica o verbo no singular, considerada a possibilidade de um sujeito oracional...

Caso mais drástico é o da “Tragédia no Lar”, estrofe 17, verso 4: “Viu-se então de Palmira os pétreos ossos, / De Babel o cadáver de destroços / Mais lívidos de horror.” Parece haver aqui, sim, um afastamento da norma. Um emergir da regência preferida do povo – e, diga-se logo, defendida por Martinz de Aguiar, penso que apoiado em bom fundamento. Por que a construção com sujeito indeterminado é correta com verbo intransitivo ou transitivo direto e não se pode aceitar com verbo transitivo? O instinto popular prefere-a, com isso evitando a confusão com a voz reflexa: “Vende-se galinhas”, “há políticos que se vendem”... Alvitriaria, contudo, explicação mais consentânea à *lex*: para o autor, o sujeito não seriam “os pétreos ossos” e “o cadáver” (mais adjuntos), porém o bloco íntegro e singularmente considerado, de “de Palmira” até “horror”.

(A uma visada ortodoxa, os dois últimos casos entrariam no capítulo “Concordância”.)

Beijar-lhe (“Adormecida”, 4.^a, 4) e “Como filhos – chorando-*lhe* – os penedos” (final de “A Cachoeira”) são talvez os únicos casos de regência em que a defesa se vê obrigada a apelar, sem meias-tintas, para o puro *populismo*...

Concordância – Nossas edições não costumam ser plenamente confiáveis. É preciso, pois, desconfiar mesmo quando encontramos um erro “óbvio”. Na edição Nova Aguilar citada, lê-se em “Jesuítas”, 3.^a, 4: “O navio maltês, do Lácio a vela, / A lusa nau, as quinas de Castela, / Do Holandês a galé / *Levava* sem saber ao mundo inteiro / Os *vândalos* sublimes do cordeiro, / Os *átilas* da fé.” Afigura-se claro que deve ser *levavam*, e é como está na edição Saraiva de 1953.

Na penúltima estrofe de “Boa-Noite”, verso 4, lê-se: “Que importa os raios de uma nova aurora?!...” Chama a atenção o verbo no singular. Penso que há aí uma eclipse não assinalada (por lapso, naturalmente). E acredito que me dê razão a 7.^a estrofe de “Ao Romper d’Alva”, cujo verso 4 exhibe construção simétrica, em que se assinala com apóstrofo a eclipse: “Que importa’os dedos da jurema aduncos?”

2. Supostos Erros de Versificação

Castro Alves tem sido para mim, desde a iniciação poética, um gênio da *imagerie* na frase, um mestre da arquitetura do verbo, um artista consumado da música do verso. Foi, pois, com surpresa que deparei algures alusão a seus freqüentes erros métricos...

Essa, em verdade, a razão desta nova releitura. Intrigado, e inconformado, resolvi descobrir o que poderia ter ensejado semelhante afirmação. Vou, pois, relendo e me deliciando, mais uma vez, com os hexassílabos perfeitos, os heptassílabos cantantes, os decassílabos heróicos e sáficos em bela harmonia, os bem-ritmados eneassílabos e hendecassílabos (os de “Crepúsculo Sertanejo” merecem menção especialíssima, por sua música original), com a sábia alternância, notadamente nas sextilhas formadas por decassílabos e hexassílabos, dos versos graves e agudos, com o magnífico uso dos esdrúxulos, com as variações e combinações rítmicas (“O Segredo” começa com uma seqüência de curiosa liberdade métrica, polimétrica: versos de 10, 7, 9, 9, 6, 6, 10, 2, 10, 6, 7, 4, 6, 5, 10, 10 e 7).

E vou anotando os possíveis *escolhos*.

Gralhas – Alguma vez a suposta falha métrica não passa de erro tipográfico. Em “O Fantasma e a Canção”, na edição tomada por base, assim

se inicia a 4.^a estrofe: “– *Fantasma*! Aos grandes, que tombam”. Sendo a composição setissilábica, há uma incorreção aparente. É que se grafou desinência de plural descabida, já que o fantasma é um só... O verso aparece corretamente na edição Saraiva de 1953 (organização, revisão e notas de Frederico José da Silva Ramos).

Em “Desespero”, 7.^a, 1, figura: “Crime! Quem falou, pobre Maria”. O certo é, como consta da edição de Silva Ramos : “Crime! Quem *te* falou, pobre Maria”.

Nas “Estrofes do Solitário” há um verso, “E da tumba da ignomínia erguer um povo”, que, sem o *e* inicial, ficaria perfeito; em nota, assinala Eugênio Gomes que, na edição de 1881, aparece a variante “Da tumba da *infâmia* erguer um povo”, em que aquele *e* faz falta, a menos que se leia com hiato “da infâmia”. Em Silva Ramos: “E da tumba da infâmia erguer um povo”.

Em “Versos a um Viajante”, na última estrofe, consta “Noites de *névoas*, ao rugitar do sul”. Só pode ser *névoa*, no singular, como figura em Silva Ramos.

Em “Diálogo dos Ecos” surge, quebrando a harmonia dos setissílabos: “Que rolam tantos, tantos”. “Que *rolaram*”, em S.R.

Em “Jesuítas e Frades”, um verso, “Iroqueses, Tapuias, Incas e Tupis” fica à espera de mais ampla pesquisa, pois não vejo o poema em S.R.

Gralha ou *lapsus calami* do Poeta, em “Boa-Noite” o verso “Mas não [*mo*] digas assim por entre beijos” (2.^a, 2) tem, nalgumas edições, uma sílaba a mais, por ele mesmo riscada em exemplar da *princeps*, consoante esclarece nota de Eugênio Gomes. Os poetas que se criaram no metro não fazem esse tipo de confusão; seria isso impensável em Castro Alves.

Diéreses e Sinéreses – Embora a dicção de Castro Alves vá, progressivamente, como já alguém observou, aproximando-se da que se consolidaria com os parnasianos, há ainda nele versos em que se nota certa *frouxidão romântica* (a expressão vai, naturalmente, sem nenhuma conotação pejorativa; de resto, a prática do hiato não é apanágio do Romantismo). Assim, encontramos em sua obra exemplos de suarabácti: “Onde ao sereno a *magnólia* esconde” – “Versos de um Viajante”, 4.^a, 1; “No *estagnado* céu murchara o vento” (alternativa: leitura com hiato no início) – antepenúltimo verso de “As Trevas”; “Aqui, na *magnólia* de Celuta” – “Os Perfumes”, 11.^a, 1; “E o *Czar* olha e sorri” e “*Reptis* saltam condores”, setissílabos – “O Século”, 5.^a, 10, e 9.^a, 9; de diérese (assinalo apenas algumas, das ocorridas entre sílabas átonas): “*A ortiga* silvestre enrola em nós impuros” – “A Boa Vista”; “*O amor* paternal, a castidade pura” – “Jesuítas e Frades”; “O raio, quando esgalha / *O ipê* secular, atira ao longe”; “*Deixando-o* depois triste e vazio” – “Desespero”; “*Deixa-a* em paz dormir na solidão” – “A Cruz da Estrada”. Ainda: “*Caos* de morte, inanimada

argila” (pronúncia, de resto, etimologicamente correta, e recomendada pelo dicionário de Aurélio Buarque de Holanda – o que pode desqualificar o exemplo...), no bloco final de “As Trevas”.

Em compensação, sinéreses como nestes eneassílabos de “Remorso”: “Em *tuas* costas com medo de ti”, “Mas *tua* fronte maldita encarando” e neste alexandrino de “O Vidente”: “Senhor! vendo *tua* sombra curvada sobre o abismo”.

Rimas imperfeitas – O poeta não hesita em rimar *trilha* com *família*, no fecho de “A Luís”, nem refuga a rima *fluminense* (lia o Casimiro das *borboletas azuis* a rimar com *braços nus*) de “ventos *suis*” (plural anômalo...) com “*cruz*” (“A Órfã na Sepultura”, 18.^a). Em “Ao Ator Joaquim Augusto” rima “*vês*” com “*lauréis*”; em “O Vidente”, “*sertanejo*” com “*brejo*”: remota influência, talvez, do espanhol, que não distingue entre *ê* e *é*, esse tipo de rima não é incomum entre nós, sendo encontrável até no parnasiano Bilac.

Síncopes e aféreses não assinaladas – Castro Alves costuma assinalar a síncope, mas às vezes se esquece de fazê-lo (ou o copista ou o tipógrafo por ele). É o que se vê no setissílabo “Também meu *túmulo* morreu”; embora não indicada, a síncope é evidente.

Em “Adeus, Meu Canto” há síncope *de fato* no verso “Também da orgia a *coroa* renegaste” (5.^a, 4), se bem que se pudesse imaginar uma síncope em *orgia*. Mencionem-se ainda os versos “Há muita virgem que ao *prostíbulo* impuro” (I, 9.^a, 1) e “Da nau *civilização*” (II, 10.^a, 7).

Outro exemplo é a eclipse não assinalada em verso de “Boa-Noite”, conforme lembrado no item “Concordância”, da primeira parte deste trabalho.

Há pelo menos uma aférese nessas condições: “*Estamos* na média idade. Arnês, gládio e armadura” (“Poesia e Mendicidade”, III, 2.^a, 1).

Alexandrino Arcaico – Armadilha para o aficionado ao alexandrino parnasiano, que obedece ao padrão francês, é o alexandrino de Castro Alves. Ele usa o alexandrino arcaico, também conhecido como alexandrino espanhol pelo trânsito que tem entre os poetas que escrevem em castelhano, língua que, pobre em palavras oxítonas, não favorece a cesura medial divisória do verso em dois hemistíquios hexassilábicos. Tal alexandrino se constrói pela mera justaposição de dois hexassílabos; se o primeiro termina em palavra aguda, ou em palavra grave seguida de vogal iniciadora do segundo, há coincidência entre os dois tipos; caso contrário, não, e se o escandirmos encontraremos, excluía a tônica final, não um dodecassílabo, mas um verso de treze ou quatorze sílabas. O leitor inadvertido pensará em erro...

Todos os poemas em alexandrinos de Castro Alves, com a só

exceção dos da parte 3.^a de “O Navio Negreiro” (que pode não ter sido intencional, mas pura coincidência, pois são apenas seis...), são afinados por essa cravelha. Vemo-lo em várias composições, algumas de excelente qualidade: “Poesia e Mendicidade”, “A Boa Vista”, “Pelas Sombras”, “O Tonel das Danaides”, “*Immensis Orbibus Anguis*”, “O Vidente”, “Prometeu”, “Jesuítas e Frades”, “No Monte”.

3. Conclusão

Não encontrei os famosos erros de linguagem que demonstrariam incultura lingüística. Muito menos vislumbrei erros métricos. (E se os houvesse?) O Poeta continua em seu pedestal, no Panteon de nossa Poesia, como um gigante do verbo.

**Anderson Braga Horta
Acadêmico do IHG-DF*

Marcha Terrestre no Itinerário Salvador-Brasília por Destacamento da 6ª Região Militar para participar da inauguração da Nova Capital em 21 de abril 1960

.....

*Cel. Cláudio Moreira Bento**

Ao pesquisarmos do ponto vista militar para o nosso artigo, O Combate de Jenipapo, descrição e análise militar e a sua projeção estratégica na independência no Ceará, Piauí e Maranhão. Combate em 13 de março de 1823 no Piauí, entre patriotas maranhenses, piauienses e cearenses contra o Governador e Comandante das Armas do Piauí o Major João José da Cunha Fidié, na campanha para a consolidação da Independência do Brasil nos citados estados, causou nossa admiração à rapidez com que Fidié cobriu a distância de cerca de 660 km de marcha em 23 dias numa média diária de 24km/dia por uma região assolada pela seca. alimentando-se de gado requisitado e difícilima obtenção de água para beber, e para outros usos, os soldados preparando a sua própria alimentação e deslocando a sua Artilharia com 11 peças, seguramente de baixo calibre e em trajeto sujeito a ataques dos patriotas e com pesada bagagem ou impedimenta.

E procuramos em nossa História Militar uma marcha para comparar o feito militar do experimentado soldado, veterano da Guerra contra Napoleão na Península e que ao retornar a Portugal dirigiria por mais de 10 anos o Colégio Militar em Lisboa que até o final de seu comando formava oficiais de Portugal.

E lembramos que nosso amigo e confrade na Academia Itatiaense de História Cel Lauro Amorim nos falava duma marcha de Salvador a Bahia em 1960 que ele comandou como Capitão do Destacamento que realizara aquele feito histórico . E o mesmo o nosso companheiro de Infantaria da Turma Aspirante Mega de 15 de fevereiro de 1955, Aspirante Filadelfo Reis Damasceno que foi subcomandante do Destacamento de Marcha desta marcha.

E pedimos ao confrade Cel Lauro o seu relatório de marcha e fotos então tiradas nesta marcha que serviu para avaliamos o grande feito de Fidié em sua marcha considerada por oficiais de Infantaria como extremamente forçada. E a seguir publicamos o Relatório do Capitão Lauro Amorim da sua Marcha Terrestre de itinerário de cerca de 685 km a pé feita em 29 dias,

numa média diária de cerca de 24 km /dia.

Relatório do Capitão de Infantaria Lauro Amorim da Marcha Bahia-Brasília realizada por Destacamento ao seu comando

Durante uma reunião do Estado- Maior da 6ª Região Militar, em Salvador, foi levantada a ideia de se realizar uma operação realizando um deslocamento de Salvador a Brasília, por ocasião da inauguração da Nova Capital. A ideia foi imediatamente aceita pelo comandante da Região, General de Brigada João de Almeida Freitas, que solicitou autorização das autoridades superiores e determinou ao seu Estado-Maior que fizesse os estudos necessários para uma operação desta envergadura.

“Esta marcha simbolizaria a união do passado com o presente ligando o Marco da Fundação da cidade de Salvador, a primeira capital do Brasil, a Brasília, a capital do futuro.”

A operação foi designada “Marcha Bahia-Brasília” e foi concebida para ser realizada com:

- Transporte ferroviário de Salvador a Brumado (BA)
- Transporte rodoviário de Brumado a Bom Jesus da Lapa (BA)
- Transporte fluvial de Bom Jesus da Lapa a Carinhanha (BA)
- Marcha a pé de Carinhanha a Brasília (DF)
- Transporte Aéreo de Brasília a Salvador

Entretanto não foram realizados o transporte ferroviário, por haver caído uma ponte em virtudes de fortes chuvas ocorridas na Região, e o transporte aéreo, por falta de verba.

A operação foi executada com transporte ferroviário de Salvador a Bom Jesus da Lapa (1019 km), transporte fluvial de Bom Jesus da Lapa a Carinhanha (115 km), marcha a pé de Carinhanha a Brasília (685 km), transporte rodoviário de Brasília a Salvador (2322km) perfazendo um total de 4141 km percorridos em 45 dias, dos quais 685 km a pé, em 29 dias.

O Estado-maior da Região fez um reconhecimento do percurso, do que resultou um relatório para o Comandante do Destacamento, com as informações necessárias para a operação: estado das estradas e pontes, condições de abastecimento de água, carne verde, verduras, etc.

O destacamento foi construído somente de voluntários de todas as unidades e estabelecimentos da Região e mais um pequeno grupamento da Polícia Militar da Bahia. Todos fomos submetidos à rigorosa inspeção de saúde e a um árduo plano de treinamento, do que resultou a constituição

definitiva do destacamento com 82 integrantes , sendo:

7 Oficiais (inclusive 1 tenente da Polícia Militar da Bahia, 1 tenente médico e 1 aspirante-a-oficial R2 intendente

1 aluno do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR)

20 Sargentos

12 Cabos

42 Soldados

Como comandante do Destacamento planejei e fiz executar um plano de treinamento físico do dia 22 de fevereiro ao dia 9 de março intercalando, diariamente, uma sessão de Educação Física com a realização de marcha. As sessões de Educação Física foram corridas de 2000, 3000, 4000 e 5000 metros e jogos de bola militar. As marchas começaram com um percurso de 16km e terminaram com 73 km, sendo os últimos quatro dias seguidos de marcha de 30, 32, 37 e 37 km encerradas com um acampamento. O treinamento de marcha totalizou 278km realizado sob as mais variadas condições: terreno: no asfalto, terra e areia; horário: madrugada, manhã, tarde e noite; tempo: com sol, chuva e nublado; temperatura: variadas.

Após o treinamento fomos submetidos à nova Inspeção de Saúde e considerados aptos para a operação. Todos tomaram vacinas antiamarílica, variólica e Tet-Tab.

A Força Aérea prestou-nos inestimável apoio tanto com os aviões T6 da Base Aérea de Salvador como com os aviões L19 da 1ª Esquadilha de Ligação e Observação (ELO), desempenhando missões de suprimento, não só transportando peças e acessórios para viaturas como alimentos perecíveis e abastecimento geral nos dias em que o Destacamento se viu privado do transporte terrestre em virtude da intransitabilidade das pontes sobre os rios que transbordaram de seus leitos. Durante os altos (paradas) o Destacamento preparou pistas de pouso para os aviões L 19.

Às 8:00 horas do dia 15 de março de 1960, junto ao Marco da Fundação da Cidade de Salvador, foram realizadas as solenidades programadas e constando de missa celebrada por S. Eminência D. Augusto Cardeal da Silva, Primaz do Brasil, palavras do Comandante da Região e entrega a min



Reunião do Destacamento junto o marco de fundação de Salvador

Comandante do Destacamento de uma Mensagem assinada pelo Governador da Bahia, Juracy Montenegro Magalhães, pelo Prefeito de Salvador, Heitor Dias e pelo Comandante da 6ª RM e endereçada ao Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Às 14:55 horas do mesmo dia teve início o deslocamento rodoviário a partir do pátio do QG da 6ª RM. Acompanhava-nos, também, uma equipe de Imprensa chefiada por um capitão R1, com dois sargentos (cinegráfiata e fotógrafo) e dois jornalistas (**Jornal da Bahia** e **A Tarde**).

Neste deslocamento a tropa passou e foi recebida com homenagens pelas autoridades das cidades de Feira de Santana, Jequié, Vitória da Conquista, Brumado, Caetitê, Riacho de Santana e chegando a Bom Jesus da Lapa às 3:00 horas do dia 20 de março, embarcando, imediatamente no vapor “**Barão de Cotegipe**”. Neste percurso de 101 km somente os primeiros 115km (até Feira de Santana) eram asfaltados. Os restantes eram estradas de terra em péssimo estado devido as chuvas. Tivemos inclusive, neste trajeto, um acidente com a viatura cisterna que virou e, em consequência, o resto da marcha foi feito sem a mesma.



*O nosso primeiro dia de
Marcha do Destacamento*



Destacamento formado junto ao marco da Fundação de Salvador tendo a frente o Capitão Lauro Amorim e na fila anterior no meio, o tenente Filadelfo Damasceno, nosso companheiro da Arma de Infantaria Turma Aspirante Mega fev 1955 como sub comandante do Destacamento e já historiador autor de um livro publicado depois da marcha História do Batalhão Pirajá o atual 19º Batalhão de Caçadores. Desta marcha ele muito nos falou. Faleceu cedo. Era baiano.

Durante este transporte rodoviário a tropa foi alimentada com ração de combate R-2, tipo EMFA, confeccionada e fornecida pelo Estabelecimento Regional de Subsistência da Região.

Às 18:27 horas do dia 20 teve início o deslocamento fluvial chegando às 20:30 horas do dia 21 em Carinhanha, tendo a tropa permanecida embarcada. Como a chata para o transporte das viaturas não havia chegado a tempo foram

embarcados apenas o jeep e um caminhão.

A marcha a pé teve início às 07:00 horas do dia 22 com apoio, apenas das duas viaturas citadas. Em consequência, só foi transportado o estritamente essencial, como seja, material de estacionamento, cozinha e gêneros para oito dias. As outras viaturas de apoio seguiram após a chegada da chata e as mais pesadas (dois caminhões e a viatura tanque de combustível) deram a volta por Minas Gerais e foram se encontrar com a tropa em Formosa, já em Goiás.

A tropa realizou a marcha com seu uniforme e equipamento de campanha normal, inclusive armamento, exceto o capacete de aço.

A marcha tinha início, diariamente, em torno das 04:00 horas (assim que terminasse a refeição da manhã) para que, por volta das 11:00 horas estivesse terminada.

O Grupamento de Apoio Logístico ao Destacamento deslocava-se e montava o próximo acampamento e a cozinha de modo que a tropa ao terminar a marcha encontrava o acampamento pronto e a cozinha em funcionamento.



O Destacamento chegando num acampamento onde era esperado com a refeição pronta e algumas barracas montadas.

A etapa média diária de marcha era de 30km, com o mínimo de 26km e o máximo de 47km. O limite era determinado em função da existência de água nas proximidades, já que estávamos sem a viatura cisterna.

Às 10:00 horas do dia 25 atingimos a cidade de Cocos (BA), sendo recebidos pelas autoridades locais. Nos dias 29, 30, 31 de março e 1º de abril tivemos que ficar estacionados, pois, duas viaturas apresentaram panes e ficamos aguardando a chegada das peças trazidas pelo avião L 19 que nos apoiava. Para que não fosse quebrado o ritmo do trabalho físico a tropa foi submetida a sessões de Educação Física e Ordem Unida.



Chegada do Destacamento ao Marco da Trijunção Minas Gerais, Bahia e Goiás em que pousou para a foto o comandante do Destacamento Capitão Lauro Amorim e ao seu lado o médico do Destacamento.

Às 06:00 horas do dia 7 de abril atingimos o Marco da Trijunção (Minas Gerais, Bahia e Goiás). No dia 10 subimos a serra de São Domingos, com aclive bastante acentuado. Às 10:45 do dia 14 atingimos a cidade de Formosa e fomos recebidos, também com homenagens. No dia 18 de abril desloquei-me de Jeep à procura de um local para a preparação de um campo de pouso para o L19.

Neste deslocamento, ainda a 30km de Brasília avistei os altos edifícios e o lago da cidade o Paranoá. No meu Diário de marcha registrei o seguinte:

“Foi a primeira impressão que tive: algo de majestoso, perdido no meio daquela imensidão que é o Planalto Central. Senti nesta oportunidade, o monumental trabalho do homem, erguendo do nada naqueles campos imensos uma cidade grandiosa. Queiram ou não, não resta a menor dúvida, ao se divisar aquele panorama concluir-se que, forçosamente, Brasília será um fator de progresso para a região e para o Brasil”.

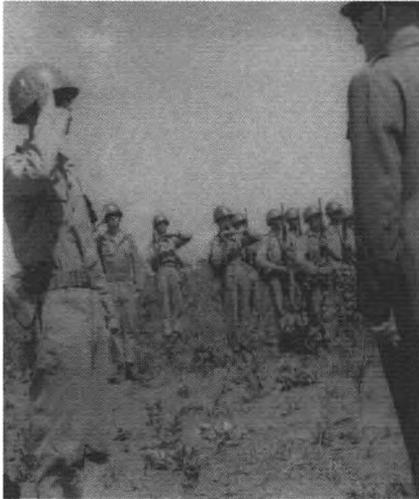


A chegada do Destacamento a Nova Capital depois de uma marcha forçada.

Às 11:00 horas do dia 19 atingimos o quartel da 6ª Cia de Guardas, em Brasília, e acampamos entre esta e o Palácio do Planalto, sendo preparado um campo de pouso para o avião L 19. Cumpre ressaltar que não houve nenhuma baixa. Todos os que iniciaram o deslocamento em Salvador chegaram a Brasília.

Do relatório médico ressaltamos: alguns mais importantes problemas de saúde: resfriados ou gripes - 60 casos, diarreia - 102, desinteira - 10, pneumonia -

1, gastrite - 1 e, alguns curiosos: picada de insetos - 12, rachadura de lábio (frio) - 10, luxação de mandíbula (queda da mandíbula) - 2, aliás a mesma pessoa.



No dia 21 de abril de 1960 o Destacamento tomou parte no Desfile Militar, uma das solenidades comemorativas da Inauguração da Nova Capital, encerrando o mesmo. O Destacamento tomou parte com o uniforme de marcha (uniforme de instrução, equipado e armado) com exceção da Guarda Bandeira e Estandarte do 19º BC que estavam com o uniforme tradicional do Batalhão dos Periquitos, da Guerra do Paraguai, e os outros Estandartes e Escoltas (CPOR de Salvador, Colégio Militar de Salvador e Polícia Militar da Bahia) com seus uniformes de parada.



Guarda de Honra em uniforme histórico o 19º BC Batalhão Pirajá de Salvador e levando o Estandarte da Unidade.

Em frente ao Palanque Presidencial a tropa fez alto e fez a entrega solene ao Comandante da 6ª RM, Gen Freitas, da mensagem trazida da Bahia.

O Gen Freitas fez a leitura da Mensagem e, em seguida entregou-a ao Exmo Sr Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira.



O Capitão Lauro Amorim no acampamento do Destacamento vendo-se ao fundo o Palácio do Planalto e na foto ao lado hasteando a Bandeira Nacional no acampamento em Brasília



Visita ao Acampamento do Destacamento do Ministro da Guerra Marechal Odílio Denys em 22 de abril e que cumprimenta os seus integrantes por aquele feito histórico. A sua direita o comandante da 6ª Região Militar General João de Almeida Freitas e a sua esquerda o comandante do Destacamento Capitão Lauro Amorim.



Em Brasília o nosso acampamento foi visitado pelo Comandante da Região, Gen Freitas, pelo Ministro da Guerra, Marechal R1 Odílio Denys e pelos Governadores dos Estados de Bahia e Sergipe, respectivamente, Gen Juracy Montenegro Magalhães e Dr Luiz Garcia. O último governador do meu Estado Natal.

Às 15:00 horas do dia 23 teve início o deslocamento em transporte rodoviário no trajeto Brasília, Belo Horizonte, Salvador e chegando ao Quartel General da Região até o Marco da Fundação da Cidade de Salvador, ponto inicial e final da marcha. Nesta ocasião o Destacamento foi saudado pelo Prefeito de Salvador Heitor Dias, e, em seguida, foi celebrado um ofício religioso em regozijo pelo fiel e feliz cumprimento da missão.

A Mensagem transportada pelo Destacamento de Salvador a Brasília tinha o seguinte teor:

DA BAHIA DE THOMÉ DE SOUZA À BRASÍLIA DE JUSCELINO KUBITSCHK

Senhor Presidente:

Daqui desta cidade que foi a primeira capital do Brasil, mandamos a Vossa Excelência, nesta hora em que se instala a Nova Capital, esta palavra de fé nos destinos da Nação.

Aqui nascemos, para orgulho de todos nós. A descoberta fora um

pouco mais abaixo, e aí se plantou em solo baiano – em solo brasileiro, vale dito – a primeira Cruz de Cristo.

Pouco tempo depois, porém, era a cidade subindo a escarpa, cá dentro na Baía de Todos os Santos.

E se construíram as primeiras casas e se levantou a primeira igreja com pedra de cantaria vinda de Portugal.

E se abriu a primeira escola e se elevou o primeiro forte e se constituiu o primeiro governo.

Dali para cá, são quatrocentos e poucos anos de trabalho, de desbravamento, de bandeirismo, de busca, de construção, de lutas e de esperança.

A civilização implantada no litoral foi ganhando o interior. Bandeiras e mais bandeiras saíram de São Paulo e da Bahia, desbravando-a terra inóspita e ponteando de vilas e currais o sertão maravilhoso.

E mandava daqui, “desta baya” dizer, em agosto de 1549, o padre Nóbrega ao seu provincial padre Simão Rodrigues:

“Eu trabalhei por escolher um lugar para o nosso Colégio dentro da cerca e somente achei um que lá vai por mostra a Sua Alteza, o qual tem muitos inconvenientes porque fica muito junto da Sé, e duas igrejas juntas, não é bom, e é pequeno, porque onde se há de fazer a casa não tem mais X braças posto que tenha ao cumprido da costa 40. E não tem onde se possa fazer horta, nem outra coisa por ser tudo costa mui íngreme e com muita sujeição da cidade.

E portanto a todos nos parece muito melhor um teso que está logo além da cerca, para a parte donde se há de estender a cidade de maneira que ante de muitos anos podemos ficar no meio....

O mesmo dizemos a Vossa Excelência, Senhor Presidente, diz-lhe a Bahia, à hora da instalação da Nova Capital do Brasil, sonho que vem do nascer da República. A “cerca” da civilização, do progresso, não chegou ao planalto central; mas, dentro em pouco, Brasília estará ao “meio”.

Esta é a esperança da Bahia de Thomé de Souza na Brasília de Vossa Excelência.

Cidade de Salvador, 21 de abril de 1960.

**Juracy Montenegro Magalhães
Governador do Estado da Bahia
Heitor Dias
Prefeito da Cidade de Salvador
Gen. João de Almeida Freitas
Comandante da 6ª Região Militar.”**



A esquerda o trecho Caririnha - Brasília percorrido pelo Destacamento, balizado por Cocos, Sapateiro, Marco da Trijunção, Formosa, Goiás Minas, Formosa, trajeto percorrido em alguns pontos por volta de 1925 pela Grande Marcha da Coluna Miguel Costa Prestes. Percurso percorrido pelo Destacamento 685 km em 29 dias com uma média diária de cerca de 24 km.

Integrantes do Destacamento que realizou A Marcha a Pé de Caririnha-Brasília

Os mais moços beiram a idade de hoje de 65 anos e seus nomes e unidades a que pertenciam são a seguir relacionados como homenagem da Academia ao seu histórico feito realizado voluntariamente com votos que vivam para ver em 2010 o cinquentenário da Nova Capital Brasília que eles visitaram na sua inauguração.

MARCHA BAHIA – BRASÍLIA A CONSTITUIÇÃO DO DESTACAMENTO

Comandante – Cap Inf LAURO MAGALHÃES CASTRO AMORIM

Oficiais:

1º ten FILADELFO REIS DAMASCENO – 1ª Cia Ind Fz-º. 2º Ten WILMAR MENEZES BASTOS – 19º B C. 2º Ten ARISTENES BORGES CASTELO BRANCO – POLÍCIA MILITAR e ASP R-2 CONV LUIZ EDMUNDO SANTOS OLIVEIRA – 19- BC.

Praças – 19-º Batalhão de Caçadores Batalhão Pirajá:

3º Sgt WALTER FERREIRA NUNES. 3º Sgt ROQUE DA SILVA TIANO. Cabos MANOEL VALENTIM DOS SANTOS e MANOEL DOS REIS CARDOSO. Soldados MILTON NERI DOS SANTOS. CAETANO SANTANA. FRANCISCO MARQUES DE JESUS. GERSON BARBOSA. WALTER BATISTA DE SOUZA GILSON OLIVEIRA. ANTONIO DA LUZ FERREIRA RAMOS e HÉLIO BEZERRA DA SILVA.

1ª Cia Independente de Fuzileiros:

Cabos OSVALDO VALERIANO VIANA e GIL REGIS LOPES e Soldado

AUGUSTO MARIANO DA SILVA.

4ª Companhia de Guardas:

Soldados ANTONIO LAURÊNCIO CHAGAS e ANTONIO OLIVEIRA DE ALMEIDA.

CMS:

3º Sgt ANTONIO SILVA e Soldados MANOEL FIRMINO DOS SANTOS, MILTON LOPES DE OLIVEIRA e DIÓGENES DE CARVALHO NUNES.

Companhia de Polícia da 6ª Região Militar:

Soldados IZAURO ALVES PENA e FLORISVALDO NASCIMENTO RIBEIRO.

Companhia do Quartel General da 6ª Região Militar:

2º Sgt NELSON ALVES SANTANA e Soldados JUDIRVAL PEREIRA DA SILVA. FAUSTO MAGALHÃES MELO e RAIMUNDO SANTOS E SOUZA.

1ª Bateria do 4º Grupo de Artilharia de Costa Móvel:

3º Sgt JOSÉ RODRIGUES SOARES. Cabo NICANOR DE ASSIS MELO. Soldados d CARLOS MAGNO DA SILVA, .WALTER EVANGELISTA DE OLIVEIRA e ALMIR SANTOS.

Estabelecimento Regional de Finanças da 6ª Região Militar:

Cb ADELSON CALDAS DA SILVA MELO.

Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Salvador:

Aluno JOÃO DE MELO CRUZ e soldados PEDRO PAULO DE SOUZA e FLÁVIO SANTANA.

18ª Circunscrição de Recrutamento:

Soldado WLADMIR RODRIGUES DO NASCIMENTO

28º Batalhão de Caçadores:

3º Sgt ANTONIO DANÚBIO FERREIRA DA SILVA, 3º Sgt RENALDO SILVA ANDRADE e 3º Sgt ERILO ARAGÃO PRADO. Cabos ROBSON FERREIRA DE ANDRADE, AMINTHAS BARRETO. Soldados HERONIDES CONCEIÇÃO, JOSÉ CATARINO DOS SANTOS, ANTONIO OLIVEIRA, JOSÉ ALVES DE ARAÚJO, JOSÉ ALVES DOS SANTOS, HUMBERTO FELISMINO SOBRINHO, JOSÉ ANTONIO ALCÁNTARA, WALMIR SILVA ANDRADE, d JOSÉ EWERTON

SOARES DE MENEZES, MAURO CARLOS DA SILVA, d JOSÉ DOMNGOS DAMASCENO, GILBERTO DOS SANTOS e BENEDITO ÂNGELO GONÇALVES.

19ª Circunscrição de Recrutamento: 2º

Sgt MOACIR PASSOS LIMA e 3º Sgt JOSÉ LEONARDO MACHADO BARRETO MENEZES.

Polícia Militar da Bahia:

Soldados RANULFO EDSON GONÇALVES e AURÉLIO MOTA DE ARAUJO.

**Cel. Lauro Magalhães Castro Amorim
Comandante do Destacamento de Marcha de 1960
. Coronel Lauro Amorim natural de Cachoeiro do
Itapemerim e residente em Resende desde 1991,
onde foi declarado Aspirante a Oficial de
Infantaria da Turma de 1949 Marechal José
Pessoa da Academia Militar das Agulhas Negras É
casado com a resendense D. Olga dos Santos
Amorim também acadêmica da Academia
Itatiaense de História. Ao comandar a Marcha
Salvador Brasília em 1960, ele era Capitão
Ajudante de Ordens do comandante da 6ª
Região Militar. Foi instrutor do Curso de
Infantaria da AMAN em 1961/62 . Foi
instrutor da Escola de Comando e Estado-
Maior do Exército em 1967/1968 e dali seguiu
para cursar o Curso de Estado-Maior do
Exército Alemão. Ao retornar continuou
instrutor da ECEME de 1971-72. Ao final do
seu tempo de instrutor por falar alemão foi
contratado pela Volksvagem do Brasil onde
trabalhou por longo período. Ao deixar aquela
empresa veio residir em Resende quando
exerceu diversas funções: A assessoria,
consultoria e secretário de Administração e de
Turismo da Prefeitura de Itatiaia.*

*O Cel Lauro Amorim e sua esposa Olga
integram a Comissão de Relações Públicas da
Academia de História Militar Terrestre do
Brasil junto com a Presidente da Academia
Itatiaense de História D. Alda Bernardes
Faria e Silva.*

Saudades de Lucio Costa

.....

*Ernesto Silva**

*“Administrar Brasília não é administrar uma cidade qualquer,
mas uma cidade que já nasceu com “pedigree”,
o que obriga a umas tantas limitações.*

*A primeira condição para se administrar Brasília é
GOSTAR DE BRASÍLIA; a segunda é CONHECER OS PLANOS;
a terceira, RESPEITÁ-LOS.”*

(Lucio Costa)

13 de junho de 1998. Falece Lucio Costa. Dia de consternação, de saudade, de preces.

Dotado de intelectualidade brilhante e multifária, Lucio Costa integra o reduzidíssimo grupo dos gênios da nossa geração.

Democrata, discreto, modesto, fiel aos seus princípios, Lucio Costa, na arquitetura e no urbanismo, inspirou uma época que ameaçava afogar-se na trivialidade.

Conta Lucio Costa que o pai gostaria de possuir um “artista” na família. Atendendo ao desejo paterno, matriculou-se, em 1917, na Escola Nacional de Belas Artes, formando-se em arquitetura em 1923.

Dotado de talento invulgar e assaz disciplina, Lucio Costa chamou a atenção de seus professores. E qual não foi sua surpresa quando, certa vez, o Diretor da Escola, o paisagista Batista da Costa, o chamou (ele cursava o terceiro ano) para lhe conferir o que viria a ser o seu primeiro trabalho. A partir daí, começou a trabalhar.

O primeiro projeto, conforme relata, foi o de uma casa em “estilo inglês”, na Avenida Paulo de Frontin, Rio de Janeiro.

Em 1936, surgiu-lhe uma esplêndida oportunidade: o convite para projetar o edifício do Ministério da Educação e Saúde, que, segundo Lucio Costa, não foi “apenas o marco de uma época.”

Após a experiência do Ministério da Educação, os convites para projetos de arquitetura e urbanismo chegam em catadupas a seu escritório.

Não sei se por motivos sentimentais, creio que a glorificação de Lucio Costa não havia chegado quando decidiu concorrer ao concurso do Plano Piloto de Brasília.

O urbanista, a princípio, não desejava participar, tanto que deixou para a última hora a entrega de seu projeto, o de número 22.

O concurso do Plano Piloto de Brasília foi julgado por seis notáveis profissionais: três estrangeiros e três brasileiros.

Após um exame perfunctório dos projetos pelo júri, a escolha foi relativamente fácil: o projeto de Lucio Costa “era o único plano para uma capital administrativa do Brasil” na apreciação do júri.

E o de Lucio Costa se revelara o mais consentâneo.

Trechos do relatório:

“A cidade deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como URBIS, mas como CIVITAS, possuidoras dos atributos inerentes a uma capital.

A cidade foi concebida em função de quatro escalas diferentes: a escala coletiva ou monumental; a escala cotidiana ou residencial; a escala concentrada ou gregária; a de lazer ou bucólica. O jogo dessas quatro escalas é que daria o caráter próprio definitivo.

A super-quadra é a VERDADEIRA RAIZ DE BRASÍLIA, que fez a árvore crescer e dar frutos.

Brasília é a expressão de um determinado conceito urbanístico, tem filiação certa, não é uma cidade bastarda. O seu fâcies é o dom de uma cidade inventada que se assumiu na sua singularidade.

O tombamento será capaz de assegurar às gerações futuras a oportunidade e o direito de conhecer Brasília tal como foi concebida.”

É a este insigne brasileiro – Lucio Costa –, que inventou a cidade mais bela do mundo e que lutou denodadamente pela sua cria, que dedico, em nome dos bravos pioneiros que construíram a cidade, os sentimentos mais profundos de admiração, gratidão e respeito pela sua inquestionável contribuição à cultura universal.

**Ernesto Silva
Acadêmico do IHG-DF*

O Poder da Periferia

.....

*Eugenio Giovenardi**

Brasília é uma cidade plantada numa vasta região do Planalto Central. Seriam essas terras do Centro-Oeste ocupadas independentemente da urbe? Os novos habitantes mirariam a cidade de longe, esperando um oráculo político sobre as sérias decisões econômicas da Marcha para o Oeste? Tornar-se-ia uma cidade-arte, sagrada e perdida, no meio do Cerrado sem vínculos culturais com a região?

Ou, ao contrário, a região do oeste goiano, expandindo-se como nova fronteira, agrícola, agroindustrial, extrativa – minerais e madeiras – moldaria e inundaria a cidade de Brasília, transformando-a numa metrópole necessária à sustentação dos novos empreendimentos. Geraria e importaria, segundo suas conveniências, decisões políticas aos administradores manietados pelas forças externas?

Em resumo, a cidade definiria os destinos da região ou a região decidiria a existência, a forma e a função da cidade-capital?

Brasília, trazendo para seu bojo o poder político das decisões econômicas e todo o aparato legislativo, judicial e de defesa nacional, poderia sobreviver no isolamento de cidade-capital, operando apenas como sinalizadora do desenvolvimento regional, sem imantar às suas paredes uma população ávida de escapar à pobreza e participar das regalias da corte?

Um sonho urbanístico, equipado com penduricalhos imprescindíveis da máquina administrativa, voltado apenas para o repouso do poder silencioso, restrito aos ofícios próprios de cabeça da Nação, poderia subsistir como cidade-parque num país de população pobre e desempregada, malformada e analfabeta? O sonho não estaria sob a ameaça de um pesadelo?

Essas perguntas me transportam à periferia do Plano Piloto e aos transbordamentos populacionais que circundam o Distrito Federal, em terra de Goiás. Uma população que se reproduz com maior intensidade nos agrupamentos mais pobres e, portanto, de maior pressão sobre todos os serviços urbanos.

Brasília, ao cinquenta anos, parece ter perdido o mando sobre si e não possuir força para se proteger dos vizinhos. Seu poder de urbe foi suplantado pela pressão massiva de uma superpopulação que a invade e domina, sentada nos degraus de suas portas, exigindo, impondo, sugando sem retribuição, não por rebeldia, mas por inépcia.

Um Governador leva a administração central para fora do Plano

Piloto e um Presidente compra um avião para estar em todos os lugares do mundo e pouco em Brasília. As declarações de defesa e proteção de Brasília, como Patrimônio da Humanidade, são arrotos da boca para fora.

A cidade Brasília está sendo rejeitada de dentro para fora e de fora para dentro. Interesses divergentes procuram moldá-la para atender a propósitos conflitantes na essência, embora convergentes em funções administrativas.

Mais uma vez, o superpovoamento das áreas contíguas a Brasília gera imposições e degenera o diálogo entre a pureza do urbanismo e a crueza das necessidades da população. Dois milhões e meio de habitantes, alheios ao sonho urbanístico de cidade-parque, sufocam as ruas do Plano Piloto. Um milhão de carros reclama diariamente a remodelação das vias. A refundação de Brasília é uma tentação que sacode os ânimos de administradores, legisladores, governantes e empresários, excitados pelo poder da periferia que manda de fora para dentro.

As decisões são concebidas lá fora, com o apoio entusiasta e devastador de poderosos aliados. Amadurecidas, codificadas e legalizadas aqui dentro, são implacavelmente executadas.

As consequências inevitáveis e os efeitos negativos justificam-se com argumentos da tecnologia, do crescimento, da imposição da realidade, isto é, a superpopulação exige casa, água, luz, emprego, rodovias, estacionamentos, melhores salários para consumir mais, indefinidamente.

A cidade de Brasília chegou a um impasse. As ameaças que caracterizam as metrópoles brasileiras estão às suas portas.

A declaração profética de Juscelino Kubitschek: - ***Façamos o “supérfluo” agora. O necessário virá de qualquer maneira, no seu tempo*** – parece estar em curso.

A determinação e o dimensionamento do ***necessário*** deveria ter provocado, a seu tempo, respostas inteligentes de urbanistas, arquitetos e planejadores da economia regional.

Os fatos de hoje são os erros de ontem e podem ser os acertos do amanhã, se amanhã houver.

**Eugenio Giovenardi
Acadêmico do IHG-DF*

Antonio Candido: 90 anos de dignidade

.....

*Fabio de Sousa Coutinho**

*“Há homens que lutam um dia e são bons
Há outros que lutam um ano e são melhores
Há aqueles que lutam muitos anos e são muito bons
Mas há os que lutam toda a vida
Estes são os imprescindíveis.”*

(BERTOLD BRECHT)

Qual é o verdadeiro sentido da comemoração de uma efeméride, quando ela diz respeito a uma pessoa e, mais ainda, a um ser presente entre nós?

Para os democratas, a celebração do aniversário de alguém deve, necessariamente, constituir um momento de reflexão sobre o que a vida do homenageado representa em termos de dedicação à causa da justiça social, à afirmação das liberdades reais, ao fortalecimento dos legítimos valores da nacionalidade, ao engrandecimento cultural do povo de seu país e à defesa incontestável da cidadania como fonte universal de participação no poder e nos destinos de uma nação.

Pois bem: estas linhas pretendem festejar, com a admiração e o júbilo próprios de um discípulo respeitoso, a trajetória pessoal, profissional e literária de um brasileiro modelar que agora atinge seus belos noventa anos. Refiro-me a **ANTONIO CANDIDO DE MELLO E SOUZA**, professor, escritor, pensador e, acima de tudo, militante democrata que confere um toque de seriedade absoluta a uma atividade produtiva em que a qualidade científica, o rigor acadêmico e a precisão de conteúdo se aliam a uma profusão capaz de surpreender e fazer pasmar o mais cético dos observadores do movimento editorial de nossa terra.

ANTONIO CANDIDO lecionou na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo durante quase quatro décadas (de 1942 a 1978), não tendo descuidado, por um dia sequer, de participar da vida que segue fora dos limites acadêmicos, nos quais uma tendência à acomodação é notória em todos os quadrantes do mundo. Mestre irrepreensível, galgou diversas etapas até atingir a titularidade, tendo requerido sua aposentadoria em episódio, de cunho eminentemente político, que traz a marca da personalidade de um homem que sempre soube colocar

os supremos valores da consciência acima de conveniências de natureza material e burguesa, não fazendo concessões de qualquer espécie aos atrativos da burocracia.

Professor de Literatura Brasileira na Faculdade de Filosofia de Assis (SP), atualmente integrada na Universidade Estadual Paulista, sua atuação naquela prestigiosa instituição é reverenciada por quantos ali passaram, constituindo suas aulas autênticos monumentos de formação de brasileiros conscientes e consequentes, gente que, ao vê-lo e ouvi-lo, podia ter a certeza de que a existência merece ser encarada como um bem precioso demais para ser desperdiçado com questões que não passam pelo fortalecimento do homem como indivíduo na sua espécie e pessoa no conjunto da sociedade.

Como sociólogo, crítico e historiador literário, **ANTONIO CANDIDO** leva ao paroxismo sua postura de intelectual engajado, de pensador sempre atualizado, de cidadão permanentemente ocupado e preocupado com os problemas estruturais que a humanidade deve enfrentar e superar para libertar-se inteiramente e poder realizar a felicidade completa, a utopia.

A leitura de apenas algumas de suas dezenas de obras seria suficiente para ajudar na compreensão dos incontáveis tropeços conjunturais e retrocessos institucionais por que passou, passa e, previsivelmente, ainda vai passar, o processo civilizatório brasileiro. Com efeito, *FORMAÇÃO DA LITERATURA BRASILEIRA, MOMENTOS DECISIVOS* (1959), *LITERATURA E SOCIEDADE: ESTUDOS DE TEORIA E HISTÓRIA LITERÁRIA* (1965) e *UM FUNCIONÁRIO DA MONARQUIA: ENSAIO SOBRE O SEGUNDO ESCALÃO* (2002) se impõem como primorosos exemplares da mais perfeita e acabada investigação literária, histórica e sociológica desenvolvida em nosso país, com vistas à compreensão dos graves e hereditários problemas nacionais.

Por tudo o que fez, pensou e escreveu até aqui, **ANTONIO CANDIDO** chega aos noventa anos ombreando-se com outros grandes brasileiros de sua geração que, tendo atingido idade tão significativa, igualmente se revelaram, em todos os momentos, forjados de inabalável honestidade intelectual e política. E, quando faço tal afirmativa, estou a pensar, por exemplo, num **OSCAR NIEMEYER**, num **EVARISTO DE MORAES FILHO**, num **JOSÉ MINDLIN**, num **GOFFREDO TELLES JÚNIOR**, num **FERNANDO BASTOS DE ÁVILA**.

O espaço aberto para esta homenagem aos noventa anos de **ANTONIO CANDIDO** permitiu que se perpetuasse, ainda que singelamente, o registro de uma rara trajetória existencial, na qual, pela prática incondicional das virtudes da integridade, da lealdade, da honradez, do

respeito, da solidariedade, do patriotismo e do pensamento integrado à ação, um brasileiro ímpar dignifica o permanente combate democrático e, em última análise, a própria condição humana.

**Fábio de Sousa Coutinho
Acadêmico do IHG-DF*

O Conceito Tático em Villegagnon A Olaria e Henriville

.....

*Fernando Lourenço Fernandes**

1 – Introdução

À margem da importância histórica da ação francesa na Guanabara, no começo da segunda metade do século XVI, restou esquecida a tarefa de se ir buscar, no terreno dos fatos indiciatórios e para mais além do noticiário dos cronistas, a localização da olaria que teria suprido de tijolos a construção de Henriville, a cidadezinha tropical idealizada por Villegagnon, iniciada aí por volta de 1556. Chegado à calha ocidental da baía do Rio de Janeiro (1555) e estabelecido no terço próximo à embocadura, suas prioridades centraram-se, naturalmente, em prover a defesa e garantir proteção ao projeto da *França Antártica*, erigindo a pequena fortaleza na ilha de Serigipe, hoje com seu nome e quase engolfada pelo promontório barulhento do aeroporto Santos Dumont, nome, por sinal, a quem a França devota mais reconhecimento do que ao do próprio Villegagnon.

Como se sabe, pelo acurado estudo de crítica histórica conduzido por Vasco Mariz e Lucien Provençal (e que resolve questões polêmicas envoltas no tema), os principais inimigos de Nicolas Durand de Villegagnon – pelo menos naqueles anos iniciais de Brasil – não eram os portugueses, mas os próprios do grupo francês, à medida em que os antagonismos e intransigências iam crescendo entre ele e a maior parte de seus comandados europeus.[1]

Diante de todas as graves circunstâncias que acabaram por empolgar a situação interna do círculo de Serigipe e depois, com a guerra na Guanabara e o episódio da fundação da cidade de São Sebastião (do Rio de Janeiro), poucos sobrou no interesse dos pesquisadores para deitar vistas a um assunto descoroçoado, aparentemente banal, como o da olaria de Villegagnon, a *Briqueterie*. Quanto à Henriville, tomada como um lugar de ocupação humana, não importa se aglomerado urbano ou aldeia de roça, o fato do vice-almirante de Bretanha aludi-la na carta ao duque de Guise e as execrações atribuídas aos pastor Richer, não deixam dúvida quanto à existência do assentamento, provavelmente, instalado junto ao forte de madeira, paliçada, construída na bacia do rio Carioca ou Catete.

A missiva destacava o caráter agrícola do vilarejo, com seus moradores, sessenta pessoas, ocupados em tirar do solo o próprio

sustento.[2] Esse último detalhe, o amanho da terra, também não foi objeto de maiores indagações dos estudiosos.

Henriville, a colônia francesa, não pode ser dissociada – em termos de local e época – de suas funções objetivas e de logística do empreendimento, isto é, entreposto de pau-brasil (PB) e de produtos tropicais, sem comprometer com isso a inteireza ou a abrangência do projeto Villegagnon da *França Antártica*. É natural que os planos originais do almirante estabelecessem uma alavanca econômica, a partir da exploração da flora e fauna utilitárias. Aliás, quanto a isso (o suporte compensatório) não há dúvida. O próprio Villegagnon granjeara experiência no assunto, com os excelentes resultados obtidos em sua viagem precursora ao Cabo Frio.[3]

Em breve, a movimentação francesa na Guanabara, que já não era pequena antes da colônia, iria crescer no acostamento do tráfego mercantil, por si só, fator de ajustamentos nos planos de ocupação do espaço costeiro, de suporte da empresa e de defesa das instalações (e de seu perímetro de proteção).[4] Sem o apoio e o investimento necessários, Villegagnon estaria se metendo em sérios apuros.

2 – Conhecimento e Situação

A presença de franceses na costa fluminense não era recente. Iniciou-se entre 1525–1526 e, mais certamente, após 1532, com as bordadas na direção do Rio da Prata e do Estreito. As viagens mercantis ao litoral brasileiro, focado a norte dos Abrolhos, iriam se retrair muito no período entre 1532 e 1539, para tomar novo impulso a partir daí, começando a integrar as preocupações das autoridades portuguesas a frequência da presença normanda e bretã no Rio de Janeiro.

Ao tempo de Villegagnon as relações marítimas da França com o Brasil mostravam-se firmes, permitindo justificar projetos de fixação e permanência colonizadora. Os franceses não fizeram uma escolha aleatória pela Guanabara, quando se sabe da grande experiência marítima que os levava a explorar as rotas costeiras desde o Cabo de Santo Agostinho às paragens extremas do Sul, dando-as como conhecidas em meados do século XVI. No reconhecimento cartográfico da costa, realizado por Le Testu em 1551, torna-se clara a especial importância da baía do Rio de Janeiro pela ótica francesa, tanto na geografia utilitária como nas funções táticas e de logística.

Em tais levantamentos, aflora muito da experiência portuguesa nutrida ao longo de décadas. Transparecem os contatos com os moradores do litoral do Brasil, as indagações aos navegantes portugueses em rota pela Biscaia, a ajuda de marinheiros cooptados, a busca de cartógrafos,

cartografia e registros lusos, naquela faina metódica que Gilberto Ferrez designou, ao tratar do belo e detalhado mapa de Vaulx de Claye, obra prima da espionagem gaulesa.[5]. É bem certo constituir a Guanabara, então, o ponto principal das investidas, de tal maneira a levar o governador-geral, Tomé de Souza, no epistolário de 1553 a El-Rei de Portugal, ao alerta de não haver lugar mais procurado pelos *entrelapos* franceses do que o Rio de Janeiro.[6] Entretanto, a própria ria carioca tornara-se ancoradouro importante no resgate luso do PB e, desde as épocas proto-históricas da primeira feitoria portuguesa no Brasil, águas familiares e sempre frequentadas por seus navios.[7]

A proximidade da capitania de São Vicente (onde não havia pau-brasil), a presença antiga de temiminós ou maracajás, os índios “portugueses” ferozes inimigos dos tamoios “franceses” e a combativa navegação de barcos ibéricos em toda a zona marítima, somariam entre os fatores de risco não negligenciáveis por Villegagnon em seus planos para o Atlântico Sul.[8] O testemunho de Hans Staden é bastante ilustrativo a esse respeito. O artilheiro alemão, conta como viu, em 1554, um pequeno navio português – ao procurar deixar a baía de Guanabara, depois de comerciar com os maracajás – ser atacado pela nau francesa *Catherine de Vattaville* que, aliás, acabou repelida com sérias baixas e muitos estragos.[9]

O almirante deve ter se deparado com bons motivos ao escolher o ilhéu que hoje leva seu nome, para ali erguer a cidadela, o forte Coligny. Seguramente, não foi o da disponibilidade de água fresca, seja no forte ou em suas imediações, um desses fatores. A fonte de abastecimento mais próxima era o rio Carioca, mais de um quarto de légua distante.[10]

Em termos de salubridade, o litoral às costas da posição insular e o flanco a ocidente da fortificação, encontravam-se literalmente engolfados numa sucessão de alagadiços, dividindo, em terrenos baixos cercados por morros e platibandas rochosas na linha da praia, o espaço com lagoas pantanosas e areais. Quase todas, senão todas, as atuais praças do centro do Rio de Janeiro, até o final do bairro do Catete – incluindo aí o Largo do Machado – nada mais eram do que bacias alagadas, paus aterrados em tempos mais recentes.[11]

Villegagnon não era um despreparado em questões de defesa, muito pelo contrário. Autoridade no campo da engenharia militar e diplomata, esse cavaleiro da Ordem de Malta notabilizara-se nas lides navais e como soldado de grandes feitos, de cujos méritos, entre outros autores além dos mencionados Vasco Mariz e Provençal, tratou Gaffarel. Embora não se tenha bem idéia do porquê, o vice-almirante da Bretanha deve ter encontrado razões maiores e compensatórias para justificar a escolha do sítio.[12]

Certo é que o Rio de Janeiro, à causa da iniciativa francesa e na importância de neutralizarem os portugueses os objetivos de Villegagnon, foi erguido no lado ocidental e mais próximo da barra. Se for comparado com outros sítios do recôncavo, em particular com os da ilha do Governador, nota-se diferenças bem significativas que definiriam esta última como ponto mais suscetível de atração na recolha de vantagens estratégicas de natureza militar, econômica e ambiental.

Um esboço topográfico de Rio de Janeiro dos franceses de Villegagnon e dos portugueses de Mem de Sá, mostraria o forte de Coligny e a cidadela do morro do Castelo, na ponta de uma grande e encharcada várzea. Esta parte constituiria o primeiro bloco desse traçado esquemático, indo até São Diogo[13]). Logo a seguir, em outro bloco, na direção do interior do recôncavo e já com alterações nas características do terreno determinadas pelos divisores nas elevações de São Cristóvão, o desenho evidenciaria um litoral recortado por abrigadas enseadas, em sucessivas praias e mangais a começar na de São Cristóvão e, a seguir, Inhaúma até a de Irajá.

O geonômico Inhaúma – que em tupi quer dizer “barro de moldar” (ou de olaria), está vinculado à presença de argila feldspática, a matéria prima para confecção de artigos cerâmicos, encontrada em toda a região da bacia do rio desse mesmo nome (também chamado Ububiracica) e do Irajá, na orla da Guanabara fronteira à extremidade ocidental da ilha do Governador. A presença de argila era também um importante elemento de atração e fixação de populações indígenas em toda aquela faixa do bloco.

Espalhado no canal entre o continente e a ilha, um arquipélago quase compacto, formado por colinas de rochas magmáticas, cobria-se de matas de onde se extraía pau-brasil, conforme notícia Gabriel Soares de Souza.[14]

Irajá marca, por assim dizer, o limite definidor daquelas características topográficas do “segundo bloco”. Em suma, o triângulo Inhaúma-Irajá-Governador delineava todo um perímetro de especiais vantagens logísticas.

3 – Flexas, Barro e Canhoneio

A posição tática de Villegagnon na Guanabara, porém, não era assim tão má. Acumulava até mesmo vantagens, em certos aspectos. Aquela várzea de paludes às suas costas, por exemplo, dificultava a infiltração de inimigos por ali. O morro do Castelo, como seria chamado depois, interceptava o caminho pela orla litorânea, barrando um ataque dessa direção, ao mesmo tempo em que postos de vigia, ali e no morro da Glória,

cobriam uma ampla zona de aproximação da fortaleza e áreas limítrofes. A barra estava perto e descoberta.

Um desembarque inimigo na praia do rio Carioca, ainda que fosse apenas para tomar água, envolvia adentrar o perímetro de segurança da aldeia tamoia de Uruçumirim (ou *urussumirim*, abelha pequena), onde no sopé do morro da Glória escoava um dos braços do seu curso paralelo ao mar, na orla do Flamengo.[15] Sobre as elevações do Catete, em torno dos 40 m de altura, os índios edificavam aldeias, revelando a preocupação defensiva ao dar preferência aos morros em forma de “meia laranja”, descortinando 360° da linha do horizonte. O acesso era franqueado pelo traço das veredas, a *piaçaba ou peassaba*, o caminho principal que levava, nas malocas, o morador até a beira do mar. As maiores e mais largas, talvez como a do Catete, ganhavam a designação aumentativa de *peabussu*.

A proteção natural era dada pela massa florestal que envolvia o terreno, definida por tipos de solo que, em certos momentos, debruçavam a floresta por sobre rochas diretamente na superfície do mar. Enseadas, nem sempre correspondendo a praias de areia, ficavam contidas amiúde pela vegetação tropical ou pelos costões de pedra.

A ausência de registros formais não impede que se possa restabelecer, em linhas conjeturais, mas objetivas, os padrões de funcionamento, subsistência e segurança na pequena colônia francesa, as vicissitudes a que a guarnição estava submetida e os esforços de sobrevivência a todos os seus integrantes reclamados.

A partir dos condicionalismos ambientais e dos fatores examinados por ocasião das pesquisas sobre a feitoria portuguesa da Ilha do Gato ou do Governador,[16] com apoio nos cronistas e na ilustração iconográfica (encarada, porém, com cautela), além do que se conhece do instrumental logístico da época, não chega a ser tarefa das mais difíceis traçar, como hipótese, o perfil esquemático de instalação da *França Antártica*.

Segundo Thevet, após dois meses de reconhecimentos pelas ilhas e trechos do litoral circunvizinho, consideraram os franceses a ilha de Serigipe o melhor lugar para instalação do baluarte principal, o chamado forte Coligny. A partir de então, a maior parte da mão-de-obra (até ali concentrada em erigir o *fort de boys que j'ay faict a la veue de mon Chateau*, como explicou o vice-almirante na carta ao duque de Guise) concentrou esforços nos trabalhos da fortaleza insular.[17]

Iniciar a edificação, implicou a intervenção de sapadores, para explodir as rochas e de canteiros, no preparo e afeiçoamento dos blocos destinado às muralhas, quartéis e paióis. Enquanto isso, no arraial em terra, completava-se necessariamente o fortim paliçado, acumulava-se o material de obra e de preparo da argamassa para Serigipe – a cal de cascas de mariscos

e ostras, o barro ou argila – a madeira para o travamento, esteios, faxina, etc.

Não é dezarrazoado supor ter sido construída a paliçada em lugar a cavaleiro da praia, com vistas sobre o acampamento, medida cautelar, corriqueira em termos táticos, semelhante e ajustada a dos aliados tamoios. Quando se sabe que foi em *Uruçumirim*, anos depois, um dos últimos pontos de resistência franco-tamoia no Rio de Janeiro, ganha força a hipótese do *fort de boys* ter sido levantado em uma das cotas daquele morro, *a la vue de mon Chasteau, a la portee de mon artillery* – como acentuou o próprio Villegagnon.[18]

De seu turno, explodir rocha, talhar pedra a cinzel e picão, não são tarefas rápidas, sem contar os problemas do transporte e fixação da cantaria. Não se deve esquecer, também, um outro fator adverso de retardo na execução do projeto, com a falta de animais de carga e tiro.

O chefe da expedição, porém, trazia da Europa larga experiência em fortificações, suficiente para buscar soluções de maior rapidez e formas de ganhar tempo sem comprometer os resultados. Responsável pela reorganização das defesas do porto de Brest (França), desempenhou a missão ao longo de sete anos, entre 1541 e 1548.

O amigo de Ronsard e Rabelais, certamente, conhecia as técnicas construtivas do tijolo na engenharia militar, redescobertas na Europa ocidental entre o séculos XII e XIII. Já vinha de longe, portanto, o emprego dos blocos de argila em torres, *donjons* e igrejas. Cavaleiros ingleses medievais trouxeram das guerras na França, para o seu país, a inspiração e o modelo de castelos erguidos com largo ou majoritário emprego de tijolos, como o Hampton Court Palace, construído em torno de 1520.

Nessa arte cerâmica – um tanto esquecida depois dos romanos – além das características da argila e do cozimento ou queima, um adequado trabalho com tijolos envolve o emprego de boa argamassa, preparada com areia limpa, sem impurezas e adição de cal (hoje, cimento). O tijolo podia substituir a pedra e a madeira em várias partes da construção de bastiões mas, em um forte “de bloqueio” como o Coligny, as exigências recomendavam encargos menos expostos ao impacto direto dos projéteis inimigos. O material de olaria tinha condições de largo emprego interno, em muros de arrimo dos planos inclinados (acesso aos adarves), nos cinturões de espessamento e retenção das grossas paredes de terra compactada (paíóis e praças d'armas) e em outras obras similares.

A conceituação de “castelo”, sinônimo de fortaleza, havia mudado, deixando para trás a morfologia das altas muralhas e pontiagudas torres da idade média. O aparecimento do canhão ou da pirobalística, tornou imperioso contrariar o velho modelo, em benefício da impenetrabilidade, vale dizer, diminuindo a altura e ampliando a espessura dos muros. Assim, o

desenho das muralhas ganhou um traço mais baixo, com os paredões mais grossos e de perfil inclinado, para desviar os projéteis do canhoneio contrário.[19]

Como Villegagnon enfrentou o dilema de construir rapidamente em Serigipe, passar aos serviços em terra firme e consolidar o trabalho de defesa?

A mata Atlântica deitava abundante a oferta de madeira, galharia e ramagem, favorecendo a utilização de um outro modelo protetório, sem o emprego ou com menor uso da pedra. Rochas, escolhos e cachopos brotavam do mar em quase toda a periferia da ilha, formando um cinturão defensivo a não permitir aproximação livre de embarcações atacantes. Vale considerar, igualmente, no emprego de canhões de bordo contra a terra, as naturais dificuldades de tiro efetivo a partir das oscilações da embarcação, a distância do alvo e o poder de fogo do agressor, além das características construtivas da posição sob ataque.

A energia do impacto provocado por um projétil de canhão sobre uma muralha de terra e saibro ou areia, é menor do que a do disparo contra uma de pedra, com os fragmentos e estilhaços lançados, podendo atingir a guarnição.[20] O primeiro modelo é bem mais rápido de construir e talvez resida aí a escolha de Villegagnon, possivelmente, por um partido híbrido.[21] Em tais circunstâncias, o papel da olaria, a *briqueterie*, ganha destaque, ainda mais significativo se for considerado o fabrico das telhas de barro, cobertura externa indispensável na proteção contra flechas incendiárias e petardos ígneos.

4 – Investidas a Partir do Mar

O comandante francês sabia, obviamente, o que esperar do inimigo em uma ofensiva contra a fortaleza de Serigipe ou a qualquer outra posição da sua *Françe Antarctique*, tanto de europeus como dos índios.

Os principais fabricantes de artilharia, desde bastante tempo, estavam na Alemanha, mas não apenas lá. Flamengos, italianos e franceses distinguiam-se entre os mais conceituados construtores de armas pesadas. Os melhores operadores dos petrechos, no entanto, vinham dos países alemães, bombardeiros e artilheiros freqüentemente encontrados nas unidades navais lusas.

A rápida evolução da artilharia no século XV e o aperfeiçoamento dos modelos e dos propelentes no século XVI, possibilitaram o surgimento de uma grande variedade de peças, designadas de tal sorte que se torna difícil ensaiar uma classificação precisa.

O avanço tecnológico atingido na fundição do bronze, por sua vez, permitiu o fabrico de canhões de grandes dimensões. Estes, porém, se de

pequeno calibre (circunferência interna do cano) e longos, destinavam-se a atingir alvos a grande distância. Os de cano curto e grande calibre tinham como função bater muralhas de castelos, fortalezas ou alvos a curta distância.

As peças menores, se carregadas pela culatra através de câmaras ajustáveis, levavam o nome genérico de “bombardas” – montadas ou não em reparos ou bancos de madeira, os “berços”. As de antecarga (ou de carregar pela boca), segundo o país, recebiam as mais variadas designações. Em Portugal podiam ser chamadas de “serpentinhas” (do alemão, *schange*), *serpentis* em latim. Na França, de *coulevres* (cobras), *coulevrines*, etc. As portáteis ganharam nomes ainda hoje conhecidos, como espingarda, arcabuz e outros, como termos identificadores das “bombardas de mão”. [22] De qualquer forma, não se deve considerar a tentativa de classificação, nestas linhas, como algo de muito rigor. Na Itália, por exemplo, conferiam o nome de *bombarda* a peças de 4 a 7 metros de comprimento, postas em reparos para atirar pedras, pelouros de 100 kg.

Não é de estranhar, também, o emprego desse termo *bombarda* em designações cada vez mais genéricas, de variadas bocas de fogo, acabando por reclamar a adição de qualificativos ao termo, como “*bombarda grossa*” – peça enorme que podia lançar pelouros de quatro quintais ou 253 kg – para diferenciar da arma pirolística bem mais comum, com tiros de 7,5 a 15 quilos, aproximadamente.

As peças importantes eram disparadas, tanto em terra como no mar, por “bombardeiros”, profissionais que fabricavam os propelentes ou a pólvora e alugavam seus serviços (até mesmo os canhões) a governos e a particulares. [23] como seria o caso dos armadores de frotas. O restante da artilharia nos navios tinha como operadores os marinheiros e membros da tripulação. Disparavam os “tiros pequenos”.

Villegagnon, portanto, conhecia os riscos e o potencial de um ataque desfechado por navios portugueses, em particular da artilharia das naus, e mesmo das caravelas, armadas com bombardas grossas. [24] O emprego de forças contra o baluarte Coligny, mais do que uma batalha naval propriamente dita, constituiria uma operação anfíbia, no caso, incursão com poucos navios, uma nau para apoio de fogo, vigia contra reforços, e muitos batéis artilhados, empavesados, para conduzir o desembarque e firmar a “cabeça de praia”. Postos em terra, os atacantes procuravam montar uma tranqueira ou estacada – a “estância” – para dali plantar a artilharia de campo e bater a fortaleza.

O apoio de fogo do mar, além de neutralizar posições inimigas em terra firme, visaria as muralhas da fortificação, de distância suficiente para não ser atingido pelos seus tiros, mas atraindo a atenção dos defensores. Ao mesmo tempo cumpriria às bombardas grossas e outras peças da flotilha

incursora, lançar contra o alvo “rocas de fogo” (projéteis ocos carregados com uma mistura incendiária ou explosiva e um rastilho aceso, também chamadas *lanternas*) e “rocas de pedra”, contendo sacos ou caixas com metralha de pedra, de ferro, etc., que se rompiam ao disparo, dispersando sobre o objetivo a chuva de estilhaços.

A munição “antipessoal” podia ser conjugada, em simultâneo, com pelouros ou balas de pedra. A bala, mais pesada, ia mais baixa e curta e a metralha, mais leve, tomava trajetória mais alta e longa, ganhando a parte interna da posição inimiga e despejando-se por sobre o espaço ocupado por seus defensores. Assim, a cobertura adequada nos tetos dos abrigos, paióis e praças d’armas da fortaleza era indispensável, fundamental no dispositivo de defesa, o que aponta, uma vez mais, para a importância da olaria, da *briqueterie* no esquema francês.

Vale recordar que os portugueses, sob o comando de Estácio de Sá, ao desembarcar nas praias do Cara de Cão, junto ao Pão de Açúcar, em 1º de março de 1565, e de imediato iniciar o erguimento da cidade com o roçado e a construção da cerca fortificada, seus baluartes e as primeiras instalações da pequena vila, cobriram todas as guaritas e posições edificadas com as telhas que a flotilha trouxera de São Vicente, enquanto as casas de madeira e barro, erigidas para habitação no interior da cidadela, recebiam os troncos rachados de palmeiras, cortados ao meio como telhas de canoa, “que é a grande defesa contra o fogo”, como explicava o padre José de Anchieta, em sua carta ao provincial da Companhia de Jesus, de 9 de julho de 1565.[25]

Examinada a importância dos artefatos de barro no modelo de defesa de Villegagnon – também presentes nos procedimentos de fixação militar lusa e fundação da cidade no Rio de Janeiro, em 1565 – cabe investigar a localização da olaria que os supria, especialmente de telhas, conforme a ênfase adotada pelo cartógrafo normando Vaultx de Claye, no seu mapa da Guanabara de 1579, ao apontar a *briqueterie* no atual bairro da Glória e consignar a legenda explicativa: *Ice ce pren la thuile*, “aqui se fazem as telhas”.

5–A Voga da Ollaria

O que se sabe do posicionamento geográfico da fábrica de telhas decorre de imprecisas menções dos cronistas ou memorialistas do episódio da *França Antártica*, da cartografia histórica da Guanabara e da historiografia crítica a qual, sustentada nessas mesmas fontes, muito pouco acrescenta. Conflitiva, por vezes.

Philippe Bonnichon, em sua contribuição para a História Naval Brasileira, situa o vilarejo de Henryville (grafia adotada) junto a uma

pequena feitoria perto do atual centro da cidade do Rio de Janeiro. Em conseqüência, deslocaria para essa área geográfica a olaria, em face de não se mostrar admissível maiores dispersões dos efetivos de segurança e dos próprios moradores da colônia e como argumenta o autor, ser tal lugar chamado de *briqueterie* por Léry.[26] Jean de Léry, detrator de Villegagnon, negava a existência da povoação.

Os historiadores Vasco Mariz e Provençal alinham a comunidade de Henriville na praia do Flamengo o que, pelas mesmas razões táticas, implica aceitar ali a olaria, ainda que se possa admitir o transporte das manufaturas – não obstante a carência de animais de carga ou tração – em barcos, desde os fornos até os canteiros de obras, o caso da edificação da fortaleza na ilha de Serigipe.[27] Chermont de Brito desloca o projeto da vila para perto do morro do Leripeco (o outeiro da Glória, segundo ele) e adjacências.

A hipótese de que a *briqueterie* tenha sido instalada na “Casa de Pedra”, próximo ao leito principal do Carioca, é também aventada por Vasco Mariz e Provençal.[28] Os testemunhos, por assim dizer “arqueológicos”, recolhidos nas escavações para a medição do termo da cidade em 1667 e que partia justamente do citado prédio, localizaram os vetustos alicerces da edificação bem chegados ao morro da Viúva, na extremidade oposta do Flamengo. Se considerado o arco da praia balizado pelos dois morros, o da Glória e o da Viúva, a flecha descansa entre as ruas Almirante Tamandaré e Machado de Assis, grosso modo, nas adjacências daquela torrente, apartando a idéia de proximidade ou de contigüidade entre o curso do rio e aquela velha construção, para alguns publicistas, da época de Martim Afonso de Souza (c.1531).

Gaffarel (1878), Heulhard (1897) e Peillard (1991) reconhecem a boa escolha de Serigipe para a localização do forte e a perfeita execução da obra, considerada inexpugnável.[29] Conforme o próprio Villegagnon, na correspondência para o duque de Guise, os trabalhos foram encerrados no final de 1557, data da mensagem (30 de novembro).

Álvaro Teixeira Filho, por outro lado, ao tratar do rochedo de Iriripe mostrado na carta geográfica de João Teixeira Albernás (I), de 1631 (*Estado do Brasil...*), remete a Jean de Léry (*Histoire d'un Voyage fait en la terre du Brésil*, de 1578) para identificar o *Mont'Henri* no morro da Viúva – onde os primeiros franceses teriam se acomodado ao desembarcar com Villegagnon em 1555. Segundo Teixeira Filho, o rochedo do Iriripe ou *Mont Corguilleray*, tornou-se conhecido pelos portugueses como morro do Leripeco, conforme o autor, corruptela de Léry que ali se refugiara após o sério desentendimento com Villegagnon.[30] Por via de conseqüência, o sítio da *briqueterie*. [31]

A planta ficta da baía de Guanabara – *La France Antartique autrement le Rio Janeiro*, de autoria anônima, com base nos relatos de

André Thevet e Léry – que aparece no estudo de Heulhard[32] comentada por Gilberto Ferrez,[33] situa a olaria dos franceses no paralelo da ilha-bastião, deslocando conseqüentemente o terreiro da cerâmica mais para a base do morro do Castelo, na impossibilidade de operar nos paus do Boqueirão, se aceita com rigor a posição geográfica alvitrada. De outro modo, elide-se o mencionado alinhamento.

Na interpretação de Álvaro Teixeira Filho, porém, o mapa do livro de Heulhard justapõe a olaria na “ilha da Carioca” (figura de referência, pela conformação do rio em dois braços ao longo da praia do Flamengo ou Catete, tornando “insular” o espaço interno), proximidades do morro da Glória.[34] Eduardo Canabrava Barreiros adota a mesma paragem, precisando a praia da Glória, aos pés do outeiro, o lugar dos oleiros.[35]

Como se nota, a *briqueterie* voga por extensa área, cerca de 4 km em linha reta, entre o morro do Castelo e o rochedo do Iriripe, o morro da Viúva. Poderiam ser tentados novos enfoques para o exame do assunto, na busca de elementos indiciatórios para a localização?

6 – Condicionalismos Físicos

Procurar a olaria, pelo enfoque proposto no *caput*, implica necessariamente determinar a fonte de matéria-prima, a argila feldspática, o barro gordo empregado na modelagem das peças, tijolos ou telhas. A manufatura, exigindo amassamento, reclama o emprego de água o que, nos procedimentos em série da *briqueterie*, sugere a proximidade de um curso fluvial ou regato abastecedor. As duas condições facultam um dos elementos indiciadores, os outros seriam a proximidade da linha do mar ou o fácil acesso a este, de maneira a permitir o escoamento da produção em benefício do principal canteiro de obras, a fortaleza de Serigipe.

As narrativas da época justaposta aos acontecimentos, as que tratam da Guanabara no século XVI, na primeira metade do XVII e mesmo a cartografia coeva, não aportam subsídios a esse respeito e, em certos casos, podem até mesmo enlear, ainda mais, a busca, suscitando falsas pistas.[36]

Ao que parece, o melhor e mais autêntico repertório de dados fisiográficos e elementos indiciatórios está contido nos autos da posse, medição e demarcação do patrimônio territorial da cidade em 1667, procedimentos que ficaram inconclusos e que só foram atalhados entre 1753 e 1755, com o encerramento do feito. Uma série de problemas, as disputas surgidas com os jesuítas (detentores de sesmarias) e os embargos por estes opostos, retardaram a medição, assunto estudado em detalhe por João da Costa Ferreira.[37]

Nesse ano, mais de um século depois da cidade fundada, iniciaram-

se os trabalhos da primeira medição, mesmo assim, vinte e quatro anos após a provisão real de 1643 que a determinara. O ato foi diligenciado na forma prescrita pelo édito de D. João IV, provido em 7 de janeiro daquele ano.

As normas eram minuciosas, tanto nos aspectos formais quanto nos operacionais. A primeira formalidade essencial – consoante destacou J. Costa Ferreira – consistia no reconhecimento da posição da tão falada “Casa de Pedra” na Carioca, ponto original de onde deveria partir a medição na praia do Flamengo, a então denominada *Aguada dos Marinheiros*.^[38] No dia 25 de maio de 1667, com o auxílio de dois peritos (antigos moradores ou os mais velhos habitantes daquela área litorânea) e diante da Câmara reunida no local, curiosos e acompanhantes, foram encontrados os alicerces do prédio, conforme os assentamentos do processo.

Os autos da medição prosseguem descrevendo as diligências do início dos trabalhos, com as tratativas do Ouvidor-Geral (juiz do feito administrativo) no sentido de não deixar dúvidas a respeito do lugar exato buscado, face à existência em Botafogo (enseada a seguir a do Flamengo, na direção Sul) de uma suposta “casa de pedra”. Os peritos, lembrando que o fato se devia à presença de uma furna conhecida pelos índios como Itaoca, negaram qualquer possibilidade de ser considerado ali o sítio procurado, mas aquele onde todos se encontravam, proclamado com os seus testemunhos e o dos alicerces postos à luz. Portanto, só havia uma “Casa de Pedra” na Carioca: na extremidade meridional da praia do Flamengo, junto ao morro da Viúva.

No desenrolar da medição, os trabalhos executados nos primeiros dias (25 a 27 de maio), trouxeram a informação da existência de duas olarias no trecho contido pelo alinhamento entre o morro da Viúva e o da Glória, por sinal, logradouros até hoje conhecidos pelos mesmos nomes. Vale recordar constituir o Flamengo, ainda naquele tempo, arrabalde ínvio, sertão mal devassado coberto por areais na orla do mar, vegetação de restinga e vastas capoeiras de flora arbórea da Mata Atlântica e, na medida em que o terreno ganhava o interior, solos irregulares, cambiando patamares secos e bolsões paludosos nas proximidades da Glória, particularmente. O chão do Catete, relevo caprichoso percorrido em determinado setor por um caminho de carro, levou os demarcadores, ao cruzá-lo, a confrontar a primeira olaria descrita nos autos, a de Joanna Coutinho. Estaria hoje próxima do cruzamento da rua Correia Dutra com a do Catete.

Mais adiante, os demarcadores atravessaram um outro caminho que ia dar na olaria de Domingos Coelho (26 de maio), equivalente a um ponto da atual rua Pedro Américo junto à encosta da elevação que a separa da rua Santo Amaro. A elevação, responsável, com o morro da Glória pela garganta e cotovelo no início da rua do Catete, devia alterar, naturalmente, a cota da via.

O ângulo ou rumo tomado na medição a partir da Casa de Pedra, *nornoroeste* (uma linha em diagonal à costa), levou a comitiva a transitar por áreas mais ou menos planas até chegar à rua Pedro Américo e só então encontrar as olarias. Vale dizer, adentrar a zona das jazidas de argila nas barreiras próximas.

A distância entre as duas cerâmicas era pequena. Os autos mostram não mais de 200 braças, ou seja, 440 metros. Como não existiam morros argilosos e, portanto, barreiras à retaguarda do estabelecimento de Joanna Coutinho, a fonte da matéria-prima só poderia estar à frente, na direção da Glória e, tudo indica, realmente estava. No raio das 200 braças, barreiras só deveriam ser encontradas nas encostas da elevação da Pedro Américo e da vertente oeste-sudoeste do morro da Glória, na face, hoje, lindeira aos fundos do Colégio Zacarias e vizinhanças. Sinais dos desbastes dessa barreira (sotopostos ao curso em ladeira da rua Barão de Guaratiba) ainda se mostravam visíveis nos anos quarenta do século passado.

O mapa da cidade mandado fazer em 1794 pelo Vice-Rei, conde de Rezende, induz a uma certa confusão entre o traçado dos caminhos do bairro e o curso do rio Catete (Carioca), mesmo quanto à desembocadura principal no Flamengo, além de não identificar os pântanos da região. Entretanto, a planta do Rio de Janeiro, desenhada na década de 1770,[39] estampa claramente a situação hidrográfica da região, o terreno disputado pelos charcos e bolsões pantanosos, de tal sorte que a *Estrada do Catete* transitava “à veneziana”. Trechos mais enxutos às margens da via, onde se inclui a borda ocidental do Outeiro, quedavam-se, justamente, naquelas 220 braças que separavam as duas olarias em 1667, por isso mesmo ocupadas por algumas chácaras e propriedades.

Até 1770, pelo menos, o bairro não havia sido drenado, situação equivalente, em termos, a dos dias de Villegagnon. A falta de escoamento dos brejos e a conformação do terreno levam a uma outra questão. Constituindo bacia pantanosa quase todo o lado ímpar da atual rua do Catete, notadamente no arco entre o palácio do Catete e o largo da Glória, como poderia escorrer para o mar o leito secundário do rio Carioca (nessa mesma banda da praia) contornando o Outeiro? Que a *Estrada do Catete* encontrasse caminho por uma cota mais alta do terreno, não remanesce dúvida, especialmente quanto ao percurso entre o que viriam a ser as ruas Pedro Américo, Santo Amaro e Benjamim Constant. Todavia, atravessar o bolsão de pântanos nesse cotovelo entre dois morros, levava o trajeto a cruzar mais dois cursos d'água, hoje desaparecidos, cada um deles correspondente ao traçado em declive das duas últimas ruas mencionadas. Tais rios ou riachos, punham-se como tributários formadores do desaguadouro apontado habitualmente como o do Carioca, aos pés do morro

da Glória e o ajudavam a escavar. Ainda mais constrangida pelos taludes provenientes da Lapa, a embocadura restava presa naquele trecho e no futuro, mesmo na época das chuvas, deixaria passar adiante a rua do Catete, bem mais alta ali e, a partir desse ponto, já com o nome de rua da Glória.[40]

É intrigante não ter encontrado o rio Carioca – contido, retardado pelos pântanos e diferenças do terreno – uma saída natural junto à encosta do outeiro da Glória (em vez do lado oposto) no Flamengo, seguindo por onde é hoje a rua Silveira Martins até o mar.[41] Teria existido essa foz em outros tempos?

7 – Conclusões

Como se nota, as condições para operar o canteiro da olaria de Villegagnon seriam, aparentemente, bem mais favoráveis para os lados da banda Sul e Sudoeste do morro da Glória, no Catete, do que em qualquer outro lugar daquele eixo de 4 km entre os morros do Castelo e o da Viúva, mormente se considerado o fator matéria-prima. Descartando os charcos e o próprio curso do Carioca, a presença de fontes de água para a manipulação do barro é testemunhada, até o final do século XIX, em sítios da rua Pedro Américo e, não há como duvidar, também acessíveis no próprio morro da Glória.[42]

Telhas e tijolos, transportados em balsas de troncos, seriam levados à praia da Glória e distribuídos. Embarcação auxiliar dessa época de navios à vela e capazes de suportar cargas pesadas, as jangadas de pranchas ou de toras acompanhavam o serviço dos ancoradouros.[43] Guiadas por um simples governalho, desciam a corrente dos rios, transitavam com facilidade pelas zonas pantanosas, venciam a arrebentação nas praias e, rebocadas, cumpriam tarefas nas águas restritas de litorais abrigados.

Empregadas como pontões, ajudavam no abastecimento dos navios, na aguada e nas descargas, embarcações imprescindíveis para levar a costões rochosos e a ilhas sem praias chãs, qualquer espécie de suprimento. O caso de Serigipe.

**Fernando Lourenço Fernandes
Acadêmico do IHG-DF*

[1] *Villegagnon e a França Antártica*, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2ª edição, 2005.

[2] Aos franceses juntavam-se, provavelmente, uma centena de índios (inclusive escravos adquiridos dos tamoios) que faziam o trabalho pesado nas construções, na carga e nas plantações (o que implica a participação de mulheres) para o abastecimento da colônia e da

guarnição da ilha de Serigipe.

[3] Idem, p. 78. Segundo os mesmos autores, as possibilidades comerciais foram o eixo da exposição pormenorizada de Villegagnon ao rei de França (Henrique II), na defesa do projeto de uma colônia permanente no Atlântico Sul.

[4] Como se nota, Villegagnon já se debatia em suficientes preocupações para dispensar os terríveis problemas – do que não se livrou – enfrentados com os calvinistas, huguenotes e os intérpretes normandos prejudicados em sua intermediação mercantil.

[5] Cfr. Eduardo Canabrava Barreiros, *Reprodução de documentos cartográficos da cidade do Rio de Janeiro, série século XVI*; no *Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro*, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1965.

[6] Jaime Cortesão, *Pauliceae lusitana monumenta historica*, Real Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro, 1965, p. 270.

[7] Fernando Lourenço Fernandes, *A Primeira feitoria portuguesa no Brasil*, Academia de Marinha, Lisboa, 1996, pp. 38 e 39. V. Max Justo, *O Descobrimento do Brasil (1500 – 1548)*, CTT C. Portugal, 2000, p. 58.

[8] Não bastassem as sortidas de normandos e bretões a preocupar D. João III e, em seguida, D. Sebastião, os meados do século XVI transmitem sinais de uma Espanha insatisfeita com o que seria o avanço de Portugal em “suas” terras do Brasil e, ao mesmo tempo, com a presença francesa nos litorais do Atlântico-Sul, fosse ou não, no espaço castelhano.

Pelo enfoque dessa política, São Vicente e Cananéia constituiriam territórios subordinados, pela raia de Tordesilhas, ao poder real de Espanha, tanto quanto a Ilha de Santa Catarina, no Brasil meridional. Assim, aos aborrecimentos dos portugueses somava-se a certeza de uma cobiça castelhana sobre vasta região litorânea brasileira, onde a soberania lusa poderia sofrer contestações.

O Rio de Janeiro era um ponto-chave para a navegação do Rio da Prata e pólo estratégico para definir a segurança de São Vicente (e, com esta praça, a do planalto de São Paulo) e do Espírito Santo. Esta visão era também a dos espanhóis. Seus barcos tinham ordens de atacar, sem maiores considerações, qualquer embarcação francesa encontrada no litoral brasileiro.

[9] *Duas viagens ao Brasil*, de Hans Staden; tradução de Guiomar de Carvalho Franco, Editora da USP e Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1974, pp. 143 e 144. Cfr., igualmente, o texto da p. 122.

[10] Em sua desembocadura principal.

[11] Noronha Santos, *in As Freguesias do Rio antigo* (com introdução e notas de Paulo Berger, Edições O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1965, p. 78), destaca a insalubridade de tais brejos e regiões pantanosas tão comuns nessa parte do Rio de Janeiro.

[12] Sobre o local escolhido por Villegagnon, consultar o estudo de Gilberto Ferrez, *in História Naval Brasileira* (HNB), Ministério de Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1975, v. 1, t. 2, p. 454.

[13] Aproximadamente, no local de deságüe do canal do Mangue, nos dias de hoje.

[14] Os abates de PB são estendidos, por Gabriel S. Souza, a *oito ou nove ilhas* em torno da Governador. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1948, p. 77.

[15] O rio Carioca – depois de pegar cerca de uma dezena de afluentes desde o Cosme Velho (o último, hoje, vem da rua Paissandu, ao que se presume, águas do riacho do Palácio Guanabara e morro Mundo Novo) desembocava, como ainda acontece, pela rua Barão do Flamengo. Esta foz constituía a *aguada*, um esteiro através da linha do areal. O outro braço, começaria a correr a montante do largo do Machado, tomando a direção da Glória.

[16] Cfr. Fernando Lourenço Fernandes, *A Primeira feitoria portuguesa no Brasil*, Academia de Marinha, Lisboa, 1996.

[17] Apud Vasco Mariz e Lucien Provençal, obra citada, p. 182.

[18] “ À vista da minha fortaleza, ao alcance da minha artilharia.” Obra e página citadas.

[19] O castelo de Franz von Sicking, no velho estilo dos muros altos, foi dominado em um dia pela artilharia de Philip von Hesse, em 1523 na Alemanha.

[20] Quase oitenta anos depois, em 1630, foi este o processo de construção do forte Brum adotado pelos holandeses, no Recife. Iniciado e concluído naquele mesmo ano (sem bastiões), o emprego de faxina e areia coberta de lama, em vez de pedra, definiu o levantamento do cinturão amuralhado.

[21] Variantes desse modelo foram empregues com êxito na construção do baluarte de Estácio de Sá, no Cara de Cão, logo ao desembarcar em 1565, como descreve Anchieta, testemunha atuante dos acontecimentos e da fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Diz o texto: (...) *tinham já feito um baluarte mui forte de taipa de pilão, todas cobertas de telha que trouxe de S. Vicente, e faziam-se outras e outros baluartes, e os Índios e Mamaluços faziam já suas casas de madeira e barro, cobertas com umas palmas feitas e cavadas como calhas e telhas, que é a grande defesa contra o fogo*, conclui o Apóstolo do Brasil (versão estampada por Gilberto Ferrez, obra citada, p. 464, cfr. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*, de José de Anchieta, S.I., Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1933)

[22] Cfr. *A Guerra no mar*, de Fernando Gomes Pedrosa, in *História Naval Portuguesa*, Academia de Marinha, Lisboa, 1997, v. *Navios, marinheiros e arte de navegar*, pp. 333 a 336 e 340.

[23] Artilheiros, como Hans Staden.

[24] Consoante N. Valdez dos Santos, as naus quinhentistas portuguesas entravam em combate com artilharia pesada do tipo conhecido por “camelos” ou o seu congêneres o “camelete”. Mediam de cano entre 1,80 m e 3 metros, oscilando o peso entre 800 e 1.200 quilos. Podiam também empregar, em menor número, as chamadas “selvagens” (umas duas peças), armas longas de 1.800 quilos e de 3 a 5,5 metros no comprimento do cano. Fundida em bronze, a artilharia pesada das naus carregava por antecarga (pela boca), com serventia no mar e em terra, substituindo os velhos “trons” ou bombardas de retrocarga (pela culatra) das batalhas navais de outrora. Espalhados ainda pelas amuradas e mareagens a cada bordo, montavam em seus reparos ou bancos, de 3 a 6 pequenas bocas de fogo (alimentadas por retrocarga), os berços e falconetes. (*Oceanos*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, nº 38, abril/junho de 1999, p. 137)

[25] Entre outras cópias publicadas, Revista do Instituto Histórico e Geográfico, v. III, pp. 248 a 258.

[26] Cfr. *A França Antártica*, capítulo *A Invasão*, HNB, v. 1, t. 2, p. 430 e 431.

[27] Obra citada, p. 87. Mais adiante, os autores confirmam tal localização entre o desaguadouro principal do rio Carioca e o outeiro da Glória (pp. 92 e 99).

[28] Cfr. a obra citada, p. 103.

[29] *Apud* Vasco Mariz e Provençal, obra citada, p. 154.

[30] Cfr. Álvaro Teixeira Filho, *Roteiro cartográfico da baía de Guanabara e cidade do Rio de Janeiro – século XVI e XVII*, prefácio de Eduardo Canabara Barreiros, Livraria São José, Rio de Janeiro, 1975, pp. 91 e 92.

[31] Uma passagem em Noronha Santos resvala na ambigüidade (e no equívoco) ao tratar do Leripe. *Na praia do Flamengo (...) foi edificada a primeira casa de pedra do Rio de Janeiro – próximo do Morro da Viúva, antes do Leripe e pertencente ao sapateiro Sebastião Gonçalves (...). Dizem que foi mandada edificar para nela ser estabelecida uma fábrica de tijolos e telhas. De 1568 a 1574, residiu nessa casa Pedro Martins Namorado, primeiro Juiz do Rio de Janeiro. Muitos anos depois residiu na casa que fôra de Martins Namorado o ilustre publicista francês Léry (Jean de Léry ?)*. Cfr. *As Freguesias do Rio antigo (vistas por Noronha Santos)*, introdução, notas e biobibliográfica por Paulo Berger, Edições “O

Cruzeiro”, Rio de Janeiro, 1965, p. 64.

[32] *Villegaignon, roi d’Amerique*, p. 111.

[33] Cfr. HNB, v. e t. citados, p. 466.

[34] Obra citada, p. 46.

[35] Cfr. a planta conjectural do Rio de Janeiro à época de sua fundação, in *Atlas da evolução urbana da Cidade do Rio de Janeiro 1565-1965*, Rio de Janeiro, 1965.

[36] Por exemplo, a carta de João Teixeira Albernás (I), de 1640, com a figuração de uma *Praia da Olaria* em Botafogo, no trecho da atual praia Vermelha. Cfr. Álvaro Teixeira Filho, obra citada, p. 102.

[37] *A Cidade do Rio de Janeiro e seu termo*, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, edição fac-similar do estudo publicado na separata nº 164 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1931, impresso em 1934.

[38] Obra citada, p. 338.

[39] Segundo a reprodução do detalhe do outeiro da Glória in *Nossa Senhora da Glória do Outeiro*. De Augusto C. da Silva Telles, Agir, Rio de Janeiro, 1969, p. 78 (mapa do acervo da Mapoteca do Serviço do Patrimônio do Exército)

[40] Só em 1801 – nas palavras de Gilberto Ferrez – foi rebaixado e aplainado o trecho montanhoso paralelo ao mar e consertado o caminho, melhorando o trânsito regular nesse trecho da cidade (*A Muito leal e heróica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*, Raymundo Castro Maia et alii (ed.), 1965, p. 188.

[41] Na planta conjectural de Eduardo Canabrava (*A Cidade do Rio de Janeiro na época de sua fundação em 1565*, do *Atlas de evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro*, de 1965), aparece um curso d’água descendo o morro da Nova Cintra na direção do Valdetaro (o largo diante do Palácio de Catete) para ganhar a bacia do Carioca, seguramente o escoadouro do divisor a montante da rua Tavares Bastos (ladeira que tem início na rua Bento Lisboa). Surge, então a pergunta: a água do morro e mais as dos pântanos do Valdetaro iriam suportar o volume da descarga nas enchentes de verão e, mesmo estrangidas pelo cotovelo da Glória, não buscariam um saída pela “Silveira Martins”, mais baixa? Jamais?

[42] Em 1900, Noronha Santos aponta na freguesia da Glória duas fábricas de cerveja, uma delas na rua Pedro Américo e a outra na Pereira da Silva, ambas, zonas de encosta (obra citada, p. 57). Nessa época, as fontes naturais, constituíam importante fator para a qualidade do produto, guiando a localização das fabricas. A presença de tabas indígenas no morro da Glória é um claro indicador da disponibilidade de água na elevação, da mesma maneira que a presença, em 1770, de chácara no topo de uma de suas vertentes, a mais isolada. No talude fronteiro à igreja de N.S. da Glória, terreno rochoso, foi necessário escavar cisterna (ainda lá) para o recolhimento da água.

[43] Jangadas também faziam parte do esquema tático das batalhas navais e operações anfíbias. As montadas com tábuas sobre barris, por exemplo, podiam ser utilizadas como minas flutuantes, balsas incendiárias (*brulotes*), etc. Cfr. Fernando Gomes Pedrosa, obra citada, p.366.

Brasília - a capital do olhar

.....

*Francisco Seixas da Costa**

De há muitos anos, havia-me habituado a pensar Brasília apenas como uma singular experiência urbana, fruto da teimosia de um presidente sonhador, Juscelino Kubitschek (JK para os brasileiros), somada à genialidade criativa de Oscar Niemeyer, um arquitecto que tinha sabido desenhar, num remoto deserto no centro do país, um museu vivo que causava a admiração do mundo.

Essa imagem, algo estática, que eu alimentava da capital brasileira evoluiu muito ao longo do tempo em que a habito, porque tive a oportunidade de colocar nela a paisagem humana que a cidade hoje tem. Aí se conjugam visitantes episódicos, migrantes internos mais ou menos adaptados e uma cada vez maior percentagem de brasilienses de raiz. Por essa complexidade, Brasília não é uma cidade óbvia para um estrangeiro e eu continuo à descoberta da chave de leitura que me permita decifrar os seus contrastes, que se prolongam quase desde a sua própria origem.

Às vezes dou por mim a pensar no que terá sido a aventura de transportar, para uma Brasília ainda pouco apelativa, a administração pública que se habituara ao conforto do Rio de Janeiro - em especial, da célebre qualidade de vida do Rio dos anos 60. Brasília era então, ao que se diz, um estaleiro que parecia eternizar-se, onde pairava um pó vermelho omnipresente, o qual, curiosamente, parece ser o segredo do famoso pôr-do-sol da cidade. Ser forçado a sair da mais bela cidade do mundo, perder Copacabana, as praias e a vida social de então, para vir aterrar nos apartamentos "funcionais" que haviam sido destinados à burocracia, deve ter tido, à época, foros de uma quase violência.

Talvez isso justifique que ainda possamos encontrar, por todo o Brasil, muitos cépticos quanto à bondade da opção tomada em favor da construção de uma nova capital e alguns críticos, e sobretudo alguns irônicos, quanto às virtualidades daquilo a que chamam a "cidade sem esquinas".

E, do mesmo modo, compreende-se que haja hoje, em muitos dos habitantes da cidade, um vincado orgulho brasiliense, que se expressa numa espécie de culto a esta singular capital, sublinhando-lhe as belezas e a qualidade da sua vida - ímpar no Brasil contemporâneo. Há neles como que uma adesão sentimental ao espírito "candango", nome dado aos que construíram a cidade, como se viver em Brasília e apreciá-la fosse uma

espécie de identificação permanente com a aventura pioneira que a criou.

O sonho de uma nova capital para o Brasil tem uma história já antiga, como todas as lendas que precisam da sua dose de mistério para se dignificarem no imaginário colectivo. Na prática, a ideia da criação da nova cidade acabou por ser um gesto político voluntarista, assumido por um Presidente que pensava grande e que desejava apresentar, ainda no seu tempo, um empreendimento mobilizador que pudesse ser o símbolo da desejável aceleração do "país do futuro".

A cidade da arquitectura

A Brasília planeada por Lucio Costa, onde Niemeyer plantou os seus edifícios, está já muito distante da cidade actual, onde, nos últimos anos, a dualidade social do Brasil se projectou com grande intensidade. À volta do chamado "Plano Piloto", nasceram diversas cidades-satélite, as quais, curiosamente, não aparecem muito visíveis no horizonte de Brasília, como que concordando em deixá-la salientar-se, isolada e preservada para o olhar.

Com excepção da zona situada na confluência do Eixo Monumental, onde estão os principais edifícios públicos, com as "asas" do pássaro virtual em que o traço de Lucio Costa fez assentar muita da vida habitacional e comercial, a cidade é marcada por uma escala de construção relativamente baixa. Aí o arvoredado desenhado pelo paisagismo de Burle Marx convive bem com os prédios de apartamentos e abre-se para as zonas de comércio que os apóiam. Alguns poderão achar estas soluções de distribuição rigorosa de espaços algo "orwellianas", mas essa é a matriz inescapável de uma cidade que foi tributária de um tempo urbanístico muito marcante.

A ausência de pressão arquitectónica, o aproveitamento generoso do espaço e a lógica de distribuição dos edifícios acabam por conferir uma leveza muito particular a todo o tecido urbano, o qual, fora das famosas "asas", abandona a rigidez uniformizante e surge variado e diverso. O usufruto pleno das dimensões disponíveis e a presença do verde são a matriz visual mais patente em Brasília, dando terreno largo ao olhar e garantindo perspectiva às fórmulas arquitectónicas imaginadas por Niemeyer, hoje já complementadas por outras belas peças de modelos bem diversos.

Mas não deixa de ser notável constatar como a monumentalidade de uma área como a Esplanada dos Ministérios, tendo as torres gémeas e os módulos contrastantes do Congresso ao fundo, continua a sobreviver com grande dignidade e beleza, quase meio século passado sobre a sua construção. Descer a Esplanada à noite, sob a luz cuidada que sublinha o

volume dos ministérios e dos palácios vizinhos, continua a ser uma experiência ímpar.

Ainda à noite, se olharmos a cidade à distância, sob o seu céu quase sempre límpido, a Brasília que surge reflectida no lago Paranoá é tomada por uma estranha e distinta serenidade de uma metrópole futurista.

A vida e a paisagem

Brasília está longe de ser uma cidade fácil para o pedestre. As distâncias são longas, os espaços abertos obrigam a uma incômoda exposição ao sol e, sintomaticamente, não há muitos passeios que permitam flunar com largueza - com excepção do Parque da Cidade e certas áreas residenciais nobres, como o Lago Sul. O automóvel é, assim, o "habitante" mais natural de uma cidade que, com excepção dos táxis, tem um sistema de transporte urbano algo confuso.

Em Brasília, as ruas e as praças não têm nomes - sendo a Praça Portugal, por detrás da respectiva embaixada, uma das muito poucas excepções, o que aliás muito nos honra. Por isso, o visitante não deve estranhar se ouvir dizer que o almoço está marcado para o restaurante X, que "fica na 408 Sul", ou que é convidado para a casa de um amigo que mora no "SHIS, QL 20, Conjunto 1, casa número tal". Parece confuso... e é, mas com o tempo habituamo-nos a perceber que este modelo, depois de apreendido o seu código, acaba por facilitar a procura de endereços. E não se apoquente se lhe disserem que a sua reunião terá lugar numa "superquadra" a norte do "eixão" e que, para lá chegar, terá de passar pelo "eixinho" ou pela "W3 Sul", necessitando ainda de circular por algumas "tesourinhas". O original léxico brasiliense é feito destas peculiaridades.

O visitante episódico de Brasília deve, assim, ter o cuidado e assegurar previamente transporte e condução automóvel que lhe permitam usufruir a cidade e alguns dos seus pontos interessantes.

Atrever-me-ia a aconselhar que o percurso pelas peças mais importantes da obra de Oscar Niemeyer se iniciasse pela residência oficial do Presidente da República, o Palácio da Alvorada. Foi na sua inauguração, em 30 de Junho de 1958, que o então embaixador de Portugal apresentou as suas credenciais, sendo o primeiro representante diplomático estrangeiro a fazê-lo em Brasília, num gesto de simpatia de JK para com Portugal.

Passando ao Eixo Monumental, a visita deve iniciar-se pela Praça dos Três Poderes, onde se situam peças arquitetónicas de relevo, desde os edifícios do Congresso Nacional ao Supremo Tribunal Federal, bem como o Palácio do Planalto, sede do Governo. Nessa praça, onde sobressai a famosa estátua dos "Guerreiros", impõe-se uma visita à maquete da cidade, no

Espaço Lucio Costa, que funciona como uma introdução a Brasília e permite perceber melhor a sua evolução.

Logo de seguida, é interessante entrar no Palácio do Itamaraty, sede da diplomacia brasileira. Continuando a subir o Eixo Monumental, é imprescindível uma visita à majestosa Catedral, que agora tem a seu lado a "calota esférica" do novo Museu e o edifício da Biblioteca, ambos inaugurados em 2006. Do lado contrário do Eixo, surge o "egípcio" Teatro Nacional e, logo adiante, o complexo da Estação Rodoviária - um espaço cuja beleza é hoje limitada pela caótica intensidade da sua ocupação.

O visitante pode ainda aproveitar para subir à Torre da Televisão para ter uma perspectiva geral da cidade, ver o Palácio do Buriti, fazer uma visita ao Memorial de JK e, finalmente, deslocar-se à zona militar, também com uma arquitectura muito curiosa.

Este olhar breve por Brasília não pode deixar de incluir o Santuário Dom Bosco, um passeio pela zona das Embaixadas (lá se encontra a Embaixada de Portugal, num edifício do arquitecto português Chorão Ramalho), um percurso pela prestigiada área habitacional do Lago Sul (com uma visita à ermida de Dom Bosco) e o regresso ao centro através da nova e bela Ponte JK, da qual se diz que Oscar Niemeyer não gostará muito.

Se tiver tempo, o visitante deveria ainda deslocar-se às "quadras" comerciais e habitacionais (aconselharia a 108 e a 308 Sul, junto da qual se situa a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, que os brasilienses conhecem como a Igrejinha), para perceber melhor a lógica que prevaleceu no desenho original da cidade e que marca ainda muita da sua funcionalidade actual.

Se acaso lhe sobrar tempo, não deve perder o histórico Catetinho, alojamento e escritório de madeira construído para albergar Juscelino Kubitschek nas suas deslocações ao que viria a ser Brasília, o que lhe permitirá, simultaneamente, ter uma perspectiva da ampla área residencial de "Parkway".

Brasília teria bastante mais para ver, mas estes conselhos sintetizam, na minha perspectiva, o essencial.

Sabores de Brasília

De ano para ano, Brasília vai melhorando a sua oferta em matéria de restaurantes, com a presença de gastronomia de várias origens, regionais e internacionais.

Mara Alcamim é, na minha opinião pessoal, a "chef" que melhor representa a vitalidade contemporânea da cozinha de Brasília. Com o seu magnífico Zuu a.Z. d.Z., depois a experiência com sucesso do Universal, revelou uma criatividade que a alcandorou a "chef do ano" de Brasília, em 2007.

Com créditos marcantes em anos consecutivos, Alice Mesquita vai seguramente confirmar, no seu novo Alice, no Lago Sul, a qualidade que a consagrou com um dos expoentes maiores da cozinha de inspiração francesa na capital federal.

Se acaso o visitante se sentir tentado a experimentar um dos locais mais emblemáticos de Brasília, onde pode ter quase a certeza de se cruzar com políticos saídos de um debate escaldante no Congresso, então não perca o Piantella, seja para uma refeição, seja para uma bebida no seu famoso bar, ao fim da tarde.

Outras opções altamente recomendáveis são a cozinha contemporânea do novo Kooon do Lago Sul, o rodízio do recém-inaugurado Fogo no Chão, o sempre excelente BSB Grill, a comida italiana na renovada Trattoria da Rosário ou o sabor mediterrânico do La Torreta.

Sobre o Lago Paranoá, vale bem a pena provar o marisco do Bargaço, no Pontão do Lago Sul, ou o inesperado Patú Anú, num lugar distante do Lago Norte, que combina bem com o exotismo da "sua gastronomia.

Uma lista de vinhos imbatível está à disposição no Dom Francisco e música a acompanhar o jantar pode ser encontrada no Feitiço Mineiro, onde a feijoada se recomenda.

E para quem se sentir tentado a acabar a noite a ouvir música ao vivo, acompanhado de alguns petiscos, impõe-se uma visita ao Clube do Choro, um espaço já tradicional onde podem aparecer ritmos brasileiros, sonoridades de jazz ou "crooners" ao piano.

**Francisco Seixas da Costa
Embaixador de Portugal em Brasília.
Este texto está publicado na Revista "Atlantis",
número de Julho/Agosto 2007,
distribuído a cada passageiro em todos os vôos
da companhia aérea portuguesa TAP.*

As Chaves de Ouro do Padre Antônio Tomás

.....

*Henriques do Cerro Azul**

Quando ingressei no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, a convite do seu então presidente, o jornalista e escritor Adirson Vasconcelos, meu confrade da Academia de Letras de Brasília, grande historiador de Brasília, escolhi, dentre os patronos postos à minha disposição, o Padre Antônio Tomás (14/9/1868-16/7/1941), Príncipe do Poetas Cearenses, e o fiz com muita alegria, vendo que o grande poeta cearense assim ganhava reconhecimento nacional. Um dia, numa sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico, falei sobre as chaves de ouro do Poeta-Padre.

Posteriormente participei de uma terça literária, feita pela Associação Nacional dos Escritores (ANE) no Instituto de Cultura Hispânica, e novamente lá falei sobre as chaves de ouro do Padre-Poeta, apresentando o mesmo trabalho que antes apresentara no Instituto Histórico, tema este que passo a desenvolver aqui novamente.

A poesia é um dom inato, e participo da opinião de que o poeta nasce feito. É um artista que descobre a técnica intuitivamente, muitas vezes "de ouvido", sem que tenha lido qualquer tratado de metrificacão, como acontece com os repentistas sertanejos.

A obra-prima poética surge espontaneamente, sem qualquer esforço, porque o poeta, muitas vezes de uma forma inconsciente, sabe achar a sua linguagem, a linguagem poética. Inconscientemente o poeta sabe achar os recursos que elevam o poema à categoria de arte: os tropos, as imagens, as metáforas, as figuras de palavras, de dicção, de morfologia, de harmonia, de construção, de pensamento. Muitas vezes é levado ao uso desses recursos pela própria necessidade da forma, pelo reclamo intrínseco da obra, que o leva por esse ou aquele caminho. Todos sabem que a forma e o conteúdo são inseparáveis.

O Padre Antônio Tomás é justamente grande porque se utilizou dessa linguagem poética (metafórica, afetiva, expressiva, às vezes até coloquial, mas sempre elevada e espontânea).

Uma característica que se nota em sua poesia é que seus sonetos sempre terminam com a conhecida chave de ouro, buscada pelos parnasianos, mas nem sempre encontrada. A chave de ouro dos sonetos do Padre Antônio Tomás tem sempre um alto conceito filosófico ou místico

traíndo um tom irônico, sempre enriquecida com as figuras de pensamento, como as imagens. Vejamos a chave de ouro do soneto Judas:

JUDAS

A sombra da folhagem verde-escura
Do galho, preso ao mastro alevantado,
Um judas, pelo vento balouçado,
Da força pende em cômica postura.
Um bando, em frente à exótica figura,
Exulta, ao vê-lo em semelhante estado,
E aos vozeios do povo acelerado
O bimbalar dos sinos se mistura.
Eu fico, entanto, a meditar, e penso,
Ante o festivo e insólito alvoroço,
Que é falta de critério e de bom senso,
Uma tolice rematada enfim;
Tantos judas havendo em carne e osso,
Levar-se à força um judas de capim...

O soneto inteiro é lindo, ao começar pela descrição da figura-símbolo do judas no ambiente, com a musicalidade e espontaneidade em todos os versos, terminando com os dois versos finais numa bela mesodiplose, com a repetição da palavra Judas no meio desses dois versos e fazendo a ironia com os Judas humanos (metáfora símbolo), numa bela antimetábole: “Tantos judas havendo em carne e osso, /Levar-se à força um judas de capim...”

Também no maravilhoso soneto *Compostura* vemos o Poeta usar, na chave, o recurso do poliptoto, com as palavras *desgraça* e *desgraçado*, além da apóstrofe e do epifonema conceitual que exsurge do paradoxo. Vejamos o soneto com a chave

Triste mortal que de contino choras,
Anunciando a todos, voz em grita,
A enorme angústia que te infelicita,
Para a qual lenitivo ao mundo imploras.

Desta sorte, de certo, não minoras.
A funda angústia de tua alma aflita;
Riso, somente, e não piedade incita
O vão clamor com que teu mal deploras.

Se não sabes sofrer as tuas penas,
De rosto alegre e ânimo jucundo,
Como as almas estóicas e serenas,

Aprende ao menos a sofrer calado,
Pois a maior desgraça deste mundo
É parecer aos outros desgraçado.

Outro soneto que tem uma chave belíssima é o soneto *Em Busca do Céu*. Na chave desse soneto vemos que as figuras se sucedem com antíteses das palavras *anjo e desgraçado, de mais e de menos, Paraíso e terra*, de que resulta uma beleza sem par. Após mostrar a agonia de sua personagem, o Poeta conclui com um epítonema comum nas suas chaves de ouro. Vejamos:

Nas ânsias da agonia, a loura Stela.
Vai-se finando. Ungida der amargura,
A triste mãe na destra lhe segura
Com mãe tremente a mortuária vela.

O frágil corpo se lhe esfria e gela
E nos vidrados olhos, branca e pura,
A derradeira lágrima fulgura
E lenta escorre pela face dela.

E finalmente, a hora extrema soa:
Crispando os lábios, como num sorriso,
Do seio brandamente se lhe escoá

Um débil sopro...e eis tudo consumado!
Vive um anjo de mais no Paraíso,
Tem de menos a terra um desgraçado.

Por demais conhecido é o belo soneto *Contraste*, cuja chave maravilhosa se enriquece com um acúmulo de antíteses e a mesodiplose do verbo:

Quando partimos no verdor dos anos,
Da vida pela estrada florescente,
As esperanças vão conosco à frente
E vão ficando atrás os desenganos.

Cantando e rindo, céleres e ufanos,
vamos marchando descuidosamente...
Eis que chega a velhice de repente,
Desfazendo ilusões, matando enganos.

Então nós enxergamos claramente
Como a existência é rápida e falaz,
E vemos que sucede exatamente.

O contrário dos tempos de rapaz:
Os desenganos vão conosco à frente
E as esperanças vão ficando atrás.

Outro conhecido soneto do padre Antônio Tomás, intitulado *O Palhaço*, estampa na chave de ouro também um vivo contraste que mostra a dureza da vida humana:

Ontem viu-se-lhe em casa a esposa morta
E a filhinha mais nova tão doente
Hoje o empresário vai bater-lhe à porta,
Que a platéia o reclama impaciente.

Ao palco em pouco surge, pouco importa
O seu pesar àquela estranha gente...
E ao som das ovações que os ares corta
Trejeota e canta e ri nervosamente.

Aos aplausos da turba ele trabalha,
Busca esconder no manto em que se embuça
A cruciante angústia que o retalha.

No entanto a dor crel mais se lhe aguça
E enquanto o lábio trêmulo gargalha,
Dentro do peito o coração soluça.

Como se vê, um dos recursos mais usuais nas chaves do grande Poeta Padre é a utilização dos contrastes, das antíteses, do choque das idéias contrárias, como no seu célebre soneto Verso e Reverso:

Essa mulher de face escaveirada,
Que vês tremendo em ânsias de fadiga,

Estendendo a quem passa a mão mirrada,
Foi meretriz antes de ser mendiga.

Fugiu-lhe breve, nessa vida airada,
Da mocidade a doce quadra amiga,
E chegou a ser velha a desgraçada
Antes do tempo... A tanto o vício obriga!

Ontem, de gozo e de volúpia ardente,
Fosse a quem fosse, dava a qualquer hora.
O seio branco e o lábio sorridente.

E hoje, -triste sina!-esbalde chora,
Pedindo esmola àquela mesma gente
Que dos seus beijos se fartara outrora.

Ainda dentro da utilização do recurso estilístico do uso dos contrastes e das ideias antitéticas se situa a chave do soneto A Morte do Jangadeiro:

Ao sopro do terral abrindo a vela,
Na esteira azul das águas arrastada,
Segue veloz a intrépida jangada
Entre os uivos do mar que se encapeis»
Prudente, o jangadeiro se acautela,
Contra os mil acidentes da jornada,
Fazem-lhe, entanto, guerra encarniçada;
O vento, a chuva, os raios, a procela.
Súbito, uni raio o prostra e, furioso,
Da jangada o despeja nágua escura;
E em brancos véus de espuma, o desditoso.

Envolve e traga a onda intumescida,
Dando-lhe, assim, mortalha e sepultura.
O mesmo mar que o pão lhe dera em vida.

O poeta escreveu o soneto seguinte numa estampa que mostrava um anjo da guarda protegendo uma criança. O poeta aconselha o Anjo a levar a criança para o Céu e põe na chave de ouro uma sutil obsecração:

Mandou-te Deus das célicas alturas

Para teres em guarda e serança
Esta inocente e mísera criança,
Tão grande amor tem ele às criaturas.

Se é certo, como eu penso, que procuras
Preserva-la do mal, de Deus alcança
Leva-la para o céu sem mais tardança,
que lhe não manche a terra as asas puras.

O mundo é cheio de ásperos abrolhos:
Leva, leva contigo o pobrezito
Que lhe não manche a terra os meigos olhos.
Mas escuta: - eu t' o peço de joelhos,
Não vás dizer à mãe do pequenito
O nome de quem deu-te estes conselhos.

Agora veremos o paradoxo, associado à figura de repetição (o mesoteleuto do verbo *bastar*) dando invulgar harmonia à ousada ironia, quase sarcasmo, que reponta na chave de ouro do soneto *Epílogo* (feito na morte do kaiser Guilherme II, vendo sua figura morta estampada num jornal da época):

Em ampkla e negra veste amortalhado.
As largas mãos cruzada sobre o peito,
Aqui jaz um cadáver neste leito,
Pálido, inerte, frio, inteiriçado.

Ai pobre rei vencido e destronado,
Que te crias tão belo e tão perfeito,
Causa-me um triste e doloroso efeito
O contemplar-te em semelhante estado.

As tuas loucas ambições de outrora,
Hoje da morte ao sopro deletério
Desfeitas para sempre e sem demora.

Não bastara talvez do mundo o império
E vão bastar-te simplesmente agora
Sete palmos de chão no cemitério.

O belíssimo final do soneto *Eva*, enriquecido pela viva descrição do

ato de comer a maçã, praticado pela mãe primordial, é ornado pela linda imagem final, em forma de comparação. Vejamos o soneto:

Cantam-lhe n'alma ainda as sedutoras,
Finais palavras do inimigo astuto:
- “Se o houveras provado um só minuto,
Deusa, decerto, e não mulher tu foras”.

E desprezando as iras vingadoras
Do céu, estende o braço resolutivo
E colhe o belo, rubicundo fruto
De estranho cheiro e formas tentadoras.

Nas mãos o preme e, quando o vai partindo
Se lhe esguicha da polpa sumarenta
O róseo mosto sobre o seio lindo.

E em cada poma fica-lhe estampado
Um vivo timbre dessa cor sangrenta,
Como as insígnias rubras do pecado.

ANTÔNIO TOMÁS é um dos muitos poetas brasileiros que, embora ainda desconhecido do resto do Brasil, constitui-se num verdadeiro fenômeno da sua terra natal, no panorama da literatura nacional, cujo resgate urge providenciar.

Naturalmente o Poeta escreveu inúmeros sonetos e outros poemas, com diferentes metros, todos maravilhosos e encantadores, mas o Poeta proibiu enfeixá-los em livro, mas sua sobrinha Dinorá Tomás Ramos, muito espertamente, a pretexto de escrever sobre ele, transcreveu todos que o Poeta deixou (e ela sabia), para a alegria de todos nós.

**Henriques do Cerro Azul
Acadêmico do IHG-DF*

Ernesto Silva

Um Paradigma de Honestidade e Coerência

.....

*Jarbas Silva Marques**

(Na madrugada do dia 25 de agosto de 2009, após redigir o discurso que iria pronunciar na Aliança Francesa de Brasília, onde seria celebrado o 50º aniversário de sua fundação, Ernesto Silva foi acometido de uma infecção pulmonar, vindo a falecer no dia 3 de fevereiro de 2010).

No dia 24 de agosto de 1954, suicida-se o Presidente da República Getúlio Dorneles Vargas, e assume a presidência da República o vice-presidente João Café Filho, de quem Ernesto Silva era amigo. Ele pede então uma função para o Marechal José Pessoa. Café Filho oferece ao Marechal Pessoa o cargo de Prefeito do Distrito Federal. Ele declinou de aceitar o convite por ser um mandato tampão e não teria tempo de planejar e executar um plano de governo. Café Filho então lhe oferece a presidência da Comissão de Planejamento, Coordenação e Mudança da Capital Federal. Empossado presidente, o Marechal Pessoa nomeia Ernesto Silva para secretário da Comissão.

Em janeiro de 1955, de posse dos estudos aerofotogramétricos da Donald Belcher Incorporated, compreendendo o Retângulo do Congresso, o Marechal Pessoa convida o Marechal Mário Travassos para junto com Ernesto Silva virem ao Planalto Central e escolherem o local para a edificação de Brasília.

Idas e Vindas para a construção da Nova Capital do País

Em 4 de fevereiro de 1955 chegam a Formosa, Goiás, e são recebidos pelo Governador de Goiás em exercício, Bernardo Sayão. De Formosa vão a Planaltina e embarcam em cinco Jeeps e se deslocam até o atual Cruzeiro, - atrás do Memorial JK - o ponto mais alto do "Sítio Castanho" (1.172 metros acima do nível do mar).

Retornam, então, ao Rio de Janeiro, e o Marechal Pessoa pede ao Presidente Café Filho a elaboração de um decreto desapropriando o Sítio Castanho para fins de utilidade pública. Café Filho, aliado da União Democrática Nacional (UDN) - e dos lacerdistas que queriam impedir a eleição de Juscelino Kubitschek de Oliveira à Presidência da República, nega-se a determinar a elaboração do decreto de desapropriação.

Diante do impasse, no dia 29 de abril de 1955, o Marechal Pessoa vai até o Ministro da Aeronáutica e requisita um avião para se deslocar até Goiânia. No dia 30 de abril, o Marechal e Ernesto chegam a Goiânia e são recebidos pelo governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, quando é explicitado o boicote à Constituição de 1946, que determinava a mudança da capital para o Planalto Central. O Marechal José Pessoa apela, então, ao governador Juca Ludovico: "Se vocês goianos não tomarem a iniciativa da desapropriação, a capital federal não será construída".

No dia 1º de maio de 1955 (com data de 30 de abril), o governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, assina um decreto declarando, para fins de desapropriação toda a área do Sítio Castanho e criando a Comissão de Cooperação da Mudança da Capital Federal.

Juscelino Kubitschek de Oliveira é eleito presidente da República em 3 de outubro de 1955 e empossado a 31 de janeiro de 1956. O local para a edificação de Brasília já estava escolhido e as terras desapropriadas pelo Governo de Goiás. Sem a coragem pessoal e política do Marechal José Pessoa e a ação dos goianos, Brasília não seria edificada.

Com problemas de saúde e divergências quanto ao nome da futura capital, o Marechal José Pessoa (ele queria que a cidade se chamasse Vera Cruz) pede demissão da presidência da Comissão de Planejamento, Coordenação e Mudança da Capital Federal. O presidente Juscelino convida, então, Ernesto para presidi-la e no dia 7 de junho de 1956, ele é nomeado.

No dia 19 de setembro de 1956, Ernesto Silva lança o Edital do Concurso para Elaboração do Projeto para a nova capital, vencido pelo urbanista e arquiteto Lucio Costa.

Criada por JK a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), Ernesto Silva é nomeado Diretor ao lado de Bernardo Sayão, Íris Meinberg, tendo como presidente o engenheiro Israel Pinheiro.

Ernesto Silva, além das suas tarefas como Diretor Administrativo da Novacap passa a elaborar o Plano de Saúde de Brasília - antecedendo em quarenta anos o Sistema Único de Saúde (SUS), e o Plano Geral de Educação de Brasília.

Preocupação com a Educação em Brasília

Por ética e a sua constante humildade intelectual, convida o educador e pedagogo Anísio Teixeira. Este lhe expõe o conceito da "Escola Integral" e o sensibiliza para a implantação da "Escola Parque". No seu projeto original, Lucio Costa contemplava nas Superquadras uma escola secundária, Ernesto Silva o convence de modificar o projeto inicial e

substituir a "Escola Secundária" por uma "Escola Parque" onde os alunos, além das matérias curriculares, receberiam o ensino de pintura, escultura, música e esportes.

Lucio Costa, com sua ampla sensibilidade cultural e humanística, adotou a Escola Parque sendo a da Superquadra Sul 308 a segunda do Brasil, já que Anísio Teixeira tinha feito a primeira na Bahia.

Por ser poliglota, apesar da incessante faina diária na construção de Brasília, Ernesto Silva ministrava palestras no Brasil e no Exterior sobre a construção da nova capital federal e a sua função estratégica e política.

Como ativista social e cultural, participou da fundação do Rotary Clube de Brasília, da Associação Médica de Brasília, da Associação de Pediatria, do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, da Academia Brasileira de Letras e já com a propecta idade de 83 anos da Associação Cultural Brasil-China e até o seu falecimento, ele que fora fundador da Aliança Francesa, era o presidente mais idoso em todo o mundo das Alianças Francesas, tendo, inclusive, em 2008, participado em Paris do congresso que reuniu todos os presidentes das Alianças Francesas em todo o mundo.

Um Médico a serviço dos Brasileenses

Com a inauguração de Brasília em 1960, passa a realizar seu sonho e vai exercer a Medicina na rede hospitalar do Distrito Federal até sua aposentadoria.

No período compreendido entre 1960 e 1986, frequenta cursos no Brasil e no exterior sobre pediatria e tem uma intensa participação na literatura médica e científica nas revistas mais respeitáveis em todo o mundo. Ele que, à época da construção de Brasília, aqui introduziu o "Soro Caseiro", salvando milhares de crianças e adultos, foi também o criador do "Banco de Leite Materno", fez campanhas profiláticas como em 1958 a radiografia pulmonar de 17 mil operários, quando constatou um nível baixíssimo de tuberculose entre os candangos, não ultrapassando o percentual de 02,00 por cento dos radiografados.

O respeito de que gozava pode ser demonstrado com a sua amizade com Albert Sabin, que aqui veio por duas vezes participar das campanhas de vacinação contra a Poliomielite.

A partir da inauguração de Brasília, de par com a Medicina, ele se torna o maior defensor do projeto urbanístico e arquitetônico de Brasília. Nada lhe escapa. Sua pena límpida e cristalina está presente em jornais e revistas, nos debates e palestras sobre o projeto original de Lucio Costa.

Admoestando Administradores Regionais, especuladores

imobiliários, deputados distritais, governadores, deputados federais e senadores e membros do Poder Judiciário com suas suspeitosas "Medidas Liminares".

Em 1987, por ocasião das discussões da Assembleia Constituinte ele dirigiu a todos os parlamentares seus protestos contra a criação da Câmara Distrital e o perigo que ela traria para Brasília e para o Distrito Federal.

Os populistas e os corporativistas o elegeram como o seu principal inimigo, e ele laconicamente os respondeu: "Tenho o dever de cuidar e preservar a cidade e suas características originais, para que meus descendentes possam desfrutar daquilo que tive o privilégio de ajudar a criar".

Durante 45 anos, o discurso ético de Brasília era de que apenas hospedávamos os políticos e empresários corruptos e corruptores, enquanto Ernesto Silva convalescia no Hospital Brasília (até no seu leito de morte o nome Brasília estava presente), perdíamos o discurso ético com o governador, o vice-governador, secretários de Estado, parlamentares e alguns membros do Poder Judiciário deram a conhecer a nódoa eterna de seus comportamentos criminosos para toda a eternidade.

A Pátria e a Nação pedem e exigem ao Supremo Tribunal Federal a Intervenção Federal no Distrito Federal para lancetar esse tumor fétido de corruptos e corruptores nos Três Poderes.

E do Cavaleiro Solitário, Ernesto Silva, empunhamos humildemente a sua bandeira pela volta da estrutura do Distrito Federal, quando a Capital da República era sediada no Rio de Janeiro: um prefeito nomeado pelo Presidente da República e uma Câmara de Vereadores. A sorte está lançada por Ernesto Silva.

Medicina era um sonho de criança

Ernesto Silva era o último diretor da Novacap, da diretoria presidida pelo engenheiro Israel Pinheiro da Silva, Íris Meinberg e o engenheiro Bernardo Sayão, que construíram Brasília.

Nascido em Vila Isabel, em 17 de setembro de 1914, filho de um administrador hospitalar, desde a mais tenra infância alimentou o sonho de ser médico. Aluno exemplar, cursou o Colégio Pedro 11, no Rio de Janeiro, onde se notabilizou pelo domínio do idioma português e do francês.

Pela falta de recursos financeiros de seu pai, não pôde inicialmente cursar Medicina, ingressou então na Escola de Veterinária do Exército Brasileiro em 1933, quando tirou o segundo lugar.

No período compreendido entre 1934 a 1937 lecionava português no

renomado Colégio Pedro 11 onde fora estudante.

Em 1938 servia na Escola de Armas da Vira Militar, no Rio de Janeiro, e o capitão Antonio Pereira Lyra, então Ajudante de Ordens do General José Pessoa, foi incumbido por ele de encontrar no Exército Brasileiro "Um tenente veterinário que soubesse português, para elaborar relatórios da Inspeção da Cavalaria e redigir discursos". O capitão Antonio Pereira Lyra levou então o Primeiro-Tenente Ernesto Silva ao General Pessoa, e este, após uma pequena conversa, o convidou para ser o seu novo Ajudante de Ordens, já que o capitão Pereira Lyra deveria cursar a Escola de Oficiais. O General Pessoa é nomeado Adido Militar do Brasil na Inglaterra e Ernesto Silva o acompanha a Londres como o seu Ajudante de Ordens.

**Jarbas Silva Marques
Acadêmico e 1º Vice-Presidente do IHG-DF*

Altino Caixeta de Castro e a Coroa de Sonetos

.....

*João Carlos Taveira**

ALTINO CAIXETA DE CASTRO, o Leão de Formosa, como gostava de se autodenominar, nasceu em Lagoa Formosa (MG), a 16 de agosto de 1916, e morreu em Patos de Minas em junho de 1996. Era filho de Leão Theotonio de Castro e Júlia Fernandes Caixeta. Casado com Dona Alfa, teve três filhos: Ronaldo, Rosane e Rosele.

Aprendeu as primeiras Letras na Fazenda Campos da Onça, município de Lagoa Formosa. cursou o ginásio no “Ginásio D. Lustosa”, de Patrocínio (MG). Diplomou-se farmacêutico bioquímico pela Escola de Odontologia e Farmácia da Universidade Federal de Minas Gerais, tendo sido o orador da turma.

Foi redator de *O Ideal*, jornalzinho do ginásio em que publicou os seus primeiros poemas parnasianos simbolistas, já com a marca de seu lirismo persistente. Em Patos de Minas, publicou seus versos no *Jornal dos Municípios*, depois na *Folha Diocesana* e, também, no *Correio de Patos*. Esses poemas foram publicados na *Antologia Luso-Brasileira*, organizada por Wagner Ribeiro.

Altino Caixeta foi aluno do acadêmico e poeta Dr. Cândido Martins de Oliveira, com quem aprendeu Gramática Histórica. Estudou Português com José Fonte-Boa, conhecido estudioso, pelo menos em terras mineiras, da obra de Luís de Camões.

Quando jovem, Altino trabalhou numa farmácia, comerciando drogas, mas, à feição de Carlos Drummond de Andrade, ficou sempre mais drogado pela literatura. E era uma figura surpreendente, por sua irreverência. Embora de formação acadêmica, era um anti-acadêmico. Ainda sem livros publicados, entrou para uma academia de letras e para um grêmio de trovadores, sem convicção alguma, o que serviu para acentuar o seu anti-academicismo e sua ojeriza pela grei de subliteratos. Mas ele sempre se orgulhou de seu quase ineditismo, com convicção. Daí, a sua temática da vigília da escritura.

Conheci o autor de *O Galo de Pirapora* aqui em Brasília, em fins dos anos 1970 e princípios dos 80, mais precisamente no ambiente de livros.

Eu costumava frequentar a Biblioteca da UnB e, mais amiúde, a Biblioteca Demonstrativa de Brasília. Esta última ficava perto da casa dele e da minha, pois, na época, ambos morávamos na 707 Sul.

Devo admitir que, embora inédito em livro, eu já alimentava o desejo de ver meus versos publicados, principalmente depois de ler *A Cidadela da Rosa — Com fissão da Flor*, que Altino Caixeta acabava lançar pela Novo Horizonte Editora, do Geraldo Vasconcelos. Estávamos no ano de 1980.

Alguns anos depois, mais precisamente em 1989, saíria seu segundo livro de versos, *Diário da Rosa Errância e Prosoemas*, este pela Escopo Editora, também daqui de Brasília.

Nossas conversas, geralmente apimentadas, versavam sobre poesia e mineiridade. E ele era um crítico mordaz, não perdoava deslizes. Muitos poetas “faziam a sua cabeça”, mas eram poucos os que ele respeitava sem ressalvas.

E nunca vou esquecer o quanto me foram úteis as observações que ele fez ao ler os meus poemas. Pois, assim como Cassiano Nunes e José Hélder de Souza, ele foi dos primeiros a ler a minha poesia.

Aqui, abro um parêntese para dar uma idéia de quão irreverente era o grande poeta das Minas Gerais, recordo um diálogo que tive com ele, pouco antes do seu retorno a Patos de Minas, onde ele viveu seus últimos anos. (Aliás, lá estive com ele para uma entrevista que saiu no DF-Letras do jornal *BsB Brasil*.) Numa espécie de desabafo, ele expôs-me sua visão crítica da chamada vida literária. Disse-me ele: “Taveira, estou cansado de reuniões literárias. Se você pensa, estuda, tem talento, acaba sendo discriminado. Nada ofende mais do que o talento alheio. Os encômios, as medalhas, os diplomas são incentivos para a mediocridade. Por isso, amigo, preocupe com a sua obra e deixe o resto de lado.”

Eu, claro, não segui o seu conselho. Mas o avançar da idade, com o quebrantamento do corpo, obriga-nos a diminuir a marcha. Em breve chegará o dia em que me aquietarei em casa, com os meus livros, os meus quadros, os meus discos, os meus filmes e o meu desassossego. Assim, talvez, poderei dedicar às artes o tempo que lhes tenho negado. Fecho o parêntese.

Mais tarde, Altino Caixeta seria enredado pela poética de vanguarda, quando o poema-práxis se lhe afigura de fácil acesso. E passa a conviver bem com todos os processos de penetrar no “pathos” do poema. O curioso é que ele se preocupava muito com a poeticidade de seus poemas, com a realização da forma e a boa escrita, mas não me lembra, em nenhum momento, a sua referência à publicação de livros. Devia supor que publicar é coisa que não

deve constituir-se em preocupação principal, sobretudo no caso da poesia.

No final da década de 1990, com a colaboração de Wilson Pereira, Caio Tibúrcio e da dupla Theófilo e Ruy, Alan Viggiano apresentou, aqui neste auditório, um texto magnífico em homenagem ao Leão de Formosa, acompanhado da leitura de poemas e da execução de canções extraídas de sua poesia. Foi uma noite espetacular, uma noite memorável!

Maria Esther Maciel, escritora e professora mineira, que teve um de seus livros prefaciados por Caixeta, e com o apoio incondicional de Rosele, uma das filhas do nosso homenageado, foi quem respondeu pela organização, prefácio e edição póstuma do livro *Sementes de Sol*, que saiu em 2007 pela Sette Letras. Tive a oportunidade de tocar nessa obra, mas não a li como deveria. Por isso me eximo de falar sobre ela.

A propósito, cabe salientar que a *Revista Alpha*, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas, no seu número 3, de 2002, publicou o *Dossiê Altino Caixeta de Castro*, em que homenageia o poeta com artigos e ensaios da mais alta qualidade, além de uma antologia de poemas seus. Ali estão presentes nomes como Maria Esther Maciel, Fabio Lucas, Wilson Pereira, Antonio Sergio Bueno, Carlos Roberto Silva, José Secundino da Fonseca, Moacir Manoel Felisbino, Roberto Carlos dos Santos, Rodrigo Guimarães e Sidnei Cursino Guimarães.

Escolhi um trecho do ensaio “A Multiplicidade Poética de Altino Caixeta Castro”, de Wilson Pereira, para ilustrar estas minhas palavras:

Altino Caixeta é poeta múltiplo não só pela variedade temática e de fontes impulsionadoras da sua obra poética, mas também pelas diversas experiências da forma poemática que executou. Grande parte de sua obra, é verdade, está composta em forma de soneto, em metro decassilábico. E mesmo nesta forma o poeta ousou, construindo, às vezes, sonetos modernos, com semi-rimas, com aliterações e metáforas inusitadas. À maneira de Augusto dos Anjos, ele constrói o “Soneto do Futuro”, sobre o tema da inseminação artificial, ou fecundação “in vitro”, o que mostra a familiaridade com que tratava temas científicos e como ele tinha as antenas poéticas voltadas para o futuro. Leia-se, pois, o soneto:

*Assim me vê translúcido, ferido,
Raio de sol no prisma, luz e essência,
Não há segredo não, nasci no vidro,
Sou filho da proveta e da ciência.*

*Vim no tempo sem dor e sem gemido,
Vim nascido também sem violência,
É que houve além alguma inteligência
Para que eu viesse ao ventre desse vidro.*

*Em sete meses, pois, eu fui gestado,
Não sou filho da dor e do pecado,
Mas sei que existe em mim algo infeliz.*

*É o atavismo puro de meus ais,
É a falta dolorosa de meus pais,
É a saudade de mãe que não me quis.*

Altino Caixeta fez também poemas de forma livre, alguns mais longos, outros curtos, até poemas-relâmpagos, e chegou mesmo a fazer incursões pelas experiências vanguardistas, compondo o poema visual, de feição neoconcretista, como este “Perspicuidade da Rosa”:

Perspícuo
é o poema

no v
á
c
u
o

perspícua
é a rosa

conspícua
no
v o
as

de
c a
ui

Mas Altino Caixeta continuou ousando. Fez poemas eivados de nonsense, explorou a fundo o existencialismo e a metafísica, foi às raízes do tempo e do ser, extraiu poemas do cotidiano, da infância, da vida familiar, brincou com as palavras e com as idéias, misturou temas sérios, filosóficos, sociais, com coisas miúdas, fez graça poética, e a tudo imprimiu o caráter de poeticidade, ao seu jeito, com sua dicção de poeta original. E como lembra Maria Esther Maciel: “E mais: passeia por todos os ismos proliferados pelas estéticas de ruptura da tradição moderna, dialoga com textos bíblicos, com a prosa de grandes ficcionistas do Ocidente, relê Borges, Rosa, Barthes, Joyce e Platão, faz da sua obra uma verdadeira Biblioteca de Babel.”

Caros amigos, passemos agora, pois, à “Coroa de Sonetos para uma Cabra” do poeta, que é a razão de estarmos aqui nesta noite.

COROA DE SONETOS PARA UMA CABRA

A Geir Campos

"Ao templo de Deus traz cada um o que pode:
uns, ouro, prata e pedras preciosas; outros,
linho fino, escarlata e jacinto (zarcão);
no que nos baste oferecer
pele e pêlos de cabra."
Cf (Êxodo — 25-3)

I

Vestida assim de rosa e de alvorada
Teu riso resplandece sobre os músculos.
De Saturnini destes meus crepúsculos
Feitos de tédio e dor sobre o meu nada.

Sou escritor. Conheces meus opúsculos,
Os meus ensaios. Ficas encantada
Com meu lirismo doce e camarada
Feito de flor e cânticos minúsculos.

Ouves os poemas que te faço e ainda
Escutas os meus passos, minha linda,
Quando eu chego das musas mais sonoras.

És a cabra mais bela e mais estranha
Que já encontrei no cimo da montanha
Comendo sol para berrar auroras.

II

Comendo sol para berrar auroras
Topei a minha cabra deslumbrante.
Tinha na face toda luz de Dante,
Beatriz olhada pela rua afora.

Quando passou ardente e triunfante,
Cantou meu galo no bater de esporas,
Rostand perdido das perdidas horas
E o soneto melhor de Hermes Fontes.

Passou e ninguém viu, fiquei atento.
Se a concha pensa a pérola por dentro,
Fiquei pensando nesta concha quérula.

Fiquei comendo azul para balir
Ovelhas, muito fáceis de parir
Balidos cor de neve como a pérola.

III

Balidos cor de neve como as pérolas
São fáceis de fazer para as cabrinhas.
Às vezes, elas, às vezes, são doidinhas
Para balir lá fora dentro delas.

Gosto de ouvi-las, às vezes, pelas vinhas
Atrás dos muros altos e das cancelas.
São quando as cabras belas são mais belas
Do que meus tropos pelas odes minhas.

Pastor de estrelas, meu ouvido atento,
Escuta o coração do pensamento,
Escuta a luz luciluzir estranha.

Mas não me esqueço nunca nem de leve
Destes balidos pérolas de neve
Da cabra que galgou minha montanha.

IV

Da cabra que galgou minha montanha
Guardo vislumbres, dores e gemidos,
Guardo combates, lobos mal feridos,
Guardo o teu sangue de quem vence e apanha.

Da cabra que galgou os meus sentidos
Guardo os teus guizos no alto da campanha,
Guardo os teus saltos, guardo a tua manha,
Guardo até mesmo, às vezes, os teus balidos.

Só não guardei, cabrinha, os teus berros,
Também sabes, amor, não sou de ferro
Para agüentar assim a berbalir.

Trago comigo um pensamento estranho:
Quero perder-te para o meu rebanho
Para salvar as cabras do porvir.

V

Para salvar as cabras do porvir
Do leite em pó que vem das tuas tetas
Urge agarrar os anjos e os capetas
Que vivem a chegar, vivem a fugir.

As cabras pretas pelas noites pretas
Mamam estrelas fáceis de luzir.
A minha cabra é branca de balir
As açucenas, os lírios, as violetas.

Gosto de vê-la, ao longe, encabritada
Pelas moitas de sol de uma ramada,
Pelas sombras dos montes de arrebol.

Gosto de vê-la ruminando à-toa
Etérea, leve, ardente, fresca e boa
As rosas que comeu ao pôr-do-sol.

VI

As rosas que comeu ao pôr-do-sol
Vão dar aquelas pílulas de sândalo
Que nestes tropos já me cheiram escândalo
Das tintas imortais do girassol.

Quem fez a arte e a cabra foi um vândalo
Que já gostava de fazer farol,
Um conto de Daudet ou de Gogol,
Depois um Maupassant de quando em quando.

E a cabra esplende cada vez mais minha.
Seu berro desabrocha e se esfarinha
Nas minhas mãos de mó de meu moinho.

A tarde azul comeu rosa amarela
Perfume que ficou lá dentro dela
Cabra de dor e cabra cor de vinho.

VII

Cabra de dor e cabra cor de vinho.
Tu eras branca de balir e agora
Estás berrante de beber a aurora
Que foi chegando para o meu caminho.

A tua mágoa amara come a amora
Dos meus quintais e eu, pastor sozinho,
Pastoreio os teus prantos cor de linho
Pelas escarpas da montanha afora.

Bebo do orvalho dos teus olhos.
Canto A rosa ruminada de teu pranto,
A que floresce os cimos dos ciprestes.

Recolho o teu perfume mais lascivo
Na certeza maior que ainda vivo
Nos balidos que um dia (vós me destes).

VIII

Nos balidos que um dia (vós me destes),
Firo a sintaxe sem saber de nada.
A minha cabra pula uma alvorada
Como quem traz as asas mais celestes.

Cabra-quimera feita em bronze e alada
Comendo a flor um dia todo alpestre,
Vós me pedistes a linguagem agreste
Da portuguesa língua mal falada.

De vós e tu, ó cabra, os teus balidos
Ficaram-me bailando nos ouvidos
Medrosos de canônicos furores.

É proibido à cabra saltar frases.
É proibido à cabra andar nos ares.
É proibido à cabra comer flores.

IX

É proibido à cabra comer flores
Nestes jardins da língua duvidosa.
Do cimo da montanha a minha rosa
Floresce auroras sombras e palores.

A minha cabra come a minha prosa
Feita de frases chilras sem fulgores.
A minha cabra come os meus amores
E engorda, e fica grávida e viçosa.

Depois encanta a fúria dos cabritos,
Depois lambe estrelas no infinito,
Depois baba na luz que não vem dela.

Mas depois, e que sonho e que deleite,
A minha cabra apenas vai dar leite
Àquela filha estranhamente bela.

X

Aquela filha, estranhamente bela,
Peônia rubra da montanha ardente,
Varava o sol que vinha do Oriente,
Fogoso de morar lá dentro dela.

Você já ouviu a dor que dá semente?
Você já ouviu o canto da cancela?
Você conhece a mágoa que atropela
Um punhado de flor dentro da gente?

Aquela filha, estranhamente linda,
Era a marca da fábrica que não finda,
Que continua séculos além.

A procissão da raça da esperteza,
Um punhado de sonho e de beleza
Ajoelhada sobre o seu amém.

XI

Ajoelhada sobre o seu amém,
Minha cabrinha, a prece do sorriso,
Floria a graça maior do paraíso
Que a gente pensa que não vem e vem.

Brumas no sol e manchas no granizo,
Sombras no sol e glórias no desdém,
Auroras do porvir que não convém,
Perguntas sem respostas no juízo.

Tudo passou e ela ficou ferida,
Ficou balindo entre a morte e a vida,
Saudades de subir, galgar cansaços.

Foi quando exausta aqui, último sopro,
Fez o alpinismo puro do meu corpo,
Subiu pelas montanhas de meus braços.

XII

Subiu pelas montanhas de meus braços,
Mas para quê? Olhar além o ensejo?
Sorrir alturas e ficar com pejo
Das escaladas puras dos seus passos?

Vencer a pedra e o vento no revoejo
Das palavras que vingam embaraços?
Transfigurar a última flor do Lácio
No entrelaçar do verso para o beijo?

Eis tudo: a minha cabra é furiosa,
Come espinhos e, às vezes, come rosa
Para sonhar o sangue da alvorada.

E, lá de cima, bate o sol e bate
Na ardência do fulgor de seu combate
As luzes de meu ser e de meu nada.

XIII

As luzes de meu ser e de meu nada,
Truísmo e tropo que não quero e topo,
A própria cabra é sombra no meu corpo,
Coisa que berra e bale misturada.

Coisa assim, penso e existo, como um sopro
Ardendo-me na pele suspirada
Conhece-te a ti mesmo, camarada,
Sem fim, sem meio e fim, sem meio escopo.

Ninguém sabia do a priori dela,
Só se sabia da braveza bela,
Do jeito de ser livre, e era tudo.

Por isso agora piso neste estrume,
Levo pra casa o lúrido volume
Feito de couro para meu estudo.

XIV

Feito de couro para meu estudo,
Broquéis de luz que o tempo não consagra,
Um dia, pois, topei a minha cabra,
Lendo e relendo um livro de veludo.

Criei ciúmes e gritei: não abra
Vigésima quinta página de tudo!
Mas ela abriu e leu, e, eu fiquei mudo
De ver o livre arbítrio desta cabra.

Criei estimas só por ela e, um dia,
Quando eu pensava que a cabrinha lia,
Comeu meu livro, comeu-o de uma vez.

Lambia os beijos para mim agora,
Foi quando resplendeu na minha aurora
A melhor coisa que uma cabra fez.

XV

Comendo sol para berrar auroras
Balidos cor de neve como a pérola
Da cabra que galgou minha montanha
Para salvar as cabras do porvir.

As rosas que comeu ao pôr-do-sol
Cabra de dor e cabra cor de vinho
Nos balidos que um dia (vós me destes)
É proibido à cabra comer flores.

Aquela filha estranhamente bela
Ajoelhada sobre o seu amém
Subiu pelas montanhas de meus braços

As luzes de meu ser e de meu nada
Feito de couro para meu estudo
A melhor coisa que uma cabra fez.

Nesta coroa de sonetos decassilábicos, Altino Caixeta usa e abusa das metáforas insólitas, da intertextualidade e da metapoesia, rompe com o sistema clássico de rimas, mas nunca abandona a métrica. Sua coroa tem compromisso, ao que me parece, com a poesia modernista. Evoca, em alguns momentos, o estro de Jorge de Lima, outro poeta da minha estima e predileção. Mas Altino é, na realidade, um poeta genuíno, da estirpe dos melhores da nossa língua.

Ao finalizar, quero agradecer a honrosa presença de todos vocês, que aqui vieram prestigiar a figura de Altino Caixeta Castro, um grande poeta. Se, com meus poucos recursos, consegui dar-lhes uma idéia da grandeza da poesia dele, da qual gosto muito, terei realizado o meu objetivo.

Muito obrigado!

Brasília, 8 de maio de 2008.

Ilha de Trindade

As pretensões inglesas e outras curiosidades

.....

*Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira**



Ilha da Trindade, extremo leste do Brasil, a 1167 km do continente

Situada aos 20°30' de latitude Sul e 29°22' de longitude Oeste do meridiano de Greenwich, dista 651 milhas marítimas do litoral do Espírito Santo. Possui 6km de comprimento e 2km de largura e sua área é de 8,2km². Seu clima é tropical oceânico e seu solo é constituído de rochas eruptivas (magmáticas), apresentando-se muito pedregoso e sua orografia é muito acidentada, com vários picos rochosos e o litoral, em geral, apresenta-se muito abrupto com muitos penhascos. O seu ponto culminante é o pico Desejado, com 600m de altura. O acostamento apresenta muita dificuldade para as embarcações. O solo é inadequado para a prática agrícola. A vegetação é arbustiva e herbácea. A fauna é constituída de aves marinhas, tartarugas e caranguejos. Há suínos, caprinos, ovinos e galinhas d'Angola, levadas por navegantes e vivem, praticamente, em estado selvagem.

Assim como o arquipélago de Fernando de Noronha, Trindade foi descoberta por navegadores portugueses no século XVI, por João da Nova, em 1501. Também esteve lá Afonso de Albuquerque (1503). Outros navegadores a aportaram, mas pensaram tratar-se de outra ilha, por isso em mapas antigos a encontramos com a denominação de Ascensão¹. Para Capistrano de Abreu a ilha teria sido descoberta por Estevam da Gama, na segunda expedição de Vasco da Gama à Índia. Isto teria ocorrido em 18 de maio de 1502.

Em 1539 D. João III a doou a Belchior Camacho, que não fez qualquer benfeitoria, nem nada cultivou na ilha. (Talvez por possuir solo impróprio à agricultura e pelas difíceis condições de aportagem).

A ilha foi ocupada em 1700 pela Inglaterra mas pouco depois, reconhecendo os direitos de Portugal sobre ela, retirou-se. Em 1781, tencionando instalar uma estação naval, novamente os ingleses a ocuparam,

¹ Não confundir com a ilha de Ascensão (8° lat. S e 14°30' long. W), também descoberta por João da Nova em 1501. Sua superfície é de 88km² e foi colonizada pelos ingleses.

porém Portugal organizou uma expedição no Rio de Janeiro, sob o comando do marechal Chichorro. Os ingleses foram expulsos deixando canhões e munições e o governo português resolveu ocupar a ilha definitivamente. A ilha foi guarnecida com 150 homens, mas isso até 1897, quando foi entregue à própria sorte, tornando-se desabitada.

Num relatório do vice-rei Luiz de Vasconcelos ao Conde de Resende, seu sucessor, diz, em certo trecho, espantadíssimo:



Mapa da Ilha de Trindade

...Além disso, esta mesma terra é de tal qualidade que se inflama por si mesma sem a intervenção de outra qualquer matéria combustível, como se veio a conhecer no dia 9 de fevereiro de 1793 em que, vendo a terra lançando fumo, averiguada a causa, não se pode descobrir outra senão que o fogo saía, bastantemente profundo, levantando chamas e, por onde passava reduzia a terra a um cinzeiro esbranquiçado e brando que atolava; e a custo de trabalho muito, abrindo-se nele em rodas cheias de água pura, para atalhar a passagem do mesmo fogo, pode-se diminuir o incêndio, mas de nenhuma sorte a origem dele, por ser próprio e natural daquele terreno.

Há curiosas estórias de tesouros escondidos na ilha, pois até agora ninguém foi capaz de decifrar os roteiros de piratas indicando onde esconderam tesouros roubados das cidades saqueadas. Diversas expedições no Brasil e no estrangeiro foram enviadas para examinar o subsolo da ilha mas todas fracassaram. Após a independência do Peru os espanhóis usurparam todo o tesouro da catedral de Lima para levá-lo para a Espanha. Quando os barcos espanhóis, após transporem o Estreito de Magalhães, cortavam o Atlântico em direção à península Ibérica, na altura de Cabo Frio, foram interceptados e batidos por piratas, que familiarizados com a ilha de Trindade para lá se dirigiram. Este tesouro jamais foi encontrado.

Em 1817 naufragou nas costas da ilha a fragata francesa *La Jeune Sophie*, comandada pelo capitão Deveaux e tendo a bordo o conde de Amerval. Trinta e quatro pessoas salvaram-se, refugiando-se na ilha. O comandante, o conde e cinco marujos, tomando um pequeno escaler partiram em busca de socorro. Após treze dias e treze noites, depois de navegarem mais de 1200km em mar revolto, alcançaram a Baía de Guanabara, quase já sem resistências. Dias depois foi enviado um navio de socorro à ilha. Encontraram-na inteiramente deserta e num local bem visível da praia, havia uma garrafa dependurada com uma mensagem: “Amigos: não temos esperanças de que vocês consigam atingir o Rio de Janeiro. Por isso aproveitamos a passagem de um navio que se destina às Índias e vamos embora. Se voltarem, aceitem o nosso comovido agradecimento. Até um dia, companheiros de infortúnios!”

Em 1895, como sempre, de maneira desleal, os ingleses retornaram à ilha. Em janeiro daquele ano ali aportaram no navio “Barracouta”, com gente, víveres e material para o trabalho de amarração do cabo submarino destinado à Argentina. O governo brasileiro ficaria sem tomar conhecimento do fato, não fosse uma nota publicada no *Financial News*, de Londres e transcrita no dia 16 de junho pelo *Rio News*, no Rio de Janeiro. Vale a pena transcrever a indiscreta nota:

De maneira muito discreta foi feita há alguns meses atrás um curioso acréscimo ao Império Britânico. Provavelmente esta última anexação não trará lucro nem

prejuízo aos cofres imperiais. A nova possessão é a ilha deserta de Trindade, situada ao largo da costa brasileira. Seus únicos habitantes são caranguejos terrestres, tartarugas e aves marinhas. Deve-se o interesse a respeito da ilha à crença de que ali encontram-se tesouros ocultos de piratas, há muito esquecidos. Em vão têm sido equipadas expedições com o intuito de reaver essa fortuna lendária. A última foi organizada pelo Sr. E.F. Knight, conhecido correspondente de guerra, que fez uma narrativa da aventura no livro *O Cruzeiro do Alert*. Talvez tencione o governo fazer outra tentativa para descobrir esse tesouro. – *Financial News*, 4 de junho de 1895”. (Os grifos são nossos).

A notícia convulsionou o Brasil. Exacerbaram-se os ânimos e o patriotismo contra a Inglaterra, que estava usurpando, como fez em outras regiões do Atlântico Sul, Índico e Pacífico, um domínio do território nacional. O povo juntou-se em comício e no Rio de Janeiro e São Paulo ouve quebra-quebra em propriedades de comerciantes e súditos da coroa britânica. O governo não tomava atitude e a imprensa mantinha-se discreta.

No dia 21 de julho de 1895 chegou o primeiro telegrama da Legação Brasileira em Londres comunicando a ocupação da ilha pelos ingleses. No dia seguinte telegrama da nossa embaixada em Londres comunicava a mesma notícia, dizendo que a companhia *Telegraph Construction* estava fazendo a amarração do cabo submarino para a república Argentina. Prudente de Moraes levou o fato ao conhecimento do Congresso e tentou valer os direitos do Brasil sobre a ilha, porém a Inglaterra mostrava-se irredutível.

No dia 16 de dezembro o ministro plenipotenciário inglês no Rio de Janeiro propunha o arbitramento, mas foi rejeitado pelo nosso governo através do ministro das Relações Exteriores, Carlos de Carvalho, pois a ilha pertencia ao Brasil. Portugal interferiu a favor do Brasil e enviou mensagem ao nosso governo comunicando que sua Majestade Britânica reconhecia a soberania do Brasil sobre a ilha. Cópia da mensagem foi dirigida à Câmara dos Deputados no dia 5 de agosto de 1896 pelo presidente Prudente de Moraes.

Esquecida, no entanto, ficou a indignação popular, que se não tivesse saído patrioticamente às ruas com suas manifestações “arruaceiras” ou “baderneiras”, como é próprio da imprensa tachar tais manifestações, talvez a ilha de Trindade tivesse em mãos inglesas, como outras tantas mais.

A ilha de Trindade está quase que totalmente cercada de penedos, dentre os quais, citamos: o “Monumento” a oeste, rochedo a pique com 390m de altura; o “Crista de Galo”, bem ao largo da parte norte da ilha; o morro do “Furado”, a sudoeste, traspassado por um túnel escavado pelas vagas do mar numa extensão de 132 metros, tendo 15m de largura e 10m de altura. As ondas do mar o atravessam de ponta a ponta, durante as enchentes da maré, causando um barulho ensurdecedor; o “Pão de Açúcar”, ao sul, com 390m de altura.

Possui uma fauna muito original, como seus caranguejos terrestres gigantes e muito ferozes². Suas tartarugas são gigantescas e centenárias. A ave mais bela da ilha é o “trinta-réis”.

Durante a primeira guerra mundial navios de países beligerantes ali estacionavam fazendo com que a Marinha brasileira ocupasse a ilha militarmente. Foi então construída moradia para o comandante e acampamento para a guarnição e instalada pequena estação rádio-telegráfica.

Durante o governo de Artur Bernardes foi transformada em presídio político e para ali foram desterrados: Eduardo Gomes, Juarez Távora, Waldomiro Lima, Mário Magalhães Barata, Maynard Gomes, Nelson de Melo, Carneiro de Mendonça e muitos outros.

Em 1958 foi instalada uma base meteorológica pela Marinha de Guerra e um navio aporta a ilha a cada dois meses levando suprimentos e a guarnição da ilha é substituída a cada quatro meses.



Os Penedos da Ilha



Túnel Tenente Jansen, visto do lado Sul



Base Militar e Pico Siqueira Campos

**Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira
Acadêmico do IHG-DF*

² Um comandante de navio encontrou um deles nos pináculos de uma montanha. Têm a tática especial de ataque: juntam-se em grupos de três ou quatro e avançam contra as pessoas com suas pinças erguidas.

Roberto Burle Marx

.....

*Luiz Van Beethoven Benício de Abreu**
Em escala global o urbanismo e a industrialização influem
diretamente sobre as estruturas sociais,
políticas e econômicas de todos os países.
Stockholm, 1972

Em qualquer lugar do mundo, começar um jardim exige de início que um espírito o imagine e, em seguida, que mãos destorroem o solo, que dele expulsem as pedras ou as unem para conter uma terra móbil, irrigada, esmiuçada, submetida a comando externo, tornando-a propícia a uma fecundidade mais sutil. Por isso, em toda à parte, são os jardins raros e divididos em parcelas. Seu espaço calculado é conquistado à aridez ou à exuberância, ao passo que florestas ou desertos se estendem sem partilha sobre imensidões.

A arte dos jardins é provavelmente a mais ambígua, a mais difícil e ao mesmo tempo a menos apreensível de todas as artes. Afinal, um jardim faz-se apenas com a própria natureza, e, no entanto desta natureza, se deve afastar por uma ostensiva ou delicada alteração que é a que precisamente o torna jardim e o isola de maneira franca ou insidiosa dentro da extensão que o cerca. Todo jardim é a um tempo cantão da natureza e quadro destinado a encantar o olhar ou tapete para acolher e honrar o visitante. Um jardim é doméstico e improdutivo, exige muitos cuidados e nada promete em troca, salvo um prazer que o granizo ou a seca ou um excesso de seiva facilmente arruinam.

O jardim instala no espaço rude uma minigeografia bem arrumada, ligeiramente desligada da natureza. O homem o criou não para a sua subsistência, mas para seu deleite. O jardim é inútil e cobiçado: exatamente as duas características pelas quais os que não são artistas facilmente reconhecem as obras de arte. Paisagem inserida na paisagem natural ou agrícola. Às vezes fechado por muralhas - enquadramento dos mais indiscretos -, às vezes por uma sebe, um riacho ou uma mudança de declive.

O pintor, sobre a parede ou sobre a tela, compõe à vontade linhas, superfícies e cores. O joalheiro em seu banco, para fazer jóias, junta, a seu bel prazer, gemas e metais. O escultor e o arquiteto levam em conta a resistência do material, obedece às leis imperturbáveis do equilíbrio e da gravidade. Uns e outros atuam livremente. Lidam com substâncias dóceis ou rebeldes, mas sempre inertes, que eles manipulam e submetem à sua inspiração. Não precisam temer que elas se rebelem ou se esquivem ou lhes

preguem peças. Ao imaginar ou realizar um jardim, o jardineiro modifica a natureza escabrosa, corrige-a, metamorfoseia-a. Deve calcular, com a fertilidade do humo, com o ciclo das estações, com o regime das chuvas, e a data das sementeiras, os ritmos de crescimento e de floração, com as mil perfídias da ecologia. Especula sobre o aleatório.

Brasília não foi feita Patrimônio Mundial da Humanidade pelo fato de ser a Capital do Brasil, por estar situada no Planalto Central, em pleno coração do Cerrado. Isto aconteceu porque ela é diferente, muitas de suas atrações, encantamento e beleza só se encontram aqui, são únicas no mundo inteiro.

O grande problema, entretanto, para que nossos visitantes e mesmo os nossos próprios moradores, com ênfase para a juventude, possam entendê-la, admirá-la, usufruí-la, respeitá-la e protegê-la, é necessário promover sua interpretação, colocando-a em nível de compreensão abrangente.

A interpretação é um processo de adicionar valor à experiência de um lugar, por meio da provisão de informações e representações que realcem a sua história e suas características culturais e ambientais.

É uma atividade educacional que objetiva revelar significados e revelações através da utilização de objetos originais, de experiência de primeira mão, bem como de mídia ilustrativa, ao invés de simplesmente comunicar informações factuais.

Sendo arte de apresentar lugares e objetos às pessoas, a interpretação é o elemento essencial à conservação e gerenciamento do patrimônio, uma vez que orienta o fluxo de visitantes visando também à proteção do objeto da visita.

Enquanto processo de acrescentar valor ou realçar a experiência de um lugar, a interpretação estimula a apreciação ambiental e promove entretenimento para usuários e visitantes.

O objetivo geral é, portanto, aumentar a compreensão pública do tema ou do ambiente, induzindo a atitude de respeito e proteção. A histórica afirmação de Tilden:

***"Através da interpretação, a compreensão,
através da compreensão, a apreciação, e
através da apreciação, a proteção".***

ECOGÊNESE - uma ação antrópica e parte integrante de uma paisagem cultural que utiliza, para recuperação dos seus componentes bióticos, associações e indivíduos próprios que compunham os ecossistemas originais.

Foi Roberto Burle Marx, um defensor incansável de nossos recursos naturais. A natureza brasileira serviu de material de base para Roberto, por ser, sem dúvida, excepcionalmente rica e exuberante. Mas nem por isso o desenho de seus jardins deixa de ser rigoroso e sutil, como se cumprisse ordenar essa natureza excessivamente generosa para levá-la a exaltar-se em belezas e prazeres. Empregou em seus projetos de paisagismo, variados compartimentos florísticos nacionais, sendo para nós o percussor do emprego da Ecogênese. Testemunho desta ação encontra em seus famosos projetos, alguns com a ajuda do notável botânico Professor Henrique de Mello Barreto, como os da Lagoa da Pampulha em Belo Horizonte e no Barreiro, o balneário de Araxá em Minas Gerais. Ali é fácil constatar mostras significativas de aspectos morfoclimáticos da paisagem regional, características e representativas do domínio paisagístico de Mares e Morro.

Todos que iniciam no conhecimento das ciências da natureza - mais cedo ou mais tarde, por um caminho ou por outro - atingem à idéia de que a paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades. Num primeiro nível de abordagem, poderia se dizer que as paisagens têm sempre o caráter de heranças de processos de situação antiga, remodelados e modificados por processos de atuação recente.

O território brasileiro, devido sua magnitude espacial, comporta um mostruário bastante completo das principais paisagens e ecologias do Mundo Tropical.

Von Martius, ao elaborar a Flora Brasiliense, trabalhou no sentido de estabelecer as diversas províncias botânicas brasileiras, descrevendo com cuidado e detalhadamente cada região que percorria. Sua concepção de nossa paisagem, em termos gerais, vigora até hoje; suas províncias botânicas correspondem às macro-unidades da paisagem brasileira, conforme as define Ab' Saber:

Naiades - terras baixas florestadas da Amazônia;

Hamadriades - as depressões interplanálticas do Nordeste;

Dríades - as florestas atlânticas da Serra do Mar, a região dos mares de morro;

Oréades - os chapadões recobertos por cerrados e penetrados por florestas-galeria;

Napéias - os planaltos de araucárias e as pradarias mistas do sudeste do Rio Grande do Sul;

Ferri - acrescenta ainda duas áreas não individualizadas por

Martius: (o complexo pantanal, e os diversos tipos do litoral: rochoso, arenoso e limoso).

Roberto levou também, para apreciação de outros povos, alguns de nossos significativos aspectos paisagísticos. É notável e impressionante, a apreciação mundial de diversos trabalhos paisagístico elaborados por Burle Marx representando amostras de nossos ecossistema, espalhados nas mais diversas regiões do planeta. Destaque para o jardim em Manhattan-NY, no Estados Unidos, no qual Roberto representa uma amostra de nosso Cerrado. Este jardim significa em suma, uma visão de parte da Mata Ciliar, copiada de testemunho existente ao longo do córrego Bananal, no Parque Nacional de Brasília. (Lembrar a nossa passagem pelo local, incluindo aí a nascente do Cristal Água).

Impressionante ainda o projeto correspondente ao ajardinamento dos aterros da Glória e do Flamengo, no Rio de Janeiro (lembrar a história deste jardim). Em Brasília, são várias as marcas deixadas por Burle Marx, lamentável que a indispensável e inevitável manutenção dos mesmos não tenha acontecido.

Os vegetais, assim como os demais seres vivos, se encontram submetidos à ação de determinados agentes patogênicos que impedem seu desenvolvimento e produção, restando-lhes beleza e originalidade tanto no colorido como nas formas. Esses agentes, na horticultura tradicional, podem ocasionar perdas que representam de 25% a 35% do valor das colheitas.

As enfermidades podem ser definidas como alterações na estrutura e nas funções vitais da planta, que afetam a produção e a beleza da mesma. Em certas ocasiões, estas alterações têm aplicação na horticultura ornamental, já que servem para criar determinados matizes ou formas, como o caso de algumas viroses.

As enfermidades são originadas por seres microscópicos que somente podem viver e desenvolver-se a custa de substâncias elaboradas pelas plantas às quais parasitam. Em seu desenvolvimento desempenha um papel fundamental a climatologia. As temperaturas elevadas, o excesso de umidade ambiental e falta de aeração e de luminosidade são fatores decisivos no desenvolvimento dos parasitas.

Em geral as alterações podem ser produzidas por: parasitas vegetais, vírus e causas fisiológicas não parasitárias.

Os parasitas vegetais mais importantes são os fungos e as bactérias. Os vírus são micro-organismos de tamanho muito reduzido, que só se pode observar com o microscópio eletrônico, sua classificação se faz pelos sintomas que se observam nas plantas atacadas. Enquanto as enfermidades de origem fisiológica são produzidas por secura, umidade excessiva, temperaturas extremas e estados de carência.

A grande diferença entre o paisagista e o arquiteto, reside no fato de que o primeiro trabalha essencialmente com o espaço, já o segundo com o tempo.

A dimensão do tempo é constitutiva da arte dos jardins. Em primeiro lugar, evidentemente, pelo fato de o jardim evoluir ao ritmo do crescimento dos vegetais e, por conseguinte, a relação que se estabelece inicialmente com o vegetal é apenas uma prefiguração inacabada do que será quando o jardim tiver atingido sua maturidade. Aliás, dificilmente podemos falar em estado definitivo quando se trata de jardins, visto que a duração de vida de cada espécie é diferente e será preciso, de forma permanente, podar, cortar e replantar.

Isto explica porque, cada vez mais, se perdem os aspectos representativos que Burle Marx desejou perpetuar para o deleite, conhecimento e localização dos moradores e visitantes da nossa Capital. Assim, que a visita ao Palácio do Itamarati, Palácio do Planalto, da Justiça, do Congresso Nacional, do Teatro Nacional e tantos outros, necessitaria, para maior aproveitamento uma descrição de parte da nossa paisagem tropical, representada em cada uma de suas obras paisagísticas. Lembro, para maior entendimento, casos específicos de alteração visual, por falta da devida manutenção: os jardins aquáticos, tanto do Itamarati, do Palácio da Justiça quanto do Setor Militar Urbano. No Itamarati, sobressai à tentativa de Roberto em representar uma **Vereda** e que hoje se assemelha mais a uma mata ciliar degradada. Ali também se perde a tentativa de Roberto em evidenciar a própria estrutura do corpo, a verticalidade. O homem na natureza e, por conseguinte, no jardim, é sempre uma vertical móvel que se desloca em relação a uma horizontal fixa.

O domínio das superfícies aquáticas é, sem dúvida, um dos segredos de Burle Marx. Não é preciso lembrar a importância que elas sempre tiveram na concepção e no tratamento dos jardins. A utilização estética dos espelhos d'água não poderia, todavia, limitar-se a seu recorte. Burle Marx vale-se de suas bordas para nelas encostar, aqui um muro contra o qual ele planta uma platibanda, acolá um maciço de arões (tipo taioba) gigantes, quebrando a linearidade das margens. As bacias compostas por Burle Marx, quando não são bacias naturais, quase sempre ostentam formas geométricas fortemente acentuadas. Linhas retas, frequentemente quebradas, determinam suas margens às vezes levemente arredondadas nos ângulos. Sob esse aspecto, o exemplo mais notável é a praça triangular concebida para o Chamado Forte Apache, no Setor Militar Urbano em Brasília. As esculturas de concreto, bem como o obelisco que se perfila ao fundo, repetem, na estrutura piramidal, a forma geral do jardim desenhado triangularmente. Verifica-se, também ali, a preocupação em representar um de nossos visuais

paisagístico, o afloramento cristalino, destacando seus conjuntos característicos com sua forma conhecida e chamada "Dente de Cão". Vendo fotos antigas, representando o aspecto e o desenho programado, e então fotos atuais, pode-se perceber o cuidado que tem sido dispensado àquela obra. Este jardim, no Setor Militar Urbano, é considerado por alguns especialistas, críticos e artistas brasileiros como um dos mais notáveis do mundo.

Em outros lugares, como no Teatro Nacional, Roberto utiliza também espaços imersos, mas criando um contraste com outras platibandas que os ladeiam a flor d'água. Isso lhe permite opor diferentes espécies, aquáticas ou não, que juntas se refletem no espelho das bacias. As que cercam o Ministério do Exterior, em Brasília, dão a medida exata dos recursos que esses arranjos permitem explorar visando uma infinita variedade visual. É também interessante recordar que a formação de Burle Marx era em artes plásticas e como tal reconhecido internacionalmente. É preciso lembrar: reproduzida milhares de vezes, a imagem das majestosas calçadas da praia de Copacabana instigou-nos com frequência a imaginação. No entanto, ainda hoje, poucos sabem que seu desenho é obra do pintor e paisagista Roberto Burle Marx. Dentre seus diversos trabalhos nessa área, existentes em Brasília, destaque para os imensos e magníficos murais, que decoram paredes do Palácio do Itamarati, da Alvorada, e do Planalto.

Um fato curioso, o primeiro jardim projetado por Burle Marx foi para a residência de **Schartz**, em Copacabana, em 1932, a convite de Lucio Costa.

**Luiz Van Beethoven Benício de Abreu
Acadêmico do IHG-DF*

A Problemática Indígena no Brasil

.....

*Manoel Soriano Neto**

1. Considerações Preliminares

A Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo VIII - Dos Índios - nos artigos 231 e seus parágrafos, e 232, estatui normas a respeito do assunto. O "caput" do precitado art. 231 reza, "ipsis verbis": "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens". É preciso que se atente para a expressão "os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam"; ou seja, **ocupavam**, em 5/10/1988, quando da promulgação de nossa Lei Magna. Assim, os índios brasileiros só teriam direito às terras que ocupassem naquela data, como assinalou, com acurácia, o eminente jurista Ives Gandra. Entretanto, por força de uma muito complacente, liberal e abusiva legislação infraconstitucional (Decreto 1775, de 8/1/1996, que dispõe sobre a demarcação de terras indígenas) com base em laudos antropológicos da Fundação Nacional do Índio - FUNAI -, eles passaram também a ter direito às terras que dispunham no passado longínquo ("imemoriais"), de difícilíssima precisão, evidentemente. Por isso, os indígenas são donos, hoje, de 13% do território nacional, discriminando-se, de forma injusta, o restante da população brasileira. A propósito, aduza-se, por ilustração, que está em curso um processo semelhante, "mutatis mutandis", de concessão de terras a comunidades quilombolas (para não falar nas famigeradas cotas raciais para ingresso nas Universidades, de sedizentes negros ou "afro-descendentes") processo esse que também vem sofrendo acerbas críticas de acendrados patriotas que não desejam ver o amado Brasil em desagregação social e, mais ainda, fracionado em sua inigualável integridade territorial, herdada de nossos avoengos lusitanos.

Em decorrência do anteriormente exposto, foram demarcadas, em área contínua e em faixa de fronteira (!), descomunais Reservas Indígenas, como as Ianomâmi (uma etnia "inventada" por antropólogos, como nos deu conta o saudoso Coronel Carlos Alberto Menna Barreto, em seu livro "A Farsa Ianomâmi") e Raposa Serra do Sol, nas "orelhas" ou "chifres" do estado de Roraima, correspondendo a quase metade de seu espaço territorial. Isso equivale a uma verdadeira "reterritorialização" do mais jovem e pobre estado brasileiro, que se inviabilizou como ente autônomo da

Federação, só e tão somente só para a satisfação de interesses escusos da ONU e de nações hegemônicas, igualmente com espedaço em controvertidos argumentos, repise-se, de antropólogos da FUNAI, de que os silvícolas necessitam "perambular", para sobreviver...

Traçadas essas observações iniciais, para melhor entendimento do tema, passemos a analisá-lo em maiores detalhes.

2. Aspectos Históricos de Relevância

a. A causa indígena remonta à nossa proto-história, devendo-se fazer menção à Igreja Católica, particularmente ao pioneirismo dos jesuítas da Companhia de Jesus que, desde o século XVI, deram proteção aos aborígenes brasileiros, tudo fazendo para livrá-los da escravidão e da perseguição praticada por não-índios. Extraordinária, nesse sentido, foi a abnegada atuação dos padres José de Anchieta e Antônio Vieira. Digno de nota, outrossim, foi o processo de evangelização desenvolvido por jesuítas, franciscanos, salesianos, dominicanos, capuchinhos e outros, o que pode ser considerado como a gênese da integração dos silvícolas à civilização trazida pelos portugueses, integração essa que correntes neo-humanistas (tendo à frente a FUNAI , o CIMI - Conselho Indigenista Missionário, ONGs, nacionais e estrangeiras, e diversas outras Entidades) vêm duramente criticando. A causa em comento, hoje umbilicalmente ligada à ambientalista, foi percuientemente estudada por eminentes brasileiros e estrangeiros, por meio dos mais diversos vieses, como o Marquês de Pombal, José Bonifácio, um dos maiores adeptos da tese de integração dos índios ao todo nacional; o escritor José de Alencar e os poetas Gonçalves Dias e Basílio da Gama, inspiradores do "indigenismo", uma corrente da literatura brasileira; os escritores Gilberto Freyre e Antônio Calado; os sertanistas irmãos Vilas Boas; o etnólogo Darci Ribeiro; o médico Noel Nutels; os cientistas e pensadores Lévi-Strauss, Curt Unkel e Von Ihering, e tantos outros. Entretanto, o mais gigante deles foi o insigne Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, chefe do Serviço de Proteção aos Índios - SPI. Ele labutou com afinco naquele órgão, afirmando, desde sempre, que o fazia "para a realização do sonho de José Bonifácio", na formulação de uma política cujo escopo era "a incorporação definitiva e espontânea do índio à civilização brasileira" (o atual presidente da FUNAI, demonstrando um total desconhecimento histórico, para dizer o mínimo, vem distorcendo o pensamento do ínclito Marechal, que sempre lutou, com muito afã, pela aculturação dos índios!). O seu lema: "Morrer se preciso for; matar, nunca!"

b. Como hoje se evidencia, o sonho de José Bonifácio e de Rondon não foi concretizado, mercê do ideário neoliberal, internacionalista e

entreguista, dos responsáveis pela condução da política indigenista brasileira, que visa, de forma sectária, a apartar as tribos, da comunidade nacional. Tal política é, portanto, "lamentável para não dizer caótica" (como afirmou, recentemente, o General Heleno, Comandante Militar da Amazônia), bastando observar-se um único exemplo: os indígenas de Roraima constituem somente 9% da população do estado e ocupam quase 50% de seu território, em duas colossais Reservas que fazem fronteira com países vizinhos, como já assinalamos, e cujo subsolo é riquíssimo em minerais estratégicos, de terceira geração. Acrescente-se que, em todo o Brasil, onde são apenas uma parcela de 0,2% da população, os índios estão estabelecidos em uma área total, que tende a se ampliar, de 1 milhão e 114.000 km², correspondente a 13% de toda a extensão territorial brasileira. Algo, pois, está errado e urge que seja consertado o quanto antes, para evitarmos surpresas funestas à Soberania Nacional, como foi a recente Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, aprovada pela ONU, com o absurdo voto do Brasil.

3. O País Traído

a. A implosão da brasilidade

O nosso País é fruto do "luso-tropicalismo", como nos ensinou Gilberto Freyre. A consolidação da nacionalidade brasileira se fez, basicamente, por uma intensa miscigenação e pelas notáveis unidades lingüística e territorial, processo que foi consubstanciado com a chegada da Corte portuguesa, em 1808, há duzentos anos, tudo redundando na invejável Unidade Nacional deste País-continente. Diga-se que o Marquês de Pombal, em 1759, não mais permitiu que o País tivesse dois idiomas, instituindo o Português como língua oficial do Brasil, eis que o "nheengatu", língua indígena tupi, conhecida como "língua-geral", crescia entre a população, chegando a superar o idioma lusitano. Em suma, a nossa nacionalidade é de extração essencialmente portuguesa. Ela não provém das malocas indígenas, nem das cubatas africanas ou de outras etnias que, inegavelmente, também muito contribuíram para tal. É disto que devemos nos ufanar, máxime no presente ano, quando celebramos o duocentenário da vinda de Dom João para o Brasil.

Desafortunadamente, entretanto, maus brasileiros desejam implodir esse belo legado lusitano, na tentativa (que vem obtendo êxito, consigne-se) de conceder aos diversos grupos indígenas, um status totalmente diferenciado do restante da população, como se não fôssemos uma só Nação e um só Povo. Assim, deturpam, propositadamente, o conceito semântico de "Nação", a fim de estendê-lo aos aborígenes, com o

intuito de conceder-lhes auto-determinação e soberania territorial em relação ao Estado brasileiro, em frontal testilha com os artigos 1º e 4º da CF/88, o que pode redundar no fracionamento das unidades territorial e lingüística, alcançadas com ingentes sacrifícios por nossos ancestrais, ao longo de pouco mais de cinco séculos. É disto que passaremos a tratar.

b. A Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas

1) Como se não bastasse a aprovação do Decreto 5051/2004, que promulgou a lesiva e inconstitucional Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho - OIT -, com relação aos "povos indígenas e tribais", na qual é repetida, exaustivamente, a expressão "povos indígenas" (que é uma porta aberta para a criação de enclaves ultranacionais, com vistas à internacionalização da Amazônia), a ONU aprovou, em 13 Set 2007, com o voto do Brasil, a Declaração em epígrafe, que beneficiará 370 milhões de indígenas em todo o mundo.

2) O grande objetivo deste Protocolo internacional é o enfraquecimento dos Estados Nacionais, crime de lesa-pátria, com a intenção de secessioná-los, por meio de ações independentistas de etnias tribais, criando-se Estados dentro de Estados. Aduza-se que já existem estudos no sentido de serem instaladas, em algumas aldeias das terras indígenas brasileiras, zonas francas de livre-comércio com o Exterior, operadas pelos índios, com vistas à exploração de minérios e da fauna e flora da biodiversidade amazônica; tudo isso faz parte do que hoje se denomina de "guerra ou estratégia de quarta geração", ou seja, quando um Estado Soberano sofre uma "invasão branca", por parte de entidades e organizações, normalmente a serviço de potências globais, como ONGs - predadoras e espãs. Elas são como "tropas de ocupação", sucedâneas de adestradas e bem equipadas tropas de um Exército invasor, com o desiderato de impedir, no caso, o desenvolvimento e o usufruto, pelos brasileiros, da Hiléia Amazônica, visando à sua internacionalização. Os pregoeiros desses despautérios, que vêm brandindo, iterativamente, argumentos favoráveis à causa ambientalista-indigenista, tão em moda, hodiernamente, citam exemplos de velhos Estados como a Espanha (onde existem províncias com elevado grau de autonomia), como o Vaticano, na Itália, vários Principados, etc, que podem conviver com as populações das Nações hospedeiras. Para eles, nada há de novo ou de anormal, se forem criadas "Nações Indígenas" no Brasil, pois acreditam no velho mito de que "o bom selvagem deve ser segregado dos males do mundo", como preleciona uma malsinada antropologia de cariz ideológico e antipatriótico, empalmada pela FUNAI, CNBB, CIMI, Ministério da Justiça, "et caterva".

3) Tudo começou no ano de 1993, declarado pela ONU, como "Ano Internacional dos Povos Indígenas", quando foi elaborada uma minuta

sobre os Direitos desses Povos, origem da dita Declaração, à qual o Brasil sempre se opôs. Porém, de uma hora para outra, de forma estupefaciente, votou a favor da mesma, que foi aprovada por 143 países, com 11 abstenções e apenas 4 votos contrários: os do Canadá, Estados Unidos, Nova Zelândia e Austrália.

4) A Declaração é composta de 6 Partes, com 15 parágrafos "preambulares" e 30 "operativos", cujos termos integrais poderão ser compulsados no portal da ONU: www.onu-brasil.org.br.

Mas atentemos somente para três dos ditames inculpidos nessa infeliz Resolução: "Os indígenas terão livres estruturas políticas, econômicas e sociais, especialmente seus direitos a terras, territórios e recursos". **Observação:** assim, ficam criados Estados dentro de Estados Nacionais e/ou estabelecidos enclaves no País considerado, onde os índios poderão reivindicar a independência.

"Os indígenas têm direito à auto-determinação, de acordo com a lei internacional". **Observação:** por este mandamento, os sivilcolas é que arbitrarão, autônoma e livremente, as suas relações com os Estados nos quais habitam

"O Estado deve reconhecer a necessidade de desmilitarização das terras e territórios dos povos indígenas". **Observação:** eis uma cláusula de gravíssima implicação para as FFAA, que terão, v.g., de desativar e retirar os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) e as Bases Aéreas, das terras indígenas (TI).

E saliente-se, por muito relevante, que a precitada Declaração, se aprovada pelo Congresso, nos termos abaixo transcritos, incorporar-se-á à Constituição, "ex vi" da Emenda Constitucional 45/2004, já recepcionada pela CF/88, em seu § 3º, do art 5º, com a seguinte dicção: "Os Tratados e Convenções Internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quartos de seus membros, serão equivalentes às emendas constitucionais". Ora: uma legislação recém-incorporada à Lei Maior, que dá ensejo à fragmentação de nosso território e à luta fratricida, afigura-se falsa, deletéria e ilegal e se conflita, relembre-se, com os mandamentos dos artigos 1º e 4º da mesma Carta Magna.

5) Muito mais poderia ser dito acerca das esquipáticas regras da Declaração, a qual dará ensejo, com certeza, a reivindicações territoriais, que poderão amputar partes da Amazônia, como bem observou o eminente Professor, Dr Marcos Coimbra, alertando que pode ocorrer no Brasil, um "processo de balcanização", com a eclosão de movimentos separatistas indígenas, mercê da falta de visão (proposital?) estratégica das autoridades governamentais e da atual política externa brasileira. É válido, pois,

concluir-se, que vários "Kosovos" poderão surgir na Amazônia brasileira, nas reservas indígenas de Roraima e em outras áreas, como por exemplo, na "Cabeça do Cachorro", na região dos "Seis Lagos", onde se encontra a maior jazida de nióbio do mundo - mineral estratégico da maior importância para a tecnologia aeroespacial.

O País foi traído, portanto, de forma torpe e covarde...

4. Conclusão

a. As desprezíveis considerações expendidas no presente trabalho possuem o visor de tão somente trazer algumas e poucas achegas a um complexo e amplo problema que se constitui, hoje, na maior ameaça à Soberania Nacional - o primeiro dos "Fundamentos" da Constituição Brasileira, conforme o inciso I, do artigo 1º, de nossa "Lex Legum".

b. Existem, hoje, cerca de 700.000 índios no Brasil (há quem aumente bastante esse número), cuja população vem crescendo a 3,6% ao ano, bem acima da média anual do restante do País, que é de 1,3%. A população índia, cuja maior concentração se encontra na Amazônia, está distribuída em mais de 200 tribos, muitas das quais poderão se transformar em "Nações", com o apoio da ONU e de países centrais, caso o Congresso venha a aceitar a catastrófica Declaração, aprovada pela Organização das Nações Unidas (com o voto antipatriótico do Brasil), comentada, de forma perfunctória e incompleta, linhas atrás.

c. Mas a situação pode ainda ser revertida, caso os Ministros do STF e os Congressistas tenham um mínimo de patriotismo e se mirem em edificantes exemplos da história-pátria. A propósito, em 1890, Quintino Bocaiúva, Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, numa interpretação canhestra de fraternidade continental, propôs a cessão à Argentina, do território a oeste dos atuais estados do Paraná e Santa Catarina, conhecido como de "Palmas" ou das "Missões", o que estrangulava o espaço territorial do RS. A mãe de Quintino era argentina e, naturalmente, o sentimento filial pesou em sua desastrosa iniciativa, a qual, pasmemos (!), foi aprovada pelo Ministério, com a exceção do voto de Benjamin Constant. Entretanto, foi fortíssimo o clamor popular e a infeliz idéia acabou sendo derrotada na Câmara dos Deputados, de forma rotunda e acachapante, por 142 votos contra apenas 5. Posteriormente, o ilustre Barão do Rio Branco, com a sua proverbial competência, defendeu a nossa causa, obtendo brilhante vitória diplomática (diga-se que Quintino Bocaiúva viria, em corajosa e pública auto-crítica, a se arrepender da proposta que apresentara).

d. Destarte, é preciso que pugnemos, com denodo constante, a fim

de que o Supremo Tribunal Federal reveja a demarcação das inconcebíveis e gigantescas reservas indígenas de Roraima e que o Congresso Nacional, espelhando-se no Parlamento de 1890, rejeite a calamitosa Declaração da ONU. Que permaneçamos em verdadeiro apostolado cívico, como incansáveis militantes/ativistas de uma cruzada em prol da Soberania Nacional (princípio basilar que sobrepairá às Constituições de todos os Estados Nacionais), usando os meios de que dispomos, como a internet, para que não sejam consumadas novas traições ao Brasil.

A Unidade Nacional e o bendito solo da Pátria Brasileira, herdados de nossos avós, devem ser legados, como os recebemos, a nossos filhos a aos filhos de nossos filhos! BRASIL ACIMA DE TUDO! SELVA!

**Manoel Soriano Neto
Acadêmico do IHG-DF*

Memória e Brasília

.....

*Maria de Souza Duarte**



Em 30 de abril de 1960 a revista *Manchete* publicava, em extensa matéria sobre os primeiros dias de Brasília como capital do país, uma entrevista com a mineira Josefina dos Santos Carvalho, então com 90 anos de idade. Alguns trechos da entrevista:

“Foi para a nova capital com a família: filho, netos, bisnetos. É a veneranda senhora a mãe do Deputado Último de Carvalho, da Frente Nacionalista, e grande entusiasta, desde os primeiros momentos, da candidatura do Marechal Teixeira Lott. Nasceu em Diamantina e foi colega de estudos de D. Júlia, mãe do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Ainda faz crochê e bordados, enfia linha na agulha, sem óculos, caminha desembaraçadamente, e tudo lhe parece risonho e fagueiro. Impossível ser mais otimista.

- Sou idosa, mas não sou velha – faz questão de dizer D. Josefina. Idade é uma coisa e velhice é outra, muito diferente... Vivi 90? Pois mais dez anos não me farão nenhum mal! Por que não hei de sentir a alegria de viver? Tenho um filho maravilhoso, que me cerca de todo o carinho. Tenho netos e bisnetos que me dão muito gosto. Este ano, formam-se cinco dos meus netos... Agora, quer coisa mais bela do que esta? Estar uma pessoa como eu, nascida antes da Lei do Ventre Livre, assistindo à mudança da Capital para Brasília?... Outro dia apareci num programa de televisão... Imagine! no meu tempo de moça não havia nem rádio... Nem cinema! Namorar é que era a diversão dos moços...

D. Josefina é muito expansiva. Com ela estão uma das netas, Maria Eloy Carvalho de Melo Franco, e um bisneto, Rogério (filho de Maria Eloy e de Waltencir de Melo Franco). A neta observa que a avó é sempre assim: loquaz, cheia de vivacidade, interessada em tudo. A mais velha habitante de Brasília continua a revelar suas impressões:

Que lugar admirável! Como tudo isto é belo... Gosto desses descampados... Como a vista da gente alcança longe... O Juscelino teve muito gosto. Chamo-o assim porque o conheço desde menino. Conheci muito o pai dele, e o avô também... Maravilhosa, esta Brasília! Vou dar um abraço no Juscelino e dizer: “Sim senhor, rapaz! Você fez uma bela escolha!” Você não... acho que não fica bem. Digo mesmo “Presidente”. Estou encantada e quero que ele saiba. Acho que não saio mais daqui. Fez uma pausa, pensativa. Depois, uma interrogação imprevista:

- Aqui tem cemitério? Onde é?

Ninguém sabia. Mas a neta disse:

- Claro que tem, vovó...

- Então, o meu problema está resolvido. Não saio mais daqui...”

Não saiu. Em 1967, D. Josefina foi enterrada no Campo da Esperança.

Quase 50 anos depois da entrevista, Maria Eloy, mãe de 3 filhos e avó de 7 netos, repete a avó: é loquaz, irrequieta, cheia de vida. Em torno da mesa onde ela e Waltencir servem aos amigos diferentes marcas de sua coleção de cachaças mineiras, repete “você precisa ver” ou “eu preciso de contar” enquanto narra, com indisfarçável prazer, fatos e estórias que vivenciou:

- Minha avó gostava muito de uma cachacinha. Chamava o Waltencir e inventava: “Meu filho, estou sentindo uma dormência, minhas mãos estão frias... Vou precisar de um gole especial”. Waltencir tentava ser parcimonioso ao servi-la, ela então pressionava-lhe a mão que segurava a garrafa de cachaça, para que o cálice ficasse bem cheio...

- no final da década de 40, meu pai, Último de Carvalho, e outros deputados estaduais do PSD faziam obstrução para que não fosse aprovada, na Assembleia mineira, matéria de interesse do governador Milton Campos, da UDN. Papai demorou-se num discurso sobre as belezas de Minas, as suas riquezas. Oscar Dias Correia, deputado pela UDN, interrompeu-o: “Vossa Excelência fica inventando, não diz coisa com coisa, dá uma no cravo, outra na ferradura...” Último de Carvalho retrucou, rápido: “Tenho que fazer assim, Vossa Excelência não para com o pé! ...” (na época, mineiramente, Último já articulava a candidatura vitoriosa de JK ao governo de Minas).



1950. O Sr. Benedito Valadares, acompanhado dos Srs. Juscelino Kubitschek e Último de Carvalho, comunica ao Marechal Dutra ter escolhido o Sr. Kubitschek candidato ao governo de Minas. O Sr. Valadares luta para manter a prerrogativa de indicar o candidato.

- Já em Brasília, numa sessão da Câmara Federal, o deputado gaúcho Brito Velho cobrava mais verbas para seu Estado, ameaçando: Prestem atenção, cuidado, porque o Rio Grande do Sul é terra de machos, nós todos de lá somos muito machos! Último de Carvalho pediu então um aparte, e disse: Deputado, lá em Minas é diferente. Lá, metade é macho e metade é fêmea, e nós estamos muito satisfeitos!

Unindo os fios de sua memória, Maria Eloy vai tecendo, com tramas e urdiduras, o encontro da sua história com a história de Brasília.

É isto também o que faz, só que de forma institucionalizada, e através de seu Presidente - Affonso Heliodoro dos Santos – e de seus acadêmicos, o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, ao qual tenho a honra de pertencer. Tudo isto me motiva a refletir, mais uma vez, sobre o tema memória.

O que é a memória? Qual a sua natureza e quais as suas funções? Como são as suas relações com o indivíduo e com a sociedade? Repenso ideias incluídas em “A narrativa de Pedro- memória oral” - livro que escrevi sobre meu pai, Pedro Alves de Souza.

Memória é conservação do passado, quer chamado ao presente sob a forma de lembranças, quer em si mesmo, em estado inconsciente.

A memória não é sonho, é trabalho. Na maior parte das vezes lembrar não é reviver, sim refazer, reconstruir, repensar. A lembrança é a imagem construída com tudo o que resultou de nossas vivências, tudo o que acumulamos e que está em nós, à nossa disposição. É impossível reviver o passado tal qual ele foi – não há volta possível, porque o lugar já não é o mesmo, e já não somos a mesma pessoa. Reconstruímos, no que é possível, a “fisionomia dos acontecimentos”, juntando às nossas lembranças o que é lembrado por outros. Disso resulta a natureza não só individual, mas também familiar, grupal e social da memória (Ecléa Bosi, 1979).

O que forma a substância da memória é o tempo, “represado e cheio de conteúdos”. A apreensão do tempo depende da ação passada e também da presente, e é diferente em cada pessoa, por isto diferem as lembranças de pessoas que viveram um mesmo tempo, num mesmo lugar. Um tempo que fosse abstrato e fora da sociedade nunca poderia abarcar lembranças, e não constituiria parte da natureza humana.

Através da lembrança, o afloramento do passado combina-se com o processo corporal e presente da percepção. Segundo Henri Bergson (1959), que estudou a fenomenologia da memória, misturamos pormenores de nossas experiências passadas aos dados imediatos e presentes de nossos sentidos. A memória tem então uma função decisiva no processo psicológico total, porque permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações – memória como o lado subjetivo do nosso conhecimento das coisas. A percepção concreta vale-se do passado, através da memória, para reproduzir formas de comportamento que já deram certo. Através da memória nosso corpo guarda esquemas de comportamento dos quais, no cotidiano, se vale automaticamente para, por exemplo, escrever, dirigir automóvel, comer segundo regras de etiqueta.

A memória pode ser conservação ou elaboração do passado, inclusive porque seu lugar na vida do homem acha-se a meio caminho entre o instinto, que se repete, e a inteligência, que é capaz de inovar.

Derrubando a barreira que separa presente e passado a memória lança ponte entre o mundo dos vivos e o que já se foi, ela realiza uma evocação.

É função da memória o conhecimento do passado, que então organizamos, ordenamos no tempo, localizamos cronologicamente. O passado revelado desse modo não é antecedente do presente, é a sua fonte.

Descrevendo a substância social da memória – a memória lembrada - Ecléa Bosi mostra que o modo de lembrar é tanto individual quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o indivíduo que recorda, ao trabalhá-las, individualiza a memória comunitária e, no que

lembra, e como lembra, faz com que fique, para ele, “o que significa”. É o indivíduo que recorda, ainda que se sirva da memória coletiva – do acervo cultural comunitariamente construído - para reconstruir o que lhe é individual, próprio (para Maria Eloy, o mais importante é “a Manchete com a entrevista da vovó”, o jornal que conta “a última do Último”, “a foto com JK, seu padrinho de casamento”).

A capacidade de lembrar, de se ocupar consciente e atentamente do próprio passado, é categoria psicológica vinculada à substância mesma, à qualidade da vida. O prazer se constitui de boas lembranças, é através delas que atribuímos significações especiais a pessoas, lugares, tempos, fatos, objetos (é sempre com muita alegria que Maria Eloy narra). Diz Sara Paim: “Nós somos as nossas recordações. São elas que nos caracterizam, que nos constituem. E são elas que produzem em nós as faltas, as quais geram os nossos desejos, os quais, por sua vez, são a fonte de nossos dramas.”

O sentido de pertencimento é possível pelas lembranças guardadas e pela capacidade de oralizar – e compartilhar- nossas lembranças. Isto nos permite voltar às nossas origens, mesmo que tenham ocorrido mudanças espaciais e temporais, e de mobilidade social: “nesse momento descobri, sob meus pés, as pedras do calçamento, as mesmas que pisei na infância. Senti um grande conforto (o conforto do reencontro nos espaços da memória). Bosi, 1979.

A memória do indivíduo vai depender do seu relacionamento com seus grupos de referência e convívio: família, escola, profissão, classe social.

A família, nela incluídos avós, agregados e empregados, emerge como recurso primordial de socialização porque possibilita, principalmente através da oralidade entre seus membros, uma socialização entre iguais, onde os atos públicos de familiares interessam quando revestidos de um sentido familiar, íntimo (como os casos de Último de Carvalho contados por Maria Eloy e Waltencir).

A memória coletiva, que se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais e ideológicos, estrutura a memória de seus membros, acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo.

Halbwachs (citado em Bosi, 1979) considera ainda que o que rege, em última instância, a atividade mnêmica, é a função social exercida, aqui e agora, pelo sujeito que lembra. O adulto ativo não se ocupa longamente com o passado. Quando, já maduro, deixa de ser um membro ativo da sociedade, assume uma função própria: a de lembrar, ser a memória da família, do grupo, da sociedade. Nas tribos primitivas os velhos são os guardiões das tradições, não só porque as receberam mais cedo que os outros, mas também

porque dispõem do tempo e do lazer necessários para fixar seus pormenores. Nem toda sociedade espera ou exige dos velhos, ou só dos velhos, que se incumbam dessa função, variam as expectativas em relação a este papel social.

O reconhecimento do memorizar e do narrar como funções de valor social intrínseco possibilita um novo olhar, e um papel social para a velhice: “o velho não sonha quando rememora, trabalha. Desempenha uma função para a qual está maduro: a função de unir começo e fim, de alargar as margens do presente.” (Ecléa Bosi, 1979)

A memória, como categoria social, vincula-se ao processo de registro, transmissão e transformação da cultura, porque é a sobrevivência do passado, refeito, reconstruído, repensado: palco onde o passado conserva-se, entende-se o presente, prepara-se o futuro.

O processo de lembrar guarda sempre pertinência com os quadros sociais, as instituições e as convenções de quem lembra. Para ilustrar isto Frederic Bartlett conta o caso dos líderes da tribo Swazi que foram à Inglaterra para resolver pendências de terra. Ao voltarem, indagados, verificou-se que a lembrança comum a todos os líderes foi a dos guardas de trânsito “com a mão levantada”. Porque uma ação tão simples produziu impressão tão funda? Bartlett reparou então que os Swazi saúdam o companheiro ou o visitante com a mão erguida. O gesto familiar, pleno de simpatia na própria cultura, significava, na outra, um ato de comando. Mas o que os líderes recordavam, do contexto estrangeiro e distante, era a imagem associada ao sistema de convenções dos Swazi.

O instrumento decisivamente socializador da memória é a linguagem. Ela reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural a imagem do sonho, a imagem lembrada e as imagens da vigília atual. A transmissão da memória ocorre através da narração, que é uma forma artesanal de comunicação. O narrador narra sua “viagem” vencendo distâncias no tempo e no espaço. O narrador tira o que narra da sua própria experiência e a transforma em experiência dos que o escutam, do que nasce uma relação baseada no interesse comum de conservar e usufruir o narrado (é o que faço aqui, com as narrativas de Maria Eloy e Waltencir).

Porque decresceu a arte de contar histórias? Talvez porque não se cultive mais a arte de trocar experiências. E memória é pensamento compartilhado – o que a filosofia chama de diálogo.

**Maria de Souza Duarte
Acadêmica do IHG-DF*

A Capital no Vale

.....

*Napoleão Valadares**

Em conversa, Afonso Ligório acaba por me dizer que Francisco Adolfo de Varnhagen, nos seus estudos sobre a mudança da capital do País para o interior, imaginou que a localidade ideal poderia ser o Urucuia. Com essa informação, fui vasculhar o livro *A Questão da Capital: Marítima ou no Interior?*, de autoria de Varnhagen, e lá encontrei o texto: "... E isto com tanta maior razão quando, pouco antes, havíamos vacilado em favor de duas outras localidades vizinhas: – os chapadões de Santa Maria e de Urucuia."

Mais adiante, o autor acrescenta: "Na vasta extensão que acabo de percorrer, há porém outra região não menos apropriada (...) fazendo a um tempo dela partir águas para os três rios maiores do Brasil e da América do Sul, Amazonas, Prata e S. Francisco, e constituindo-a, por assim dizer, o núcleo que reúne entre si as três grandes concas ou bacias fluviais do Império. Refiro-me à bela região situada no triângulo formado pelas três lagoas Formosa, Feia e Mestre d'Armas (...)"

Fiz uma citação longa por ser inevitável. E nesse texto, quando o grande estudioso paulista fala: "extensão que acabo de percorrer", refere-se à viagem que fez ao Planalto Central em 1877, antecipando, pois, a do astrônomo belga Luís Cruels, que se deu em 1892.

Aliás, verifico no trabalho do historiador Adirson Vasconcelos, sobre Varnhagen (trabalho que integra a coletânea *Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal – Patronos*, que tive a honra de organizar), a seguinte informação: "... em 1839, numa carta enviada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, manifesta, precocemente, seu ponto de vista em favor da mudança da capital do Brasil para o interior do território pátrio."

Varnhagen é natural de Sorocaba, naquele tempo chamada São João de Ipanema. Recebeu o título de Visconde de Porto Seguro e é patrono da cadeira 39 da Academia Brasileira de Letras. Como se não bastasse, descobriu, em 1838, o jazigo do descobridor Pedro Álvares Cabral, no Presbitério do Convento da Graça, em Santarém, Portugal.

Quanto à localização da capital na região do Urucuia, poderia ser uma boa coisa em termos de progresso, mas tiraria a paz do meu Vale. Melhor mesmo que ela tenha ficado no Sítio Castanho.

**Napoleão Valadares
Acadêmico do IHG-DF*

O Negro no Brasil

(Uma sinopse histórico-sociológica)

.....

*Nylson Reis Boiteux**

1. PRIMÓRDIOS

O **negro** atingira na África um estágio de cultura francamente agrícola. Quando D. João III decidiu implantar no Brasil o sistema de colonização agrícola, tendo por base a cultura da cana-de-açúcar, o NEGRO seria o elemento indispensável a esse esforço pesado, uma vez que o índio, em sua condição de nômade, não se prestava ao trabalho sedentarizado. Os negros introduzidos no Brasil podem ser classificados em 5 (cinco) grandes grupos:

1) **Yroubas (Benin, Eko, Euba, etc.)** - espalhados pela África, pela chamada "Costa do Cravo" e da "Pimenta". Possuíam formação agrícola, fundiam metais, teciam e fiavam algodão. Radicavam-se nos Engenhos e falavam a língua **Nagô**.

2) **Daemenianos** - possuíam uma tradição agrícola, a fiação, a tecelagem e a cerâmica. Eram maometanos.

3) **Malês** - eram agricultores e pastores, vivendo sob regime patriarcal. Professavam o credo islamita. Segregavam as mulheres, cultivavam os costumes austeros. Representavam a aristocracia entre os escravos e foram líderes dos movimentos rebeldes entre os negros.

4) **Bantús** - eram povos coletores, caçadores e pastores. Espalharam-se pelas zonas de mineração e foram aproveitados como empregados domésticos.

5) **Fanti Ashanti ou Minas** - de formação agrícola.

Entre as várias culturas negras, duas tiveram acentuada influência no Brasil:

- **A Nagô (ou Sudanesa)** - com grande significação na Bahia, principalmente na culinária (vatapá, acarajé, abará), na indumentária (turbantes, colares, balangandãs) e na música, caracterizada por cânticos de melodias curtas e repetidas e pelos instrumentos de atabaques (tambor) e afifiô (flauta de madeira).

- **A Bantu** - que se estendeu por todo o Brasil, tendo influído, particularmente, na música e na língua.

De um modo geral, pode-se dizer que os principais traços da influência negra na formação do brasileiro são notados: a) no

sentimentalismo exagerado que o caracteriza; b) na linguagem enriquecida pelos termos africanos; c) na superstição, fruto do primitivismo religioso; d) na cozinha, na música e na dança.

2. USOS E COSTUMES DOS NEGROS

A importação de negros para o Brasil, a fim de serem utilizados como escravos, iniciou-se nos meados do Século XVI.

Pode-se dizer que o tráfico de escravos foi o grande negócio do tempo, primeiro de acordo com o governo, depois com sua permissão, e finalmente com seu apoio.

A princípio, as ilhas São Tomé, do Príncipe e outras, do golfo de Guiné, na África, tomaram-se as feiras do infame comércio.

Ali, nessas ilhas, dava-se ao negro algum adestramento, durante o qual ele se "domesticava", aprendia alguma coisa da língua que passaria a usar e exercitava-se no manejo de instrumentos que teria de utilizar em seu novo rincão. Assim, trabalhada desta forma, a "mercadoria" valeria muito mais. Mas isto foi um luxo de que logo se abriu mão, assim que o negócio se tomou mais rendoso.

Das ilhas, os "agentes comerciais" passaram diretamente à costa africana e em todo o Senegal e Angola, na África, estabeleceram para esse fim as "feiras legais".

Viajaram os mercadores rumo ao sertão africano - chegavam às aldeias, onde se enfileiravam as **Cubatas**, as choças dos negros e ofereciam os artigos de que eles eram gulosos.

O Chefe, então, estabelecia a compra por um determinado número de "Cabeças". E muitos chefes possuíam seus fregueses certos. Feita a compra, isto é, reunido o triste rebanho humano, tratava o mercador de conduzi-lo à "Feitoria". A condução era terrível, pois os negros tinham de marchar a pé, escoltados e presos uns aos outros pelo pescoço. E lá se iam ~ estradas da África, em filas de dezesseis a vinte pessoas. Quando algum adoecia - a febre, a disenteria eram comuns - e assim ficava impossibilitada de andar, em vez de cortar a laçada, decepava-se o pescoço do prisioneiro. Assim o corpo se destacava, desimpedia-se a corda, enquanto a cabeça, jogada na poeira da estrada. Na "Feitoria" - quase sempre horrendo casarão da costa - o negro descansava, e logo após, era metido no porão do navio que o esperava. Mas se o navio saía cheio com a preciosa carga, muito se desfalcava pelo caminho: as epidemias, a sede e a fome se encarregavam de dizimar a leva. E, normalmente, quando o "navio negreiro" chegava à vista da costa americana, apenas vivia uma terça parte da carga. Ainda assim o lucro era mais do que certo. Do porto, iam então as levas de escravos para os

lugares de descanso, onde os negros se refaziam. Mais tarde, eram apresentados nas "feiras".

No Brasil, os dois grandes "entrepostos" ou "feiras" de escravos foram a Bahia e ao Rio de Janeiro. Desses dois grandes locais praticamente se irradiaram todos os negros para o país. Estima-se que um total de 15 milhões de negros misturou seu sangue ao sangue do português e do índio, elementos formadores da nossa etnia.

Desde os primeiros tempos do Brasil surgiram aqui os escravos - e com o correr dos anos foram eles penetrando o interior, servindo os "engenhos", "fazendas" e "minas".

Nos primeiros tempos da colonização até meados do Século XVII os núcleos mais densos da população negra se concentravam ao Norte, particularmente em Pernambuco e na Bahia. Mais tarde, Bahia e o Rio de Janeiro eram as localidades em que mais se utilizava o braço escravo. Durante todo o Século XVIII e primeiros decênios do XIX, o Rio apresentava o aspecto de um movimentado porto africano, uma Luanda maior e mais agitada. Era pelo Rio que entrava toda a massa de escravos destinada ao interior, ao serviço das "Fazendas" e das "Minas". Mas nem todos os negros desembarcados aqui se destinavam à terra ou as minas: grande parte era utilizada em serviços domésticos, trabalhando nas casas para as famílias. Outros eram encaminhados para os trabalhos de estiva, ao tráfego da cidade e até para pequenas oficinas de artes mecânicas para as quais muitos deles demonstravam extraordinária queda. Chegou até a surgir entre a gente abastada da terra, o costume de comprar negros a fim de alugá-los às fábricas ou como soldados de praça, ou até mesmo a utilizá-los em obras públicas.

No começo do Século XIX há uma mudança neste movimento: entra em decadência a atividade da mineração. Como decorrência o trabalho dos negros se desloca dos distritos mineiros para as grandes zonas rurais, notadamente para os campos de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro. Orientam-se para esses três (3) grandes "Centros" os braços que noutras áreas se achavam desocupados e desta forma iniciou-se o tráfico interno de escravos. Os novos "mercadores" compravam escravos na cidade e os levavam para as "Fazendas de Açúcar" e de "Café": nesses centros é que a grande escravatura iria formar a base econômica do Brasil durante um longo período de tempo. Nas cidades, com os antigos senhores, ficavam só os "crioulos", espécie que se fundiu rapidamente e hoje se acha quase absorvida no grande "Cadinho" da população brasileira. Distinguiam-se os negros sobretudo em presença da morte. E só através dela é que se pode apreciar como resistiram os costumes, as tradições e as crenças que eles para aqui trouxeram.

Eis o ritual: antes de enterrar, lavavam os cadáveres. Depois é que se começava a prepará-los para a sepultura.

A guarda do defunto era feita por multidões de amigos da família e de "Carpideiras", mulheres que ficavam chorando. E os negros comiam e bebiam como se estivessem em reunião festiva. Mas agora, em vez dos antigos gritos fúnebres com que atroavam as selvas da África, misturavam orações e salmos em coro, invocando os santos prediletos da Igreja Católica. Assim chorando e gemendo, passavam as horas da noite. Desde que não se tratasse de festas puramente religiosas, as comemorações consistiam sempre em comilanças e bailes. Havia também e isto durou longo tempo, festas em que práticas africanas se misturavam aos ritos católicos. Para aqui trouxeram eles o uso dos "Ex-Votos" e as "Promessas" cumpridas, como assim as chamavam. Muitas pequenas capelas do interior do Brasil ostentam as paredes cobertas de "Ex-Votos", tal como as tendas do culto africano. Como sinal de importância e de seriedade, implantavam eles em seus rituais religiosos o uso do "Cachimbo". Instituíam a "Mandinga", rito de feitiçaria que até hoje atrai o interesse de muita gente branca. Nas indústrias, nos ofícios e misteres variados, bem como nas artes mecânicas, também deixou o negro muitos vestígios.

Uma das artes que mais se destacou foi a de cozinhar. Nossos avós não cessaram de louvar os tempos mágicos das prêtasminas. Certos pratos apresentados hoje genuinamente brasileiros, são de origem africana: o vatapá, a moqueca, o angú, o mungunzá, a canjica, a pamonha, a feijoada, etc. Foram os negros que introduziram na cozinha do Norte o uso da pimenta e de complicados temperos. Também foram eles que trouxeram da África as sementes de palmeiras que iriam aclimatar-se na nova terra, tal como a que produz o azeite de Dendê. Os negros introduziram o quiabo, o chuchu, o feijão preto, o guandú, a pimenta malagueta, o capim angola e várias outras plantas preciosas, para sempre adaptadas ao solo brasileiro.

Não nos influenciaram tanto como o aborígine, o índio, no que se refere à linguagem - mas ainda assim distinguimos claramente, em nosso falar, tudo o que é de origem africana. Suas danças, suas músicas, misturando-se às danças e músicas oriundas da Europa, transformaram-se no que hoje se pode chamar de "música popular brasileira". Há certamente em nossa "Modinha" lembrança da antiga música africana. E também distinguimos sua presença em nossas danças populares, no "Samba", no "Maxixe", no "Lundu", no "Cateretê". A contribuição do negro no Brasil, foi extensa e profunda. Começou defendendo em toda a costa a presença e o estabelecimento dos portugueses, para em seguida defender abertamente o território da pirataria e da invasão estrangeira, em particular contra os Holandeses e Franceses. A princípio os senhores se valiam dos escravos

para colocá-los à frente de seus ataques contra o inimigo, mas não lhe davam um lugar no Exército Regular.

Os negros eram para as lavouras e para os Engenhos. E, quando os descendentes de africanos, já igualados, pelo sentimento, contra a gente invasora - já amando este solo regado com seu sangue e suas lágrimas, reclamaram sua parte na vitória contra o inimigo, nada receberam - e tiveram que ficar separados em batalhões especiais, sob o comando de chefes da própria raça, porque a chefia deles era desprezada pelo branco. Como exemplo desta afirmativa citamos o valoroso **Henrique Dias** que, em 1637 no "Combate de Porto Calvo" contra os holandeses, lutou com bravura durante o encontro e, ferido na mão esquerda, ordenou que a cortassem e voltou a combater. Mais tarde, em 1648, em Guararapes, juntamente com o índio Poti, (Filipe Camarão) e o paraibano André Vidal de Negreiros, comandando o "Batalhão de Henriques", derrotaram definitivamente os invasores e selaram o seu destino no território nacional, tendo os holandeses assinado a rendição da "Campina do Tabora".

Só muito mais tarde começou-se a admitir o mulato nas fileiras do Exército e com o tempo, esse impedimento foi diminuindo e o próprio **negro** incluído entre os brancos. É bom lembrar a relevante contribuição do pessoal de cor na Guerra do Paraguai. Há, ainda, uma prova incisiva do valor moral do negro: os protestos tristes, serenos e sem alarde, clamando contra a violência no cativeiro. Muitos; nos primeiros dias de exílio, como único protesto contra a inditosa sina, procuraram a morte e só na morte esperavam encontrar remédio para os seus sofrimentos. Outras vezes, nem isto era necessário; morriam apenas de saudades da terra distante. O "Banzo" ou "Nostalgia do Africano" dizimava nos primeiros tempos fazendas e até distritos inteiros. Nada se podia fazer contra essa profunda melancolia, essa tristeza incontida que devorava a alma do negro cativo. O tempo passou e, por bem ou por mal, ele se assimilou à raça conquistadora e ingrata.

E foi assim, vencido e degradado pela escravidão que ele soube impor-se, revelaram-se seus nobres sentimentos e o antigo selvagem da Cubata, amarrado em "fieira" a caminho da América, hoje faz parte da imensa população deste nosso Brasil.

3. MISCIGENAÇÃO NO BRASIL: POSIÇÃO DO NEGRO

A extensão e a intensidade do processo de miscigenação resultaria das características dos "Grupos Étnicos", da capacidade de miscigenação destes mesmos grupos e da influência sobre eles exercida pelos fatores geográficos, políticos e, particularmente, econômicos.

a) Grupos étnicos: Condicionaram o processo. Vejamos em

rápidas pinceladas o comportamento de cada um deles face à miscigenação:

1 - **Branços:** Os portugueses e espanhóis eram francamente miscíveis, eram eles próprios produto de larga miscigenação na península Ibérica. Tinham o que os antropólogos denominavam "Miscibilidade", ou seja, a capacidade de se misturar; O francês tinha uma capacidade de miscigenação menor, mas se miscigenou, particularmente na área do Maranhão e do Rio de Janeiro; Os holandeses e ingleses não se miscigenaram, apenas uniram-se aos demais grupos brancos; seus descendentes misturaram-se com mamelucos, mas não chegaram a unir-se com elementos de outras raças diretamente, com o negro e o índio.

2 - **Negros:** Constituíram o grupo de maior expressão na miscigenação chegando mesmo, em determinado período, a constituir a população predominante. Estavam no Brasil como escravos e não puderam oferecer nenhuma dificuldade à miscigenação, exceto com relação ao índio, com o qual pouco se misturaram.

3 - **Índios:** Na época do descobrimento a população indígena orçava em 4 milhões. Viviam da caça e pesca e tinham uma certa unidade cultural. Do ponto de vista etnológico dominava o tupi-guarani. Falavam a mesma língua, o que favorecia o entendimento em qualquer região do país. O índio não ofereceu resistência à miscigenação.

b) A influência da geografia: A geografia foi favorável à miscigenação. A área era perfeitamente habitável e não limitou a presença de nenhum grupo étnico. O clima, por sua vez, não constituiu obstáculo (a ausência do negro na região do Rio Grande do Sul se deveu a outros fatores). Um outro elemento favorável foi a posição do Brasil com relação à África, mercado natural de escravos. A posição, aliada à facilidade de circulação criou amplas possibilidades para a introdução do negro e para a manutenção desse contingente na Colônia.

c) O fator econômico: Este fator favorecia a miscigenação pela aproximação dos diferentes grupos para uma determinada atividade econômica. A atividade extrativa vegetal aproximou o índio e o branco (extração Pau-Brasil). Na agricultura canavieira foram aproximados o branco, o negro e o índio. A miscigenação do branco e índio na área canavieira talvez excedesse a do branco com o negro, pois o contingente indígena entregue ao Nordeste pelos paulistas, em muito excedeu à quantidade de negros importados da África. O elemento humano na região da cana-de-açúcar tinha, pois, representantes dos três grupos étnicos principais em nossa formação. Então a miscigenação foi extensa porque abrangeu os três grupos étnicos e foi intensa devido à atividade sedentária do Engenho. O que ocorreu na região canavieira ocorreu, de um modo geral, nas demais áreas agrícolas. Na área de mineração o processo se diferenciou,

pois aí o índio havia sido, expulso, por ter sido elemento perturbador nessas atividades. A mineração foi realizada com base no trabalho do negro, que veio diretamente da África e do negro oriundo do Engenho que, na época, soma forte crise econômica. Como as "Minas" já haviam atraído o elemento branco pelas suas riquezas, este contato (Branco e Negro) facilitou a miscigenação naquelas regiões.

d) O Fator político: Influuiu favoravelmente, dado a condição de dominador do branco, colocando à mercê dos portugueses os demais grupos, o que é fenômeno natural da conquista. Por outro lado, a Coroa nunca criou obstáculo à miscigenação, muito pelo contrário, estimulou-a particularmente, durante o período do Marquês de Pombal. Apenas a Igreja criou dificuldades, pois a miscigenação se fazia à base do concubinato, enquanto que a posição da Igreja era a de pregar o casamento e combater a licenciosidade. Mas, de um modo geral, o fator político foi favorável. A Igreja apenas atenuou as facilidades dadas pelos outros elementos. A título de ilustração a população brasileira, no final do período Colonial, em 1818, mais precisamente era estimada em 843.000 brancos; 1.887.500 negros; 628.000 mestiços e 259.400 índios civilizados, perfazendo um total aproximado de 3,5 milhões de habitantes. Isto evidencia a enorme parcela de negros na composição populacional.

4. PAPEL DO NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

a) Características do homem:

Levando em consideração algumas características comuns de morfogenia, a maioria da população brasileira, depois de quatrocentos anos colocada numa grande "caldeira", constantemente mexida e recebendo sempre novas substâncias continua ainda em efervescência. Este processo não está definitivamente terminado e ainda não tomou forma própria. Mas, para fins didáticos, podemos grupá-la em três grandes grupos:

- 1 - Mestiços de brancos e índios;
- 2 - Descendentes de pretos e mulatos em reversão para o tipo negro; e
- 3 - Descendentes de imigrantes europeus.

Na região oriental do Brasil há numerosos pretos e mulatos. Estão disseminados na faixa costeira e, para o interior, em todos os centros de atividade agrícola ou mineradora. Os pretos e mulatos constituem, na zona rural, os principais elementos de trabalho agrícola, os grandes manejadores do machado, da foice e da enxada. Nas cidades empregam-se em diversos serviços braçais como carregadores, pedreiros, carpinteiros, ferreiros, etc. Muitos mulatos revelam-se habilíssimos operários. Não são raros os casos de pretos e mulatos que se elevam socialmente, mas a maioria ainda vive em

situação "abastardada, sobretudo os que moram nas "favelas" e "mocambos", áreas periféricas dos grande centros urbanos. Fisicamente são muito fortes, ágeis, musculosos e de talhe elevado. Possuem grande resistência para o esforço físico e continuado. Revelam-se excelentes atletas e destacam-se nas competições que exigem força e agilidade. São ruidosos, expansivos, loquazes, irrequietos, alegres e imprevidentes. A sua inteligência é de um modo geral, viva e limitada. Apreciam a música popular da qual são ótimos executantes e, não raro, destacados compositores. Nas artes plásticas e cênicas tem surgido, também, destacados elementos de cor. Em síntese, pode-se afirmar do preto: - estatura de média para elevada; - grande robustez física; notável resistência: ao esforço físico, às intempéries, ao calor; - coragem física acentuada; - trabalhador; - alegre, barulhento e impulsivo; - bom humor e espírito de camaradagem; - inteligência normal. Convém ressaltar que os mulatos são mais fracos, resistem menos às intempéries e ao esforço físico mas são, geralmente, mais inteligentes e possuidores de maior espírito de iniciativa.

b) Contribuição à formação do Caráter Nacional Brasileiro:

A Antropologia quebra uma das suposições básicas do caráter nacional, pois não afirma a relação entre raças e características psicológicas. A noção de raça que até o início do século XX parecia muito clara, torna-se um conceito extremamente discutível, senão inútil. Há em primeiro lugar, a variabilidade de critérios: alguns pensam em cor de pele, outros nas proporções de medida da cabeça. E não só os critérios não são superponíveis, mas também existem os tipos intermediários ou mistos, cuja classificação apresenta uma dificuldade insuperável.

E, assim, na Antropologia do século XX, o conceito de cultura substitui o de raça, para dar conta das diferenças entre os povos. Na Antropologia norte-americana, o principal responsável por essa transformação foi Franz Boas, embora sua opinião quanto à relação entre raça e cultura tenha sido relativamente ambígua, ora afirmando a inexistência de qualquer relação entre elas, ora afirmando que não se podia afastar a possibilidade de características psicológicas das raças. É com Ruth Benedict, discípula de Boas, que a Antropologia volta a pensar numa cultura global. Embora seja muito prudente em sua afirmação, Ruth Benedict não tem dúvida em retomar a idéia de uma cultura orgânica, isto é, que deve ser vista globalmente. Na descrição de diferentes culturas, Benedict observa que os indivíduos geralmente se conformam aos padrões aceitos em sua sociedade. Assim, se certas tribos negras são violentas, ciumentas e dadas à feitiçaria, isso se explica pelo fato de sua cultura valorizar esses aspectos do comportamento; por outro lado, se determinadas tribos são controladas e pacíficas, isto decorre de outro padrão cultural.

Dentro dessa ordem de ideias vamos ver a posição crítica de outros brasileiros, que abordaram o problema. Na análise de fatores étnicos, o consagrado autor Silvio Romero diz que a união da raça branca com as outras permitiu a "formação de uma sub-raça" mestiça e crioula, distinta da européia. Quanto ao destino dessa sub-raça, Silvio Romero parece ter oscilado em diferentes apresentações do problema. Às vezes dá a impressão de acreditar numa originalidade de raça futura, com o progressivo "branqueamento" da população; outras vezes, pregava a necessidade da imigração para que se compensasse com sangue novo, a degeneração provocada pelo clima. O cruzamento não é apenas físico, mas se dá também nas idéias e no sentimento. E segundo Silvio Romero era a seguinte a situação das várias raças no momento em que chegaram ao Brasil: os negros estavam "no momento primeiro, do fetichismo, fase primordial da idade teológica; os índios no período da astrolatria, momento mais adiantado do estado fetichista e os portugueses, eram moniteístas, mas com "grandes resíduos da época anterior, o politeísmo". Isto explicaria no entender de Silvio Romero a pobreza e a falta de unidade das tradições brasileiras.

No famoso livro *Porque me ufano do meu país*, publicado em 1900, da autoria de **Affonso Celso**, ao estudar a contribuição do negro, o escritor salienta que foram "importados" desde a colonização demonstrando "sentimentos afetivos, resignação estóica, coragem e laboriosidade". Tinham ainda sentimentos de independência (quilombos); Como amas-de-leite de crianças brancas eram obrigadas a abandonar os próprios filhos, mas apesar disso dedicavam-se inteiramente aos filhos dos outros. Tais sentimentos contribuíram de certa forma para atenuar a existência do preconceito de cor no Brasil, como provam várias leis portuguesas do Período Colonial, segundo as quais em determinados cargos não deveria haver distinção entre brancos e negros. Em resumo, no final de sua obra podemos destacar:

Características positivas dos negros:

- 1 - Sentimentos afetivos;
- 2 - Resignação;
- 3 - Coragem, laboriosidade;
- 4 - Sentimento de independência.

Características negativas dos negros:

- 1 - Imprevidência;
- 2 - Despreocupação com o futuro.

Euclides da Cunha, a seguir, tem nova forma de interpretar a realidade nacional. Na parte intitulada "O homem", Euclides procura traçar a história da etnologia brasileira. Admite a tese do índio autóctone e além disso, admite também que, as características das raças formadoras já

estavam bem descritas. Como os outros que o antecederam, aceita as três raças formadoras: índio, branco e negro - e sua originalidade está apenas na concepção do cruzamento e da adaptação à terra. Acredita que as teorias sobre o mestiço supõem apenas o cruzamento de duas raças, enquanto no Brasil houve o cruzamento de três e diz ele: nessa "mestiçagem embaralhada", destacam-se o **mulato** (branco x negro), o **mameluco ou curiboca** (branco x índio), **cafuz** (índio x negro). Além disso, embora admita que, teoricamente o **pardo** para onde convergem os cruzamentos sucessivos do mulato, do curiboca e do cafuz - seria o tipo abstrato do brasileiro. Isso não pode ser afirmado sem a consideração de fatores geográficos e históricos.

A exposição explícita de preconceito contra índio e negro coube a **Raimundo Nina Rodrigues** (1862 - 1906), por alguns anos professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Bahia. Os estudos de Nina Rodrigues são datados, suas explicações são excessivamente etnocêntricas. Nina Rodrigues, porém, tinha interesse real pela pesquisa e compreendeu a necessidade de se fazer levantamentos sobre a língua e a religião dos africanos na Bahia. Além disso, parece ter andado perto de uma concepção cultural do negro. Aparentemente, embora continuasse afirmando as idéias dos europeus a respeito dos negros, o seu contato com a religião africana nos "terreiros da Bahia" deu-lhe uma compreensão quase antropológica dessas crenças, chegando a combater a ação da política contra os Candomblés da Bahia. Num rasgo de intuição, sugere que a perseguição aos "feiticeiros", pelas classes altas, talvez se explicasse pelo fato dessas também temerem os feitiços. Nos seus estudos sobre "Africanos no Brasil", Nina Rodrigues analisa problemas ainda mais gerais. Começa por discutir contra o que julgava ser a opinião corrente no país - a existência de um "problema negro" no Brasil:

A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros de seus turifários, há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo.

Quanto ao futuro, Nina Rodrigues é pessimista na avaliação da possibilidade de civilização dos negros.

Oliveira Vianna (1883 - 1951), na avaliação do negro no Brasil, a certa altura de sua obra *Evolução do povo brasileiro*, diz que:

Quando sujeitos à disciplina das senzalas, os senhores os mantêm dentro de certos costumes de moralidade e sociabilidade, que os assimilam, tanto quanto possível, à raça superior: desde o momento, porém, em que abolida a escravidão são entregues, em massa, à sua própria direção, decaem e chegam progressivamente à situação abastardada, em que os vemos hoje.

Arthur Ramos (1903 - 1949) . foi entre nós o grande divulgador do novo conceito de cultura, um dos grandes adversários da doutrina da superioridade racial dos brancos. Da obra *O negro brasileiro*, podemos alinhar resumidamente suas ideias centrais:

- O negro 000 é visto como raça inferior. É analisado como possuidor de uma cultura atrasada, de que deve ser lentamente liberado;
- O negro, por ser negro, ainda não pode acompanhar a civilização e mais do que isso, arrastou o branco brasileiro para o primitivismo;
- Não é possível responsabilizar qualquer grupo étnico pelo novo estágio de civilização, mas sim o atraso cultural e uma aculturação ainda não completada;
- Admite que alguns desses defeitos 'podem e devem ser corrigidos', enquanto outros caracterizam apenas uma civilização em início.

Manoel Bonfim (1868-1932), relaciona as seguintes características: inconsistência de caráter, leviandade, imprevidência, indiferença pelo passado, afetividade passiva e dedicação morna, doce e instintiva.

Paulo Prado (1869-1934): *"ficamos marcados pela luxúria, cobiça, tristeza e romantismo"*.

Gilberto Freyre: aceita a tese culturalista de Franz Boas. O negro nas mãos de Gilberto Freyre, pelo qual nutre uma profunda ternura, particularmente pelo "negro escravo" ele nos destaca: *"mais bondade, misticismo quente e voluptuoso que enriquece a sensibilidade e a imaginação do brasileiro, alegria"*.

5. APRECIÇÃO CRÍTICA DA RAÇA NEGRA NO ESTÁGIO ATUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Passados mais de cem anos (1888 - 1988) da "Abolição da Escravatura" ainda, infelizmente, nos defrontamos com uma sociedade brasileira preconceituosa em relação ao negro. O preconceito de cor existe em maior ou menor intensidade dependendo do lugar, da região do país onde

sua influência é maior ou menor. Mas o fenômeno não fica aí. Ele é mais profundo porque tem uma base cultural que herdamos dos nossos maiores, os quais, via-de-regra sempre vêm abastardando o negro. Assim nossa sociedade, embora mestiça, passa de geração para geração um "racismo intrínseco", o qual se situa quer no plano objetivo, quer no subjetivo (inconsciente coletivo - Jung). A intolerância racial não é só latente. Em todos os segmentos da sociedade, quer no ambiente de trabalho, no lazer ou nas relações sociais, particularmente matrimoniais o negro é discriminado. Essa discriminação é tanto maior quanto mais nos elevamos na escala social. Há clubes fechadíssimos. Instituições, organizações etc lacradas ao negro não são tão difíceis de encontrar no Brasil. É só procurar na alta burguesia do Rio, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Assim, dependendo da ótica dos grupos sociais que analisam o problema, no Sul do país onde a predominância é branca (contingentes imigratórios), particularmente Italianos e Alemães e seus descendentes o abismo é notado. A segregação racial é praticamente admitida pelos mais radicais e disso resulta uma série de problemas sociais os quais frequentemente surgem nos meios de comunicação: "um negro ou uma negra barrados no clube X"; "funcionário negro não foi bem aceito quando inspecionava órgão do governo chefiado por engenheiro branco". Já no Centro-Oeste e Nordeste a tolerância racial pelo negro é maior. Isto se explica pela profunda e extensa miscigenação aí ocorrida, surgindo o "mulato" o "caboclo", o "cafuzo ou o curiboca" que fazem parte da paisagem humana daquela área.

Existe um aspecto curioso a ser ressaltado: muitas vezes o próprio negro discrimina o outro. A fim de exemplificar isto vejamos o caso da eleição de Benedita da Silva. Não haveria condições de elegermos no Brasil dezenas de Beneditas? Não seria de interesse dos negros que houvesse o maior número de seus representantes no Congresso para que defendessem da melhor forma possível os seus direitos? Mas isto não se verificou. A discriminação racial entra aí, mas também há outro fator importante e talvez até maior: o econômico. Estariam os negros organizados e teriam recursos financeiros para custear uma campanha só de elementos seus? É evidente que não. E, enquanto não ascenderem socialmente, não conseguem *status*, nada feito. O branco continuará a votar no branco e nem sempre o negro votará no negro.

Acresce, ademais, que a sociedade como um todo está impregnada de situações, de frases feitas que evidenciam a posição subalterna do negro. É comum ouvir-se: "- A coisa está preta" (as coisas estão feias); "negro quando não faz na entrada, faz na saída" (o preto nunca consegue fazer nada certo, sempre deixa alguma coisa a desejar). Quando uma tarefa é mal

executada lá vem a frase: "só podia ser coisa de preto". E assim por diante. É bom sublinhar que as referidas expressões não são empregadas somente pelo "Zé povinho", mas extravasaram para o uso corrente nos ambientes de trabalho, nos lares, no lazer, nas escolas e até mesmo nos meios de comunicação de massa. Assim tais expressões já incorporadas no vernáculo ajudam a reforçar a depreciação do negro atribuindo-lhe as coisas erradas, mal feitas e a tudo aquilo ligado ao "que não presta", fazendo identificar todos os defeitos à sua condição racial e não ao baixo grau cultural.

Existe, por mais incrível que possa parecer, a discriminação entre os próprios negros como eu mesmo testemunhei na Bahia (vejam só, na Bahia). Em Salvador saí na companhia de um conhecido (mulato), bem puxado na cor, para irmos à praia. Lá chegando, para surpresa minha, disse meu amigo: "Vamos embora daqui procurar outra praia porque esta tem muito negro". Tal observação foi feita por uma pessoa que possuindo uma pigmentação um pouco mais clara do que aquelas que estavam na praia já se julgava com o direito de exercer a discriminação, pois sua cor amulatada lhe dava - no seu entender - um *status* superior ao negro retinto que estava a se banhar.

Como apreciamos até agora, o negro na sociedade brasileira de um modo geral é discriminado pelos "grupos brancos" e de um certo modo, pelos próprios negros (ou mestiços). Se olharmos atentamente o "universo social" por onde eles transitam, observamos que nas atividades funcionais dificilmente encontramos negros ocupando funções de destaque. Assim é que não os vemos como Presidente, Ministro, Embaixador, General, Almirante, Brigadeiro, etc. E é bom notar que no Brasil, por exemplo, as Forças Armadas se constituem em instituições populares e democráticas. Não vemos, também, nenhum negro ocupando posição de chefia em grandes empresas privadas ou estatais. E mais ainda, nas profissões ditas liberais é raro encontrarmos médicos, advogados, cientistas, etc de renome.

Os canais de ascensão social para o negro estão sempre fechados (há também que considerar, além do aspecto racial, o fator econômico), restando-lhe apenas ocupar funções subalternas e humildes no contexto de nossa sociedade. Se por esforço próprio e com muita "sorte" e tenacidade o negro rompe as barreiras sociais e se toma expoente numa determinada função, como por exemplo, no esporte (Pelé), na música, nas artes plásticas, na política, na literatura (Cruz e Souza) etc a discriminação é menos acentuada e o elemento tem maior aceitação social. Atualmente todo este "quadro" está sendo reconsiderado pelos intelectuais e por uma parcela significativa da população que vem simpatizando com as causas das "minorias" raciais e sociais que surgem em todo o mundo.

No momento atual duas grandes questões se levantam em torno dos negros e afros-descendentes:

1ª) Diz respeito à iniciativa no sentido de estabelecer o "sistema de cotas" para a solução da desigualdade racial no acesso ao ensino superior. Alguns educadores divergem quanto à eficácia da medida, julgando que adotar o "sistema de cotas" significa mudar o "critério do mérito", permitindo, portanto, o ingresso nas Universidades em detrimento da "meritocracia". E perguntam: "É isso que nós queremos? É o único caminho que temos?" O problema está para ser decidido no STF.

2ª) Com o Decreto nº 4887, de novembro de 2003, foi mudado o conceito de "quilombos". Tal fato desentrou mais um espectro para assombrar nossos campos, ao permitir que escrituras de terras devidamente registradas em Cartório se tornem obsoletas. Fica, desta forma, o direito de propriedade ameaçado. Toda a questão gira em torno de uma palavra até hoje pouco conhecida: "quilombola". Ao prevalecer esse estado de coisas o Brasil deixará de ser mestiço para ser dividido por raças. Aqui cabe perguntar: "quem aproveita a manipulação da palavra 'quilombo' e 'quilombola'? Quem aproveita a desarticulação fundiária no Brasil?". Essas perguntas ficam lançadas no espírito dos patriotas para que tomem suas posições em defesa das instituições nacionais.

É de se supor que o progresso da humanidade conduza tudo isso a um resultado feliz, embora tal fato seja alcançado em prazo muito longo. Como exemplo temos os EUA, que hoje já admitem o negro de forma mais humana em todas as atividades nacionais. Isto era, nos padrões americanos, de meio século atrás, totalmente inconcebível.

6. CONCLUSÃO

Ao examinar o Brasil de hoje e voltando os olhos para o passado, pode-se afirmar ao longo do estudo até aqui desenvolvido que o nosso país foi um "teatro histórico" de um grande choque entre duas culturas e uma civilização. A civilização branca, isto é, sua técnica logo destruiu as civilizações negras e índias. No entanto, ao da técnica (ou civilização), opuseram-se ao branco através da cultura. Em outras palavras, incapazes de influir materialmente negros e índios influíram espiritualmente. Por exemplo, através da religião, no que foram auxiliados pelo ambiente hostil ao branco e pelo mestiço "excelente campo de desenvolvimento das culturas inferiores, porque a elas estava ligado pela predisposição atávica".

Os resíduos tipicamente africanos que incorporamos: interesse pelo sexo, salvação pelo acaso, amor à ostentação, desrespeito à ordem legal, são os que merecem um destaque à parte. O **interesse pelo sexo** fruto da grande licenciosidade e permissividade no ambiente em que viviam. O concubinato, norma geral. A Igreja Católica atenuou, em parte, tal estado de

coisas, mas o sexo ficou na índole nacional. A **salvação pelo acaso** reúne a superstição, a magia, o mistério, o predomínio das forças pré-lógicas na vida social. Isso explica a paixão do brasileiro pelo jogo, e deste derivam duas consequências muito importantes: o jogo impede a poupança e, de outro lado, cria a esperança de que a salvação nacional possa ser obtida por meio de milagres. **Amor à ostentação**, isto é, "amor do adorno, do enfeite". Os negros dão grande importância a enfeites, mania de roupas, sedas de cores vivas, cheiros fortes, pinturas brilhantes que caracteriza o brasileiro popular, sobretudo o "mulato" e o "caboclo". Desrespeito à ordem legal, ou melhor, a transformação do conceito de legalidade, que passou a ter apoio na força, em que o poder é respeitado porque é temido. Todos esses resíduos encontram-se bem ou mal impregnados na família brasileira.

Mas hoje, felizmente, as condições objetivas da vida econômica de certo modo impuseram a necessidade de rever de outra forma. Em outras palavras, à medida que se acentua a industrialização brasileira é a economia do país que passa a ser posta em jogo e a luta coletiva substitui as explicações da inferioridade racial. A mudança de atitude também foi provocada pela posição assumida pelos intelectuais brasileiros com relação às classes mais desfavorecidas e, sobretudo com as raças inferiorizadas durante o processo de colonização. Há hoje um clima mundial de simpatia crescente e um desejo de compreender os dilemas da situação humana do negro e os problemas com os quais se defronta socialmente. O Brasil procura esse alinhamento. Assim agindo, tenta-se corrigir a visão dos que viam no negro um fator de atraso do Brasil, um simples objeto de estudo de crenças religiosas primitivas. Essa tendência evolutiva denota visível aprimoramento, permitindo que encaremos o futuro com sadio otimismo.

*Nylson Reis Boiteux
Acadêmico do IHG-DF

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Dr. Ignácio M. Azevedo do. *Ensaio sobre a Revolução Brasileira*. Imprensa Naval, 1963.

FRANCO, Affonso Arinos de Mello. *Conceito de civilização brasileira*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1936.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. José Olympio Editora. Rio de Janeiro-RJ, 22ª edição, 1989.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. Editora Pioneira, São Paulo, 43 edição, 1983.

LIMA, General Flamarion B. *Formação das nacionalidades sul-americanas*. Edição Limitada-Gabinete Fotocartográfico do Exército, 1964.

MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966.

Notas e apontamentos pessoais; recortes de jornais e revistas.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil - Ensaio sobre a tristeza brasileira*. 23 edição, INL/MEC, 1981.

SWEIG, Stefan. *Brasil, país do futuro*. Editora Guanabara, Rio, 1941.

Candango! Super-Herói: Homônimo e Anônimo.

.....

*Oswaldo Sergio**

Mudar-me para Brasília, teve suas vantagens, e também desvantagens, afinal não foi fácil morar em uma cidade considerada uma obra de arte da modernidade arquitetônica, ainda, em plena fase de construção. Acredito que a chegada dos meus amigos à nova cidade, também tenha sido tão interessante quanto a minha - talvez mais, talvez menos - não importa, o que importa é que dia-a-dia acompanhávamos a cidade se modificando, se transformando. Brasília se consolidou, a qualidade de vida que a cidade proporciona aos seus habitantes - apesar dos problemas existentes - são fatores invejáveis aos moradores das outras grandes capitais do país.

A Brasília de hoje, em nada se compara à cidade que alimentou minhas travessuras de criança. Hoje, continuo morando e defendendo a cidade que transformou minha vida e a de tantas pessoas que se encantaram com a sua construção, muita coisa mudou, ao longo de quase 50 anos de existência, fatos importantes foram esquecidos ou apagados da memória dos que viveram aquele momento tão importante na história do país, a mudança da capital para o Planalto Central. Período da minha vida em que os dias foram repletos de novidades, que ainda guardo com carinho em minhas lembranças.

O primeiro impacto aconteceu ainda na chegada à Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante, que surgiu a partir da necessidade de se instalar um núcleo de serviços e comércio para dar apoio e sustentação às obras de Brasília. Formado inicialmente em caráter provisório, abrigava comércio, indústrias, escritórios de representações e administração e diversos outros serviços, servindo também de área residencial e ponto de chegada à Brasília, recebendo todos que aqui chegavam para construir, conhecer ou morar na nova capital.

Os lotes foram arrendados em comodato, a título precário, pelo prazo máximo de 4 anos, com o incentivo de que todas as atividades desenvolvidas seriam livres de impostos, taxas e encargos fiscais. Para que a Cidade Livre se firmasse, Bernardo Sayão, Diretor Técnico da Novacap foi o responsável pela sua instalação.

Tudo era novidade para uma criança tão pequena como eu. Seria ali a tão falada cidade nova? A Cidade Livre era uma cidade quase sem cor,

monocromática, “marrom-amarelado” devido às nuvens de poeira e suas casas na sua grande maioria em madeira cruas, mesmo as que apresentavam alguma pintura sofriam com o desbotar, queimadas pelo sol, contrastando ao fundo com os letreiros coloridos dos estabelecimentos comerciais: Casa Nordestina, Açougue e Peixaria Brasília, Cevelle, Recal Representações, Bar Lindóia, Foto Agenor, Alfaiataria Itajuby, Farmácia Luiza, Pigalle Bar e Restaurante, Riachuelo, Hotel Brasília e Hotel Brasiliense.

Em um desses hotéis, que não me lembro ao certo, passamos a primeira noite na Cidade Livre. As frestas nas paredes, o vento, o barulho da rua, o vai-e-vem de pessoas e automóveis não me deixaram dormir - quanta curiosidade, onde vamos morar? Será que é aqui mesmo? No dia seguinte, finalmente, a cidade nova, fomos conhecer o Plano Piloto e a nova casa.

Achei tudo muito engraçado, os prédios eram deitados, tudo muito diferente do que já conhecia. Brasília mostrou-se como uma cidade sem fronteiras, diferente do Rio de Janeiro, margeada pelo mar e pelas montanhas ou então só montanhas como é o caso de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis. O que mais me chamou atenção foram as dimensões, luminosidade, amplitude, formas, espaços e a beleza das tonalidades do céu. E a vegetação! achei graça das árvores “amassadas”, típicas do cerrado. Tudo muito questionado, e meu pai, sempre disposto a me dar explicações.

O tempo passava e a curiosidade aumentava, quanta construção, quanto barulho, dia e noite, as ferramentas e as betoneiras, emitiam um barulho que por muitas vezes serviam de cantiga de ninar. Aquele barulho não me incomodava, ao contrário, me alentava. Assistia a todo esse movimento da construção pela janela do quarto da minha mãe. A cada dia a cidade tomava uma nova forma e assim a janela do quarto se transformou em um Cartão Postal Abstrato.

Dessa janela pude acompanhar o desenvolvimento e a concretização do maior plano urbanístico já desenvolvido para uma cidade. Trabalho realizado pelo Arquiteto e Urbanista Lucio Costa e o projeto inovador apresentado pelo Arquiteto Oscar Niemeyer para o que é hoje um dos maiores avanços da arquitetura brasileira e mundial. Um novo conceito de arquitetura que integra seus usuários à obra em si, e seus espaços vazios não por falta de quem os ocupem, mais pelo fato de pertencerem à todos.

Após os impactos da chegada veio a alegria e o desafio de fazer novos amigos. Aproveitamos ao máximo o que a cidade nos proporcionava – uma liberdade com segurança – era assim que pensávamos, brincar de carrinho de rolimã, pipa, bolinha de gude, bicicleta e jogar futebol nas quadras residenciais com os novos amigos vindos de todos os lugares do Brasil, uma grande mistura de culturas, costumes, comidas e folclore, uma

cidade sem fronteiras e sem preconceito.

Havia também o imaginário infantil, e com ele a capacidade de criar ilusões. Brincávamos de super-heróis, trazíamos para nossas brincadeiras o que acontecia na tela da televisão e nas páginas dos gibis, ou então, nos transportávamos para o que tínhamos assistido na TV ou lido nas páginas das revistas de histórias em quadrinhos, que esperávamos chegar às bancas com uma certa ansiedade. Sentimento que tentávamos amenizar comendo fatias de pizza da Dom Bosco do meu querido amigo Ely. Santa paciência! atender a todos aqueles heróis de história em quadrinhos de uma só vez não era brincadeira. Ou melhor! Era brincadeira! Pura e gostosa brincadeira!

E não éramos poucos, cada um de nós representávamos pelo menos dois personagens dos diversos seriados da televisão: Buck Rogers; Gansmoke; Hobin Hood; Bat Masterson; Bonanza; Paladino do Oeste; Perdidos no Espaço; Zorro; Thunderbirds; Dick Trace; National Kid; Vigilante Rodoviário; Combate; Fantasma; Mandrack; Brucutu; Pafúncio; Ferdinando; Batman e Robin; Capitão América; Homem de Aço; Príncipe Namor; O Incrível Hulk; Thor e tantos outros heróis que fizeram parte das nossas infâncias. Só para registrar! O Ely, da pizzaria Dom Bosco continua nos atendendo com a mesma paciência de sempre, o sorriso largo, e a simpatia que lhe são peculiares.

Por ser o menor da turma, sempre chegava atrasado para as brincadeiras, e quase sempre não sobravam personagens. A vontade de brincar era tanta que na maioria da vezes eu apelava para As Aventuras de Rin Tin Tin, seriado com grande elenco: o garoto Rusty; Tenente Rip Máster; Sargento O'Hara; Cabo Boone; Major Swason e índios, vários índios apaches, e ainda os ex-soldados sulistas, os bandidos e os contrabandistas de whisky. Como nem sempre minha ideia era aceita, eu apelava - tá bom! eu fico sendo o Rin Tin Tin - mas só dessa vez!

Tudo isso acontecia no maior e mais completo cenário que pude conhecer – Brasília em construção – acredito que nenhuma cidade existente à época poderia proporcionar tanta diversidade de elementos propícios para nossas imaginações: cimento; terra; areia; tijolos; brita; cascalho; madeira; prego; entulho; canos; fios e os prédios em construções contrastando com os que já estavam prontos se transformavam no Velho Oeste; Floresta de Sherwood; Cidade de Virginia–Nevada; Cavernas; Dodg City-Kansas; Vulcões; Desertos; Campos de batalha e tudo o que fosse possível imaginar. Local perfeito para o faz-de-conta, e nem precisava fechar os olhos, era só escolher o local - geralmente o maior monte de entulho - e brincar, brincar, brincar!

Nem sempre a alternativa de ser o Rin Tin Tin dava certo, acabava mesmo ficando fora da brincadeira. Quando isso acontecia, eu não ficava

triste, aproveitava o tempo para desfrutar da companhia de outros super-heróis. Um exército de super-heróis que só eu pensava conhecer, um exército secreto que não fazia parte dos seriados de televisão nem das revistas em quadrinhos. Esse exército era real e super-secreto. Seus soldados se disfarçavam de pessoas comuns - simples, muito simples - e assim quase não eram percebidos.

Seus integrantes tinham hábitos engraçados, tomavam banho de mangueira, todos juntos, sempre no final da tarde: usavam sabonetes e desodorantes baratos, penteavam os cabelos sempre para trás, com escovinhas que se encaixavam na mão e nos dedos, usavam brilhantina e casacos de nylon coloridos que nem sempre combinava com seus shorts tipo calção de banho listrados de azul e vermelho, verde e vermelho, preto e vermelho, qualquer cor e vermelho, que por sua vez não combinava com suas havaianas ou botas, que calçavam sem meias. Mantinham permanente contato com o mundo através de seus pequenos rádios de pilhas e por cartas que nem sempre davam conta de escreverem sozinhos, necessitando da ajuda de outras pessoas. Não se sentavam em qualquer lugar, geralmente preferiam se agachar. Seu Forte Apache ou Quartel General eram divididos em vários locais diferentes, uns mais próximos, outros mais longes, eram pessoas de estatura mediana, pele escurecida mas brilhosa e eram fortes, todos muito fortes!

Em seus quartéis, existiam alojamentos em madeira. Suas camas eram quadriliches, seus colchões de capim e se cobriam com cobertores paraíba. Em alguns desses quartéis existiam além do alojamento uma cantina com mesas grandes cobertas com plástico quadriculado e bancos de madeira. Tinham sempre suas baterias de alimentos preciosos - litros de vidro com água, farinha e pimenta – o ambiente, assim como as cavernas dos outros super-heróis, vivia em constante penumbra. Pela luz que entrava através das pequenas janelas era possível observar o que parecia ser o nevoeiro da floresta de Sherwood ou o vapor da Espaçonave Ranger 3 do Buck Rogers. Essa brisa era quente, de cheiro forte quando se misturava com o cheiro característico dos alojamentos de madeira.

Ao fundo, local de onde vinha essa brisa quente era possível observar uma grande fornalha com labaredas e imenso calor que poderia ser o motor do foguete pronto para partir para outra galáxia, mas não era nada disso não, era apenas um enorme fogão a lenha, daqueles recoberto de “vermelhão” e cheio de caçarolas com a comida dos soldados desse exército secreto. Por sinal, um desses alimentos era próprio para esses tipos de soldados. Sua fórmula mágica, era capaz de dar energia para as batalhas que diariamente travavam, o famoso e conhecido Baião de Dois, iguaria que jamais conheci outra igual - pela qual me apaixonei e virei consumidor

voraz - até hoje!

Alguns desses soldados preparavam suas próprias iguarias em fogões improvisados, montados em um canto do Forte Apache, geralmente de tijolos, vergalhões de aço e alimentados com restos de madeiras das construções. Lembro-me que o horário das refeições eram seguidos de maneira rígida, fato que me deixava muito chateado por coincidir com o horário do almoço em minha casa.

Para ter a certeza que não iria perder a oportunidade de saborear tal iguaria – Baião de Dois – com a inocência da criança que era na época, achava que poderia dar uma ajuda para meus amigos guerreiros. Sempre que podia, sem ser percebido, colocava um pouco mais de madeira no fogão de modo a apressar seu cozimento – bóia – como era chamada. Isso nem sempre dava certo. Na vontade de adiantar o almoço para que eu pudesse comer antes de subir para minha casa, terminava queimando tudo o que estava dentro das caçarolas, causando danos ao almoço dos meus amigos. Isso aconteceu muitas vezes, até que um dia fui descoberto, e nessa hora nada mais poderia acontecer a não ser o castigo acompanhado de pedidos de desculpas e a promessa de não cometer tamanho delito.

Ao fim de um dia repleto de emoções, a noite chegava, já era hora de subir, tomar banho e esperar meu pai chegar do trabalho. Depois ia deitar para dormir mas antes ficava pensando nos meus amigos, meus super-heróis que não eram das revistas em quadrinhos, e me perguntava: Quem eram? De onde vieram? Como viviam? Para que vieram? Onde estariam suas famílias? E, com esses pensamentos acabava adormecendo.

Na primeira aurora do dia, ou, na Sinfonia da Alvorada, como acharem melhor, meus amigos – simples - os que pertenciam ao exército secreto, vestiam suas fardas, armaduras ou uniformes e iniciavam suas batalhas. Subiam, desciam, empurravam, puxavam, misturavam, espalhavam, batiam, martelavam, cortavam, serravam, sorriam e cantavam como os melhores dos guerreiros. E assim, disfarçados com suas armaduras surradas e seus chapéus feitos de saco de cimento, travavam suas batalhas com a alegria e a determinação daqueles que acreditam que são capazes de tudo. Até mesmo de construir uma cidade, ou seja, era um Exército de Candangos. E eu, ainda de pijama, da janela do quarto, ficava apreciando aquele exército, secreto, que meus irmãos e seus amigos não conhecia por estarem naquele momento na escola, e quando chegassem, já seria tarde, eles estariam, outra vez disfarçados de pessoas comuns, quase despercebidos.

Mais tarde, descobri que não só eu percebi esse exército. Outras pessoas assim o fizeram e até homenagearam em prosa, versos e música, como Vinicius de Moraes e Tom Jobim na *Sinfonia da Alvorada*, composta

em 1960, que veio a responder várias das minhas dúvidas sobre as origens

I – O Planalto Deserto

No princípio era o ermo...
Eram antigas solidões sem mágoa,
O altiplano, o infinito descampado...
Eram antigas solidões sem mágoa,
O altiplano, o infinito descampado...
No princípio era o agreste,
O céu azul, a terra vermelho-pungente
E o verde triste do cerrado.
Eram antigas solidões banhadas
De mansos rios inocentes
Por entre as matas recortadas...
Não havia ninguém. A solidão
Mais parecia um povo inexistente
Dizendo coisas sobre nada.
Sim, os campos sem alma
Pareciam falar, e a voz que vinha
Das grandes extensões, dos fundões crepusculares
Nem parecia mais ouvir os passos
Dos velhos bandeirantes, os rudes pioneiros
Que, em busca de ouro e diamantes,
Ecoando as quebradas com o tiro de suas armas,
A tristeza de seus gritos e o tropel
De sua violência contra o índio, estendiam
As fronteiras da pátria muito além do limite dos tratados.
Fernão Dias, Anhanguera, Borba Gato,
Vós fostes os heróis das primeiras marchas para o oeste,
Da conquista do agreste
E da grande planície ensimesmada!
Mas passastes. E da confluência
Das três grandes bacias onde nascem
três gigantes milenares: Amazonas,
São Francisco, Rio da Prata;
Do novo teto do mundo, do planalto iluminado
Partiram também as velhas tribos malferidas
E as feras aterradas.
E só ficaram as solidões sem mágoa
O sem-termo, o infinito descampado
Onde, nos campos gerais do fim do dia

Se ouvia o grito da perdiz
A que respondia nos estirões de mata à beira dos rios
O pio melancólico do jaó.
E vinha a noite. Nas campinas celestes
Rebrilhavam mais próximas as estrelas
E o Cruzeiro do Sul resplandecente
Parecia destinado
A ser plantado em terra brasileira:
A Grande Cruz alçada
Sobre a noturna mata do cerrado
Para abençoar o novo bandeirante
O desbravador ousado
O ser de conquista
O Homem!

II - O HOMEM

Sim, era o Homem,
Era finalmente, e definitivamente, o Homem.
Viera para ficar. Tinha nos olhos
A força de um propósito: permanecer, vencer as solidões
E os horizontes, desbravar e criar, fundar
E erguer. Suas mãos
Já não traziam outras armas
Que as do trabalho em paz. Sim,
Era finalmente o Homem: o Fundador. Trazia no rosto
A antiga determinação dos bandeirantes,
Mas já não eram o ouro e os diamantes o objeto
De sua cobiça. Olhou tranquilo o sol
Crepuscular, a iluminar em sua fuga para a noite
Os soturnos monstros e feras do poente.
Depois mirou as estrelas, a luzirem
Na imensa abóbada suspensa
Pelas invisíveis colunas da treva.
Sim, era o Homem...
Vinha de longe, através de muitas solidões,
Lenta, penosamente. Sofria ainda da penúria
Dos caminhos, da dolência dos desertos,
Do cansaço das matas enredadas
A se entredevorarem na luta subterrânea
De suas raízes gigantescas e no abraço uníssono
De seus ramos. Mas agora

Viera para ficar. Seus pés plantaram-se
Na terra vermelha do altiplano. Seu olhar
Descortinou as grandes extensões sem mágoa
No círculo infinito do horizonte. Seu peito
Encheu-se do ar puro do cerrado. Sim, ele plantaria
No deserto uma cidade muita branca e muito pura.

Oscar Niemeyer – "como uma flor naquela terra agreste e
solitária..."

– Uma cidade erguida em plena solidão do descampado.

Niemeyer – "como uma mensagem permanente de graça e poesia..."

– Uma cidade que ao sol vestisse um vestido de noivado

Niemeyer – "em que a arquitetura se destacasse branca, como que
flutuando na imensa escuridão do planalto..."

– Uma cidade que de dia trabalhasse alegremente

Niemeyer – "numa atmosfera de digna monumentalidade..."

– E à noite, nas horas do langor e da saudade

Niemeyer – "numa iluminação feérica e dramática..."

– Dormisse num Palácio de Alvorada.

Niemeyer – "uma cidade de homens felizes, homens que sintam a
vida em toda a sua plenitude, em toda a sua fragilidade; homens que
compreendam o valor das coisas puras..."

– E que fosse como a imagem do Cruzeiro

No coração da pátria derramada.

Lucio Costa – "nascida do gesto primário de quem assinala um
lugar ou dele toma posse: dois eixos que se cruzam em um ângulo
reto, ou seja, o próprio sinal da cruz."

III - A CHEGADA DOS CANDANGOS

– Tratava-se agora de construir e construir um ritmo novo.

Para tanto, era necessário convocar todas as forças vivas da Nação,
todos os homens que, com vontade de trabalhar e confiança no
futuro, pudessem erguer, num tempo novo, um novo Tempo.

– E à grande convocação que conclamava o povo para a gigantesca
tarefa, começaram a chegar de todos os cantos da imensa pátria os
trabalhadores: os homens simples e quietos, com pés de raiz, rostos
de couro e mãos de pedra, e que, no calcanho, em carro de boi, em
lombo de burro, em paus-de-arara, por todas as formas possíveis e
imagináveis, começaram a chegar de todos os lados da imensa
pátria, sobretudo do Norte; foram chegando do Grande Norte, do

Meio Norte e do Nordeste, em sua simples e áspera doçura; foram chegando em grandes levas do Grande Leste, da Zona da Mata, do Centro-Oeste e do Grande Sul; foram chegando em sua mudez cheia de esperança, muitas vezes deixando para trás mulheres e filhos a aguardar suas promessas de melhores dias; foram chegando de tantos povoados, tantas cidades da imensa Pátria, sobretudo do Norte; de tantas cidades cujos nomes pareciam cantar saudades aos seus ouvidos, dentro dos antigos ritmos da imensa Pátria.

Dois locutores alternados

– Boa Viagem! Boca do Acre! Água Branca! Vargem Alta! Amargosa! Xique-Xique! Cruz das Almas! Areia Branca! Limoeiro! Afogados! Morenos! Angelim! Tamboril! Palmares! Taberoá! Triunfo! Aurora! Campanário! Águas Belas! Passagem Franca! Bom Conselho! Brumado! Pedra Azul! Diamantina! Capelinha! Capão Bonito! Campinas! Canoinhas! Porto Belo! Passo Fundo!

Locutor 1 – Cruz Alta...

Locutor 2 – Que foram chegando de todos os lados da imensa pátria...

Locutor 1 – Para construir uma cidade branca e pura...

Locutor 2 – Uma cidade de homens felizes...

IV - O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO

– Foi necessário muito mais que engenho, tenacidade e invenção; foi necessário 1 milhão de metros cúbicos de concreto, e foram necessárias 100 mil toneladas de ferro redondo, e foram necessários milhares e milhares de sacos de cimento, e 500 mil metros cúbicos de areia, e 2 mil quilômetros de fios.

– E 1 milhão de metros cúbicos de brita foi necessário, e quatrocentos quilômetros de laminados, e toneladas e toneladas de madeira foram necessárias. E 60 mil operários. Foram necessários 60 mil trabalhadores vindos de todos os cantos da imensa pátria, sobretudo do Norte; 60 mil candangos foram necessários para desbastar, cavar, estaquear, cortar, serrar, pregar, soldar, empurrar, cimentar, aplainar, polir, erguer as grandes empenas...

– Ah, as empenas brancas!

– Como penas brancas...

– Ah, as grandes estruturas!

– Tão leves, tão puras...

– Como se tivessem sido depositadas de manso por mãos de anjo na terra vermelho-pungente do planalto, em meio à música inflexível,

à música lancinante, à música matemática do trabalho humano em progressão ...

O trabalho humano que anuncia que a sorte está lançada e a ação é irreversível.

CANTOCHÃO - E ao crepúsculo, findo o labor do dia, as rudes mãos vazias de trabalho e os olhos cheios de horizontes que não têm fim, partem os trabalhadores para o descanso, na saudade de seus lares tão distantes e de suas mulheres tão ausentes. O canto com que entristecem ainda mais o sol-das-almas a morrer nas antigas solidões parece chamar as companheiras que se deixaram ficar para trás, à espera de melhores dias; que se deixaram ficar na moldura de uma porta, onde devem permanecer ainda, as mãos cheias de amor e os olhos cheios de horizontes que não têm fim. Que se deixaram ficar muitas terras além, muitas serras além, na esperança de um dia, ao lado de seus homens, poderem participar também da vida da cidade nascendo em comunhão com as estrelas. Que viram, uma manhã, partir os companheiros em busca do trabalho com que lhes dar uma pequena felicidade que não possuem, um pequeno nada com que poder sentir brilhar o futuro no olhar de seus filhos. Esse mesmo trabalho que agora, findo o labor do dia, encaminha os trabalhadores em bando para a grande e fundamental solidão da noite que cai sobre o planalto...

"Deste planalto central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino."

(Brasília, 2 de outubro de 1956)

Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira

Vinícius de Moraes – Brasília – dezembro de 1960

O presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira em discurso proferiu as seguintes palavras sobre esse Exército: "Os futuros intérpretes da civilização brasileira, ao analisar este período de nossa história, hão de deter-se com assombro ante a figura bronzeada desse titã anônimo, que é o candango, herói obscuro e formidável da construção de Brasília e para a qual desejo ter neste discurso a palavra calorosa do merecido valor." (Diário Carioca/RJ – 1960).

O professor universitário e poeta residente em Brasília José Santiago Naud assim se expressou sobre o candango:

Candango

Palavra

– viajor

de símbolos, a medianeira
das coisas, timoneira
da ideia, razão dos inconciliáveis
na humana navegação.

Esta,

por exemplo: candango!

Nascida no ventre d'África

falava de gente intrusa

mas hoje é aqui resgatada

por augúrio do novo.

Na extensão planaltina,

terra de ventos e araras,

fez-se a voz com sentido

e promessa.

No coração do universo,

Um ser nascido em roupa de operário

Mais todo o povo incluso.

Sol levante

de trabalhos e dias

para o caminho

alvo

do amor e da esperança.

Hoje sei por que não tive coragem de propor aos meus amigos que deixassem de brincar de super-heróis das histórias em quadrinhos e dos seriados da televisão para brincar de exército de Candangos. Os super-heróis nada mais eram que ficção, já no caso dos Candangos, eram verdadeiros, eu sabia que não seria capaz, como ainda não sou e nunca serei um verdadeiro Candango, um Titã. Fingir ser Buck Rogers, Wilma Deering, Dr. Elias Huer, Twiki, Matt Dillon, Fester B. Good, Galem Doc Adams, Robin Locksley, Little John, Tok, Bem, Adam, Hoss, Little Joe, Hop Singh, Roy Coffee, Massao Hata, Dr. Koroiva, Goro, Yukio, Kura, Tomohiro, Takahura e qualquer outro que fosse necessário não me assustava.

Impossível seria fingir ser José, Antonio, Joaquim, Manoel, Gaspar, Anacleto, Geraldo, Josias, Francisco, João... Isso não seria capaz, era tarefa

para gente grande. Tarefa para Candango. É muita madeira para o meu Forte Apache. Prefiro apenas fazer o que sei e de maneira sincera: respeitá-los e admirá-los. Sei que eles ainda estão por perto, não sei se ainda vivem com suas identidades secretas, escondidos ou talvez esquecidos, não sei bem dizer, apenas sinto a presença desses guerreiros.

Espero um dia poder fazer uma homenagem a esses homens simples e de grande valor, que apesar de seus feitos e realizações permanecem imperceptíveis para todos nós, solitários e esquecidos como é comum às pessoas simples, mesmo que sejam capazes de grandes realizações. Até mesmo de construírem uma cidade de arquitetura tão moderna.

Ainda tenho essa esperança, mas tem que ser em uma data especial, uma data que seja representativa, que esteja à altura de seus feitos. Pode ser no dia 3 de novembro, nesse dia, em 1956 o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira proferiu como o início da construção de Brasília, como está registrado na Coleção Diário de Brasília editada pelo Departamento de Documentação da Presidência da República e posteriormente no seu livro *A Marcha do Amanhecer*.

3 de novembro de 1956 – É considerada como a data do início efetivo da construção. O presidente da Novacap tomara providências para a instalação do acampamento inicial. Há no campo barracas de lona e pequenas casas de madeira, para alojamento. “Patrols” e tratores começam a limpeza da área, terraplanagem e abertura de caminhos necessários a futuros serviços.

Enquanto isso não acontece, fico apenas com as lembranças daqueles dias.

Por vezes procuro na multidão algum daqueles guerreiros. Gostaria muito de poder reencontrá-los, vou continuar procurando, sei que eles estão por perto, pelos arredores da cidade, é só procurar que vou achá-los, e quando isso acontecer iremos comemorar com muita conversa e recordações, e, quem sabe poderemos até comer um bom Baião de Dois.

No momento, vou ficar com o que restou daquele tempo, alguns amigos e o Ely e sua pizza da Dom Bosco – uma dupla com mate bem gelado ou guaraná caçulinha - isso ainda não acabou. É um bom local para relembrar os tempos de criança, bater um bom papo com um velho amigo de infância, e, ainda “alimentar” minhas esperanças.

Outro dia eu e meus companheiros de trabalho do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, preparamos uma caçarola de Baião de Dois e ficamos conversando sobre essas lembranças. Foi uma tarde bastante interessante! Deu até para voltar um pouco no tempo! E o Baião até que ficou bom! A receita é simples!

INGREDIENTES:

- 1/2 quilo de feijão verde, de corda ou vermelho.
- 1 cebola ralada.
- 4 dentes de alho amassados.
- 3 colheres (sopa) de óleo.
- Coentro picado.
- 1/2 quilo de arroz lavado e escorrido.

MODO DE PREPARO:

- 1 - Deixe o feijão de molho por uma hora.
- 2 - Doure a cebola e o alho, acrescente sal e pimenta do reino à gosto.
- 3 - Coloque o feijão e cozinhe-o em dois litros e meio de água fria. Tampe a panela e deixe cozinhar em fogo baixo por aproximadamente 1 hora.
- 4 - Junte o arroz ao feijão já cozido, juntamente com o caldo. Misture bem, tampe a panela e deixe cozinhar até que o arroz fique cozido, úmido e com consistência cremosa.

Sirva acompanhado do coentro e de carne seca frita, assada ou ao molho. Acrescente a tudo isso um punhado de bons amigos, muita conversa e boas lembranças. Experimente, vocês vão gostar! Caso não queiram correr o risco eu posso indicar um punhado de restaurantes de Brasília que servem iguarias das mais diversas regiões do Brasil e até mesmo do Exterior! Mais tenho que alertá-los! Não será igual a um bom Baião de Dois! Isso eu posso afirmar com toda convicção “não é igual” não é mesmo, isso eu garanto.

**Oswaldo Sergio (Dinho)
Secretário Executivo do IHG-DF*

Brasília nos tempos do Zé Aparecido

.....

*Paulo Timm**

É difícil imaginar o Brasil sem o Zé Aparecido. E ele se foi, no torvelinho do tempo, que tudo arrasta e consome. Mas o Zé foi Governador de Brasília, de 09 de maio de 1985 até fins de 88. Curiosamente, os jornais se calam quanto à data da saída. Parece que um dia, sem mais nem menos, ele deixou de ser Governador. Hoje, na sua morte, todos o pranteiam. Mas como era Brasília no tempo do Zé? E por que ele teve que deixar o Governo?

Brasília da época, lembrando Praga e Paris do início do Século XX, era uma verdadeira festa. Um clima de otimismo, gerado pela redemocratização, pela Constituinte, pela liberdade de imprensa contaminava o ar da cidade. Nada parecia impedir o Brasil de cumprir uma nova era de paz e prosperidade. E a presença do Zé, em Brasília, com seu entusiasmo, seus amigos artistas e intelectuais, suas improvisações impagáveis, seus mééés... muito contribuía para isso. Plano Cruzado, em fevereiro de 1986, gerou um tal clima de euforia que ninguém, salvo o Governador Brizola, do Rio de Janeiro, parecia descrever da Nova República nascente.

O dismantelamento da máquina federal 1 trazia novos agentes na vida da cidade e os “negócios” progrediam com uma febril excitação. Era comum dizer-se, então, que não apenas a política se abria, mas também a economia, pois os reflexos do Cruzado eram visíveis nos pequenos negócios enquanto os públicos se redistribuíam com inédita generosidade. Dez dias de antecipação no pagamento de uma fatura representavam numa “comissão” inimaginável nos tempos austeros da ditadura. Uma conta institucional aberta num Banco representava a seu detentor uma vantagem insuspeita. O grande “centro” dos negócios públicos era a antiga COBAL, delegada ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB que, alegoricamente, ficou conhecido como PTB-COBAL. Ali era o centro de compras de vultosos programas nacionais de merenda escolar, nutrição e alimentação, estoques reguladores e outras quejandas. E não havia controle sobre cheques, o que só veio a ocorrer no Governo Collor. Conta-se (e ninguém sabe ao certo...) que um Presidente de estatal, de tanto enriquecer comprou um Boeing, encheu-o de tralhas e rumou de mudança para Miami, onde mora até hoje. Ninguém suspeitava que, um dia, haveria CPIs, investigações da Polícia Federal, imprensa investigativa. Vivia-se, em Brasília, uma grande descontração em todos os sentidos. Tudo acabava em festivos brindes de champanhe no Florentino, o grande Restaurante da época, que disputava com o Piantela, a

preferência pelas comemorações.

O Piantela, mais tradicional e austero, tinha a preferência de Ulysses Guimarães que todas as noites passava para um trago de poire, uma deliciosa aguardente de përa que fez sucesso. O Florentino, mais ousado nos preços e nos serviços ostentava, já no balcão de entrada um tentador pernil de presunto de parma que encantava os constituintes e lobistas. Pelas mesas de canto esgueiravam-se alguns personagens emergentes da vida local, como o Presidente do PMDB-DF.

Mas o dono das noites encantadas deste tempo era o C. Henrique, com sua elegância tropical impecável desde os cuidados fios de cabelos negros e lisos até os sapatos impecavelmente brilhantes. Acompanhavam-lhe sempre os condestáveis da época: Waldimir Diniz, jornalista e poeta, editor da Veja, Milton Gontijo, ator e diretor do cinema novo, Carlão, também jornalista, hoje mortos, o último pobre e esquecido em Olhos d'Água. Via-os sempre, à tarde, fim da tarde, num bar da 304 sul, do "Angolano", de onde rumavam para o outro point da época: o coletivo do Moinhos, na 114 Sul, onde o Grego, o Rubinho, o Evaristo e o Degaule se revezavam no comando e no copo... Enquanto isto a cidade despertava para a cultura, no rastro das agitações anteriores do Projeto Cabeças inventado pelo Néio Lúcio e do Liga tripa, do qual saíram vários grupos de música, teatro, cinema e poesia. O rock desponta nacionalmente comovendo o país e fazendo de Brasília de Capital do Tédio na Capital do Barulho; os Festivais de Cinema de Brasília alcançam um sucesso inimaginável; os Encontros Nacionais de Escritores trazem figuras incríveis, como o Saramago e o poeta Ectuchenko; o Festival Latino-americano de Arte e Cultura, na UnB, sob o novo Reitorado do Cristovam, explode na cidade, que por cochilo acaba perdendo o Memorial da América Latina para São Paulo; o Dulcina abre suas portas enquanto outra figura exemplar deste tempo pontifica na Federação do Comércio transformando o SESC num imenso laboratório de cultura. A cidade fervilha por todos os cantos. E pela primeira vez as satélites - Taguatinga à frente - se aproximam do Plano, desconfiadas, inseguras, mas certas de vir a ocupar um lugar mais condigno com o próprio tamanho a que chegaram. Grandes personagens populares pululam nos becos, ruas e bares da cidade com sua alegria e loucura contagiantes: Zé Pereira, cinéfilo e promotor cultural, J. Pingo, ator e diretor teatral, indefectível candidato a deputado da putada, com sua alegórica Kombi Nacional, Ary Pararraios e o Wanderley Lopes que neste tempo abandona a macro-biótica - que havia implantado na cidade - e se dedica ao "jornalismo", com o FOGO CERRADO, um jornal anarco-trafficante como ele costumava dizer.

No Governo do Distrito Federal as coisas eram menos abusadas, à exceção da SAB, mas não muito diferentes. Novas caras, novos estilos,

comandavam o espetáculo. Principalmente depois da vitória do PMDB nas eleições de 1986 os cargos passaram a ser ocupados por indicação partidária, à qual se aliava o PFL de Osório Adriano, Walmir Campelo e Maria de Lourdes Abadia numa corrida ímpar pelo controle político da cidade. Isto era uma grande novidade pois até bem pouco tempo, desconhecia-se uma instância propriamente política de Brasília. Ela era uma cidade inteira “cassada”, como disse, certa vez Tancredo Neves. Mas também, aqui, era tudo uma grande festa. O Zé Aparecido sempre reunido com seus amigos intelectualizados como o Osvaldo Peralva e tantos outros, aos quais se associaria a presença marcante das visitas de Oscar Niemeyer e de Lucio Costa. Em 1985 Lucio retorna por primeira vez à cidade depois da inauguração e deixa seu relatório no Brasília Revisitada, no qual propõe as Quadras Econômicas, uma delas logo construída, ao lado do Guará e que recebeu seu nome. Lamentavelmente, não é um documento brilhante. Destes encontros surge a ideia do tombamento de Brasília, já assombrada pelos seus quase dois milhões de habitantes, um sem número de favelas interiores ao Plano, e uma gigantesca periferia extra-muros extornada para Goiás. O CAUMA, órgão de controle do solo da na cidade continuava apostando na sua soberania, com Carlos Magalhães à frente como Secretário de Obras, e via com melhores olhos o tombamento do que a implementação do dormido PLANO ESTRUTURAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL – PEOT, que já advertia para a necessidade da flexibilização na oferta de terras do DF para assentamento das populações carentes.

E aí, neste ponto, está a grande glória do Zé Aparecido e também seu fracasso em Brasília. Sim, porque, duro lembrar, principalmente nesta hora: o Zé não deu certo em Brasília. Tanto que era comum a trovinha sobre as três desgraças da Nova República:

“O Tancredo ter morrido,
o Sarney, assumido,
e o Zé Aparecido...”

Maldade! Mas que não há como apagar das memórias do tempo.

O Zé esta à frente de uma encruzilhada: ou liberava a oferta de terras, erradicava as invasões no Plano, ou sublimava a Brasília idealizada pelos criadores num gesto memorável. Optou pelo último a conselho dos amigos e partiu para a transformação de Brasília em Patrimônio da Humanidade. Tomou sua decisão. Que lhe custou caro.

O tombamento de Brasília era o último suspiro do “projeto-cidade”

idealizado nos anos 50. Tinha de ser providenciado. Mas talvez tivesse sido melhor tê-lo feito antes, quando a cidade ainda não tivesse crescido tanto nem junto com a própria redemocratização do país que dava a Brasília, por primeira vez, o direito a participar de sua administração. Brasília sempre foi uma obra de arte, uma memorável obra de arte. Mas a arquitetura – e especialmente o urbanismo - é, talvez, a única arte que não subsista por si mesmo, como objeto de contemplação. Arquitetura e Urbanismo estão imbricados com a utilidade que propõem e supõem. Quando a arte de Lucio Costa se enfrenta ao fantasma de dois milhões de pessoas, que haviam se reorientado do Rio e São Paulo para cá, em razão das mudanças paradigmáticas do desenvolvimento brasileiro que fariam do centro-oeste nas décadas de 80 e 90 o grande escoadouro migratório, Brasília tinha que repensada e não apenas revisitada pelo grande mestre. Ela passava a ser um objeto de tratamento político e não estético. Paradoxalmente, pela sua natureza profundamente mineira, pelos amigos que o cercavam, pelos ideais que o iluminavam, Aparecido não podia ver isto. Ele não viu que tanto ou mais que fazê-la Patrimônio da Humanidade, havia que atentar para a reversão do primado do Plano Piloto, do físico e do supérfluo, para suas antíteses, a saber, a ocupação de todo o Distrito Federal, a emergência do social como expressão das novas demandas urbanas e do urgente necessário que ameaçava se impor pela força como demonstrou, para espanto de todos, a quebradeira de outubro de 1986 quando o Governo Federal, garantidas as eleições liquidou o Plano Cruzado.

Por isto Zé Aparecido caiu, num dia incerto, num mês incerto, provavelmente no final de 1988...

E abriu espaço para um goiano que lhe era o avesso. Homem simples, grande esperteza política e fundas raízes na região, mas que viria a perceber estas nuances do momento brasiliense a ponto de firmar-se como um grande líder político: o Roriz. Mas se Zé deixou o Governo para o que os goianos chamam de sua vingança contra o iluminismo bovarista do Rio e Belo Horizonte, deixou uma herança de estigmatização das elites contra Roriz. Ele pagará, sempre, à luz das elites, o preço de ter feito o que, de uma forma ou outra, - talvez, até, “outra” - tinha de ser feito: a ocupação de todo o Distrito Federal em consonância com o Projeto Brasília. Enquanto o Zé será imortalizado pela sua grande arte, que não foi a política, mas a de fazer amigos e se fazer respeitar pelo ideal de imortalizar Brasília, num flash back dos anos dourados.

**Paulo Timm*

*Professor da Unb, Técnico do IPEA (ap)
Ex-Secretario do Meio Ambiente do Distrito Federal.*

Origem Histórica da Fundação Universidade de Brasília

.....

*Nonato Silva**

PREÂMBULO

Os incautos, em termos filológicos, fazem derivar a palavra *universidade*, na acepção de hoje, diretamente do vocábulo latino *uniuersitas-atis*, de *uniuersus*.

Ledo engano!

Esta palavra, em latim puro, significa universidade (de *uniuerus*), totalidade, o todo; complexo das coisas, universo; companhia, corporação, comunidade, colégio, associação, sociedade.

Inicialmente, no meado do século XII, universidade significava comunidade de mestres e alunos, reunidos para transmissão do saber. Era o *studium* designando centros escolares.

Logo mais, *studium* passou a chamar-se universidade, já com o sentido e conceito de hoje.

Então, o termo universidade apareceu no século XII, em plena Idade Média, com a adaptação do latim tardio.

Assim, escreveu Stiphen d'Irsay: “A universidade é o maior dos monumentos que nos legou a Idade Média.”. E G.Braga Crus: “A universidade é o progresso geral do saber e criação sublime do espírito medieval.”.

É certo que esta instituição não surgiu desligada de um longo passado cultural. Por isso, diz Joshua Reynolds: “O grande objetivo do estudo universitário é formar espíritos adaptáveis e preparados para cada ocasião”. E acrescenta: “A universidade é lugar onde os cascalhos são polidos”.

E a história registra que as universidades mais antigas do mundo são a do Cairo, Egito, 970; e as de Montpellier, França, 1181, e de Módena, Itália, 1189.

ASSUNTO PROPOSTO

Aqui, neste estudo, se propõe firmar e manter a origem histórica, real e virgem da Fundação Universidade de Brasília para que não haja relatos distorcidos e opiniões inéditas no correr dos anos e dos séculos.

Juscelino Kubitschek de Oliveira, o maior estadista democrático do

Brasil, inseriu em suas metas, a construção, no Planalto Central, da nova capital do país.

Isto, para cumprir significativos e incisivos preceitos constitucionais. Preceitos este que remontam ao século XIX, como atesta a história na sua ânsia de registrar e reter.

A edificação de Brasília, bem como a transferência da capital do Rio de Janeiro para ela, tornaram-se realidade fática.

E a inauguração da Nova Capital, para gozo da história e alegria do Brasil, aconteceu, solene, faustosa, pomposa e magnificamente no dia 21 de abril de 1960, em dose de otimismo e esperança, num alentado e permanente patrimônio nacional.

A capital do país não podia prescindir de ter, de logo, a sua universidade. E esta veio como um dos complementos indispensáveis à sua ordem educacional e cultural, em forma de fundação. Isto porque a fundação é maleável. Retém autonomia administrativa e financeira, permitindo facilmente sua concretização.

Impulso considerável foi dado por Vítor Nunes Leal e Ciro Versiani dos Anjos, chefe e subchefe, respectivamente, da Casa Civil.

Também a colaboração, científica no ramo, de Anísio Espíndola Teixeira foi incisiva, visando à elaboração dos instrumentos e medidas que viessem tornar factível, em tempo hábil, a instituição da Fundação Universidade de Brasília.

De já, os atos políticos, jurídicos, educacionais e didático-pedagógicos faziam-se prementes e necessários.

PROCEDIMENTOS INSTITUCIONAIS

Um empreendimento desta monta carece de muito bem fundamentados atos oficiais e institutivos inerentes à feição da academia em foco.

Também, de logo, atos robustos e consistentes que deem suporte e garantia ao feito.

Daí a razão central de ser de exposição de motivos encaminhada pelo ministro da Educação e Cultura, prof. Clóvis Salgado, ao Presidente da República.

Ei-la.

Exposição de Motivos nº 492

Em 16 de abril de 1960

Criação da “Fundação Universidade de Brasília”.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Atento ao indeclinável dever de participar, no setor de sua específica competência, dos propósitos do Governo de construir a nova Capital em moldes rigorosamente modernos, o Ministério da Educação e Cultura vem colaborando, desde a primeira hora, no planejamento escolar de Brasília.

No plano urbanístico de Lucio Costa já se encontrava reservada a área destinada à Universidade e prevista, em linhas gerais, a rede de escolas primárias e médias.

O primeiro cuidado dos técnicos do Ministério, em íntima articulação com os arquitetos e urbanistas da cidade em construção, foi o de localizar as diversas unidades escolares no terreno, de modo a que pudessem atender, efetivamente, à população prevista na secção urbana correspondente a cada uma. O projeto finalmente aprovado ficou garantido em convênio firmado entre o Ministério e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, quando do fornecimento dos recursos para a construção das primeiras unidades escolares.

Do ponto de vista pedagógico, o projeto dos centros de educação primária e de educação média obedecem aos preceitos mais atualizados e as linhas mestras do projeto de lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, já aprovado pela Câmara dos Deputados.

As primeiras unidades da rede primária – Jardim de Infância, Escola-Classe e Escola Complementar – entrarão a funcionar na data da inauguração da nova Capital. Da Escola Média Compreensiva, assim chamada pelo fato de abranger todas as modalidades do ensino médio, o ramo secundário será o primeiro a abrir as suas portas, previstamente, no próximo dia 16 de maio.

Os estudos para a estruturação do ensino superior em bases consentâneas com os progressos científicos, técnicos e pedagógicos desse meado de século XX mereceram a máxima atenção. O objetivo era dar a Brasília uma Universidade que, refletindo a nossa época, fosse também fiel ao pensamento universitário brasileiro de promover a cultura nacional na linha de uma progressiva emancipação. Para tanto impunha-se dar ênfase a instituições dedicadas à pesquisa científica e à formação de cientistas e técnicos capazes de investigar os problemas brasileiros, com o propósito de dar-lhes soluções adequadas e originais.

Os Institutos de Pesquisa deviam, necessariamente, integrar-se no corpo da Universidade, expressão mais alta das atividades culturais do País, para servir também ao ensino e à formação profissional.

A partir de 1808, ano em que se inaugurou o ensino superior no País, com a instituição de cursos médico-cirúrgicos na Bahia e no Rio de Janeiro, fomos criando escolas superiores, de cunho meramente profissional, em

unidades isoladas e auto-suficientes, como não podia deixar de sê-lo. Cada escola recebia o aluno com o curso secundário, ministrava-lhe mais conhecimentos científicos básicos e, depois dessa fase preparatória, passava a dar-lhe ensinamentos profissionais propriamente ditos.

Quando, em 1931, a lei instituiu o sistema universitário brasileiro, fê-lo pela reunião pura e simples das Faculdades tradicionais, sob a égide administrativa de um Reitor. Pedagogicamente, continuavam elas a ser compartimentos estanques, órgãos isolados, ciosos de sua autonomia. Um esforço louvável para conferir maior coesão aos elementos do conjunto universitário foi a criação, em 1939, da Faculdade de Filosofia, centro de preparação de professores e cientistas. A experiência tem mostrado que a Faculdade de Filosofia não cumpriu o seu profundo objetivo de ser o núcleo principal da Universidade. Continua a ser uma Faculdade a mais, à espera de medidas que melhor a articulem com todo o sistema escolar universitário.

E até a esta altura, não obstante o desejo generalizado de se dar maior unidade funcional aos elementos didáticos e científicos das universidades brasileiras, tal não se tem alcançado senão em casos isolados. A Universidade do Brasil procura, atualmente, reestruturar-se em institutos que congreguem as especialidades comuns, de modo a fazer a sua transferência para a futura sede, a Cidade Universitária, com esta nova organização. Este é o alto propósito do Ministério da Educação e Cultura, que, através de convênios ultimamente celebrados, vem procurando criar Institutos de caráter universitário para servir a mais de uma Faculdade, nos domínios das ciências básicas e da tecnologia. A plena aceitação dessas providências inovadoras mostra que nossa elite intelectual está amadurecida para uma experiência mais avançada e corajosa.

É o que se tenta fazer agora em Brasília, aproveitando-se a rara oportunidade de encontrar-se o campo inteiramente livre para receber a ideia renovadora. Para defini-la, convoquei a colaboração de douta Comissão, constituída pelos senhores Pedro Calmon, Reitor da Universidade do Brasil, João Christovão Cardoso, Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, Anísio Teixeira, Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, Presidente da Comissão Supervisora do Plano dos Institutos, Darcy Ribeiro, Coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, e Almir Castro, Diretor de Programas da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

O pensamento da Comissão acha-se expresso no relatório e no projeto de lei que ora submeto à alta apreciação de Vossa Excelência. Propõe-se uma estruturação nova no corpo universitário, para dar-lhe unidade orgânica e eficiência maior. O aluno que vem do curso médio não

ingressará diretamente nos cursos superiores profissionais. Prosseguirá sua preparação científica e cultural nos Institutos Centrais, de pesquisa e ensino, dedicados às ciências fundamentais. Nesses órgãos universitários que não pertencem a nenhuma Faculdade, mas servem a todas elas, o aluno buscará, mediante opção, aqueles conhecimentos básicos indispensáveis ao curso profissional que tiver em vista prosseguir. Em consequência, reduz-se a duração dos cursos profissionais propriamente ditos.

Tal organização permite uma real economia, pela concentração, nos institutos, de todos os recursos humanos e materiais destinados a uma determinada ciência, recursos ora dispersos pelos pequenos laboratórios das faculdades isoladas. Com isso, aumenta-se também, consideravelmente, o rendimento do trabalho, que passa a ser feito em equipe, por especialistas congregados e dirigidos para objetivos comuns.

Pode-se afirmar que, no momento, poucas são, no País, as instituições onde se possam formar cientistas e pesquisadores de alto nível. E são eles os responsáveis pelo progresso do mundo moderno. São eles, pela categoria e pelo número, que medem a força das Nações. Sem eles, o Brasil não poderá dar o passo decisivo de sua emancipação econômica, nem participar da corrida atômica, definidora da paz e da guerra.

Os Institutos Centrais ora projetados serão o campo de formação desse pessoal indispensável à nossa segurança e prosperidade. Os estudantes que neles ingressarem não sairão, necessariamente, para os cursos profissionais. Os bem dotados sentir-se-ão atraídos pela pesquisa científica. Haverá dispositivos próprios para fixá-los no corpo da instituição, de modo a que prossigam os estudos e venham a tornar-se especialistas em setores fundamentais.

Desse modo, o conjunto dos Institutos Centrais, formando uma espécie de Faculdades de Ciências, Letras e Artes, será um estágio intermediário, distribuindo os estudantes para as profissões tradicionais e para as atividades novas, da ciência e da tecnologia, de que o País tanto carece na fase histórica que atravessa.

Consciente do dever que lhe cabe de apoiar o povo brasileiro no arrojado esforço de desenvolvimento em que se acha empenhado, a Universidade de Brasília dará ênfase aos seus propósitos de colaboração. No tronco novo da Nação não quer brotar apenas como floração ornamental de cultura, mas como raiz que alicerça e nutre. Não quer ficar isolada em torre de marfim, a cultivar as puras virtudes do espírito, antes deseja descer à planície e pelejar ao lado do povo, pela sua crescente prosperidade. Deseja ser uma oficina sempre acesa, forjando capacidades mais ágeis e alavancas mais robustas para moverem o nosso esplêndido progresso.

A Universidade, assim modernizada, deverá ter a geri-la um sistema

administrativo mais prontamente eficaz do que o das nossas instituições tradicionais. Por isso, optou-se pelo regime de Fundação. Embora instituída pelo poder público, a Fundação Universidade de Brasília gozará, administrativamente, das virtudes de uma empresa privada. Terá um patrimônio susceptível de progressivo enriquecimento capaz de proporcionar-lhe, no futuro, total emancipação econômica. Por ora, receberá da União recursos sob a forma de auxílio global, cabendo à entidade a elaboração do próprio orçamento. Desse modo, haverá um perfeito ajustamento financeiro às reais necessidades da instituição, em pessoal, instalações, equipamentos e novos projetos. Assinale-se que o pessoal gozará das regalias das leis trabalhistas e, a entidade, das indiscutíveis vantagens da gerência privada.

Não se poderia pensar em resolver o complexo problema de criar uma Universidade em moldes inteiramente novos, dos quais não temos, obviamente, qualquer experiência, através de uma lei minuciosa que tudo quisesse prever. Por isso, adotou-se uma redação esquemática, para fornecer apenas a estrutura básica e as linhas mestras e inspiradoras do que se tem em vista montar.

Para desenvolver, gradativamente, o esquema legal, dentro da realidade brasileira – social, econômica e cultural – era necessário dar à direção o máximo de competência. Por isso, a Fundação, entidade mantenedora, será dirigida por um Conselho Diretor, composto de 6 membros (o mínimo aceitável, dado o vulto do empreendimento), designados pelo Presidente da República. Constituído o Conselho, cessará a dependência imediata ao Governo. O Conselho elegerá livremente seu Presidente, a quem, para respeitar um nome já consagrado, permito-me propor o título de Reitor (única modificação ao projeto original). Órgão supremo da instituição, ao Conselho Diretor caberá a tarefa de organizar a universidade, com grande autonomia, já que terá de obedecer apenas a uma lei de quadros amplos e aos estatutos por ele próprio elaborados.

Para organizar o complexo universitário, o Conselho Diretor convocará assessores especializados. Cada unidade será planejada sob a responsabilidade de um Coordenador altamente competente. Um permanente contato entre os diversos coordenadores dará a necessária harmonia ao trabalho comum, de modo a alcançar-se a desejada unidade orgânica e funcional do conjunto a ser criado.

Acredito que um tal sistema, propício ao estudo acurado das etapas a serem vencidas, e garantidora de autoridade aos responsáveis, assegurará as melhores condições para que a projetada Universidade de Brasília venha a ser autêntico e poderoso instrumento a serviço da cultura e do progresso do Brasil.

Estou convencido de que, aprovando a proposta, elaborada com tanto zelo pela douta Comissão, e encaminhando-a à alta consideração do Congresso Nacional, estará Vossa Excelência prestando mais um assinalado serviço à causa do desenvolvimento nacional.

Valho-me do ensejo para reafirmar-lhe os protestos de minha estima e admiração.

Clóvis Salgado
Ministro da Educação e Cultura

Mensagem nº 128

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Na forma do art. 67 da Constituição, tenho a honra de apresentar a Vossas Excelências, acompanhado de exposição de Motivos do Ministro de Estado de Educação e Cultura, o incluso projeto de lei, que autoriza o Poder Executivo a instituir a “Fundação Universidade de Brasília”.

Brasília, em 21 de abril de 1960

JUSCELINO KUBITSCHEK

Projeto de lei

Autoriza a instituição da “Fundação Universidade de Brasília”.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a “Fundação Universidade de Brasília”, entidade autônoma que se regerá por Estatutos a serem aprovados por decreto do Presidente da República, de acordo com proposta do Ministro de Estado da Educação e Cultura.

Art. 2º - A Fundação adquirirá personalidade jurídica com a transcrição dos respectivos Estatutos no registro civil das pessoas jurídicas, mediante a apresentação de seu texto oficial e do decreto que o houver aprovado.

Art. 3º A Fundação terá por objetivo criar e manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior, de pesquisa e de divulgação científica, técnica e cultural.

Art. 4º O patrimônio da Fundação será constituído por direitos e bens destinados pelos poderes públicos e recursos doados por particulares ou entidades públicas e privadas.

§ 1º - Os direitos, bens e rendas patrimoniais da Fundação somente poderão ser empregados para a realização de seus objetivos.

§ 2º - No caso de extinguir-se a Fundação, seu patrimônio reverterá à União.

Art. 5º Para constituir o patrimônio inicial da Fundação, fica o Poder Executivo autorizado a praticar os seguintes atos:

a) efetivar a transferência, à Fundação, dos terrenos previstos para localização de uma Universidade na nova Capital da República;

b) incluir os edifícios necessários à instalação da Universidade no plano de obras da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, na forma do art. 17 da Lei nº 2.874, de 19 de novembro de 1956;

c) doar à Fundação um conjunto de doze superquadras urbanas em Brasília.

Art. 6º - Para manutenção da Fundação, o orçamento federal consignará, anualmente, recursos, sob a forma de dotação global.

Art. 7º - A Fundação será administrada por um Conselho Diretor, composto por seis membros e dois suplentes, escolhidos, uns e outros, entre pessoas de ilibada reputação e notória competência, e se renovará, cada dois anos, pela sua metade.

§ 1º - O Conselho Diretor elegerá o seu Presidente.

§ 2º - O Presidente do Conselho Diretor exercerá as funções de Presidente da Fundação e terá o título de Reitor da Universidade.

Art. 8º - Os membros do Conselho Diretor exercerão o mandato por quatro anos, podendo ser reconduzidos.

§ 1º - Os membros e suplentes do primeiro Conselho Diretor serão designados por livre escolha do Presidente da República, sendo a metade para período de quatro anos e a outra metade para período de dois anos.

§ 2º - A renovação do mandato far-se-à, alternadamente, de dois em dois anos, de três e três membros e de um e um suplente, mediante indicação, em lista tríplice, organizada pelo Conselho Diretor e enviado ao Presidente da República, para escolha e designação.

Art. 9º - A Universidade será uma unidade orgânica, integrada por Institutos Centrais de ensino e de pesquisa e por Faculdades destinadas à formação profissional, cabendo;

I – aos Institutos Centrais, na sua esfera de competência:

- a) ministrar cursos básicos de ciências, letras e artes;
- b) formar pesquisadores e especialistas;
- c) dar cursos de pós-graduação e realizar pesquisas e estudos nas respectivas especialidades.

II – às Faculdades, na sua esfera de competência:

- a) dar formação profissional e técnica;
- b) ministrar cursos de especialização e de pós-graduação; e
- c) realizar pesquisas e estudos nos respectivos campos de aplicação científica, tecnológica e cultural.

Art. 10 – A Universidade, integrada no desenvolvimento econômico, social e cultural do País, e interessada em estudar e encaminhar as soluções relacionadas com os problemas nacionais, colaborará com as entidades públicas e privadas, conforme as solicitações que lhe forem feitas.

Art. 11 – A estrutura da Universidade e dos estabelecimentos componentes, e as relações entre os mesmos e as respectivas áreas de competência serão organizadas e definidas em Estatutos, a serem elaborados pelo Conselho Diretor e aprovados por decreto do Presidente da República.

Art. 12 – O Conselho elegerá livremente o Vice-Reitor, que terá funções executivas e didáticas definidas nos Estatutos da Universidade, devendo sua escolha recair em pessoas de ilibada reputação e notória competência.

Art. 13 – A Universidade gozará de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos dos Estatutos da Fundação e dos seus próprios estatutos.

Art. 14 – Na organização de seu regime didático, inclusive do currículo de seus cursos, a Universidade de Brasília não estará adstrita às exigências da legislação geral do ensino superior, ressalvado o que dispõe o parágrafo único deste artigo quanto aos diplomas profissionais.

Parágrafo único – Para que seus diplomas profissionais possam conferir as prerrogativas legais aos respectivos titulares, deverão ser observados, pela Universidade de Brasília, os seguintes princípios:

I – a duração de seus cursos profissionais, incluindo a dos correspondentes cursos básicos, ministrados pelos Institutos Centrais, não poderá ser inferior ao padrão mínimo, instituído pela legislação geral;

II – não poderá ser eliminada disciplina que a legislação geral considere obrigatória, o que não impede, tendo em vista a formação de profissionais especializados, que qualquer delas possa ser ministrada com extensão maior ou menor do que a prevista na referida legislação;

III – não poderá ser dispensada a obrigação da frequência dos alunos regulares às aulas teóricas ou práticas e aos demais trabalhos escolares, mas poderão ser abolidas quaisquer fórmulas admitidas pela legislação geral e que importem, direta ou indiretamente, em dispensa de frequência.

Art. 15 – Os órgãos deliberativos e consultivos da Universidade e de seus Institutos Centrais e Faculdades serão organizados nos termos dos estatutos a que se refere o art. 11.

Parágrafo único – O Conselho Diretor será assistido, até a instalação dos órgãos deliberativos e consultivos da Universidade, por tantos coordenadores quantos forem os Institutos e Faculdades em fase de criação, sendo tais coordenadores designados pelo Reitor, com aprovação prévia do Conselho Diretor.

Art. 16 – Os contratos do pessoal docente, técnico e administrativo da fundação e da Universidade reger-se-ão pela legislação do trabalho, podendo, também, ser para elas requisitado pessoal do serviço público e das autarquias.

Art. 17 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Decreto nº 48.599, de 25 de julho de 1960.

Designa Comissão para realizar estudos complementares sobre a Universidade de Brasília.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição; e

Considerando que se encontra em tramitação no Congresso Nacional a Mensagem Presidencial relativa à instituição da Universidade de Brasília (Projeto de Lei nº 1.861, de 1960).

Considerando a conveniência de promover estudos complementares, a fim de, aprovado o referido projeto, dar-lhe o Governo pronta execução.

Resolve designar o professor Darcy Ribeiro, o Arquiteto Oscar Niemeyer e o Subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Cyro Versiani dos Anjos, para levarem a efeito os referidos estudos e a respeito de se entenderem com os diferentes órgãos da Administração.

Brasília, em 25 de julho de 1960, 139º da Independência e 73º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
Pedro Paulo Penido

Decreto nº 50.732, de 6 de junho de 1961.

Cria a Comissão de Planejamento da Universidade de Brasília

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição; e

Considerando que se encontra em tramitação no Congresso

Nacional a Mensagem Presidencial relativa à instituição da Universidade de Brasília (Projeto de Lei nº 1.861, de 1960).

Considerando a necessidade de promover estudos complementares ao plano elaborado pela Comissão de Estudos criada pelo Decreto nº 48.599, de 25 de julho de 1960, e que são indispensáveis para a implantação da Universidade, uma vez aprovado o referido projeto de lei, decreta:

Art. 1º - É instituída, junto à Presidência da República, a Comissão de Planejamento da Universidade de Brasília, constituída de sete membros, sob a Presidência do Prefeito da Capital Federal, e integrada pelos Professores Anísio Spinola Teixeira, Paulo Novais, Almir Godofredo de Almeida e Castro, Celso Furtado, Roberto Herbster Gusmão e Darcy Ribeiro, este último na qualidade de Coordenador Geral.

Art. 2º - Incumbe à Comissão de Planejamento:

I – promover a elaboração do plano urbanístico da cidade universitária, tendo em vista:

- a) localização, nos terrenos destinados à Universidade no plano-piloto dos órgãos de interesse comum com a cidade;
- b) o preparo dos programas básicos necessários para o planejamento arquitetônico das diversas unidades universitárias.

II – realizar, em colaboração com a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), acordos e convênios com organizações estrangeiras e internacionais para a obtenção de cooperação técnica e financeira no planejamento e instalação dos Institutos Centrais, da Biblioteca e demais órgãos da Universidade, bem como a programação do aperfeiçoamento do futuro pessoal docente, no País e no exterior;

III – colaborar na implantação da Universidade Nacional do trabalho, tendo em vista a articulação dos respectivos programas, de modo que seus órgãos tornem-se mutuamente complementares e que os alunos graduados nos cursos básicos de uma possam fazer a especialização tecnológica ou científica na outra;

IV – organizar um sistema de bolsas de estudo para jovens

residentes em Brasília, que sejam aprovados em exames vestibulares, enquanto não entrarem em funcionamento os cursos da Universidade de Brasília.

Art. 3º - A Comissão instalará, em Brasília, em colaboração com órgãos de administração federal e da Prefeitura, um Centro de Documentação, destinado a atender às necessidades de informação bibliográfica e técnica atualizada dos serviços de assessoramento dos poderes públicos instalados na federal, que constituirá o núcleo inicial da Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

Parágrafo único – Ficam os Diretores dos órgãos federais, autárquicos e paraestatais com a responsabilidade de, quando solicitados, prover o Centro de Documentação de coleções de suas publicações e de entregar, doravante, dois exemplares de todas as suas futuras publicações.

Art. 4º - Os órgãos federais, autárquicos e paraestatais prestarão à Comissão de Planejamento a colaboração que lhes for solicitada.

Parágrafo único – A Comissão poderá firmar convênios e receber doações de entidades públicas e privadas para a aplicação no seu objetivo de promover a implantação das diversas unidades da Universidade de Brasília.

Art. 5º - Compete ao Coordenador-geral designar Assessores Especializados com a incumbência de elaborar os planos de estruturação, de equipamento e instalação das diversas unidades universitárias, bem como os programas de aperfeiçoamento de pessoal docente no País e no exterior.

Art. 6º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Chegado o projeto de lei nº 1.861, de 1960, ao Congresso Nacional e, como de praxe, percorreu todas as comissões técnicas específicas.

Ali, os debates sobre o projeto foram acalorados. Houve prós e contras.

O deputado Raul Pilla atreveu-se a dizer:

Uma universidade é uma instituição social e, como tal, requer um ambiente social adequado. Não se pode fundar uma verdadeira universidade no deserto. Ela requer uma série de instituições complementares, um meio adequado, um ambiente adequado. E é isso o que ainda não há em Brasília.

Haverá, certamente, daqui a dez, vinte, trinta anos. Esta é justamente a mais grave objeção. Não compreendo este açodamento. No tempo do Presidente Juscelino Kubitschek, isso se compreenderia.

Como este, houve muitos outros pronunciamentos.

Mas, ao lado desses arrepios, o projeto de lei nº 1.861, de 1960, foi convertido na Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, e sancionada pelo presidente João Goulart.

Com base nesta lei foi promulgado o Decreto nº 500, de 15 de janeiro de 1962, cujo teor adiante se lê, instituindo a “Fundação Universidade de Brasília”.

Decreto nº 500, de 15 de janeiro de 1962.

Institui a Fundação Universidade de Brasília.

O Presidente do Conselho de Ministros, usando da atribuição que lhe confere o artigo 18, inciso III, do Ato Adicional à Constituição Federal, decreta:

Art. 1º Fica instituída a Fundação Universidade de Brasília, nos termos da Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961.

Art. 2º - A Fundação Universidade de Brasília reger-se-á pelo Estatuto que com este baixa, assinado pelo Ministro da Educação e Cultura.

Art. 3º - este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de janeiro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

Tancredo Neves
Antônio de Oliveira Britto.

INAUGURAÇÃO DA UNIVERSIDADE

A Universidade de Brasília foi inaugurada, em instalações

precárias, em 21 de abril de 1962. Darcy Ribeiro foi nomeado seu primeiro Reitor, tendo como Vice-reitor Anísio Spíndola Teixeira. Com a saída de Darcy Ribeiro para Ministro da Educação e Cultura, foi substituído por Anísio Teixeira, na reitoria, ficando Vice-Reitor Frei Mateus Rocha, da Ordem dos Dominicanos.

CONCLUSÃO

Aqui se mantém incólume a origem histórica da Fundação Universidade de Brasília. Esta origem histórica permanece gravada no bronze da memória, segundo Horácio que pontifica: *Veritas immortalis est, et perpetua*: “A verdade é imortal e perpétua.”

E consciente, duplamente consciente, despacho: *Exegi monumentum aere perenius*: “Concluí um monumento mais duradouro que o bronze.”

*Nonato Silva
Acadêmico e 2º Vice-Presidente do IHG-DF

Projeto Rondon

A Concepção Político Eestratégica dos CAMPI Avançados

.....

*Sérgio Mário Pasquali**

As comemorações dos 40 anos do *“integrar para não entregar”*, lema que mobilizou em todos estes anos mais de 400 mil universitários através do Projeto Rondon na sua luta pela integração e ocupação racional da Amazônia, tornam oportuno recordar a concepção estratégica do que se convencionou chamar de *“Campus Avançado”*.

A ideia dos *campi avançados* como uma evolução no contexto do Projeto Rondon foi surgindo naturalmente. Quando não havia os campi, os universitários ponderaram nas avaliações dos resultados alcançados que as esperanças despertadas nas populações assistidas não poderiam ser frustradas. Percebia-se que o Projeto Rondon não poderia continuar a ser visto apenas como uma mera atividade para as férias escolares. Daí a idéia de dar continuidade as ações criando os campi avançados.

A estratégia seria vê-lo integrado e fazendo parte dos programas de extensão, definitivamente inserido nos currículos acadêmicos das Universidades. Pensava-se a Instituição Universitária como um todo – a inteligência, o conhecimento e a vontade de seus corpos docente e discente -, na liderança do programa, participando efetiva e tecnicamente do processo de desenvolvimento e integração nacional.

Assim, os *campi avançados*, seriam como que “extensões universitárias”, de atuação permanente durante todo o ano, implantadas fora dos limites de suas respectivas áreas geo-educacionais, integradas ao meio e às comunidades das regiões onde estivessem instalados, deles retirando elementos que serviriam para retro-alimentação do sistema de pesquisa/ensino/aprendizagem. Imaginava-se que os *campi avançados*, pela qualificação dos Recursos Humanos nele envolvidos, inicialmente atuariam como elementos de atração das comunidades ao seu redor para, posteriormente, se transformarem em pólos de irradiação do desenvolvimento auto-sustentável dessas comunidades.

Embora naquela época não se considerasse a importância da preservação do meio ambiente, pela vivência na região, os coordenadores e estagiários do Projeto Rondon sentiam que a ocupação da Amazônia não deveria ser feita de forma contínua nem por grandes contingentes populacionais. Se isso viesse a acontecer, a floresta, sem dúvida, acabaria por ser paulatinamente destruída. Daí porque já se debatia a ideia de que essa ocupação devesse vir a ocorrer de forma nucleada e por efetivos

populacionais menores.

Pensava-se, também, agregar uma nova dimensão aos trabalhos historicamente realizados pelas Forças Armadas, quando da demarcação e defesa desse imenso território, e pela Igreja, na ação catequética. Apostou-se, então, na presença das Universidades para a liderança desse processo de desenvolvimento, principalmente, com instituições de ensino superior vindas de outras regiões do País. Sempre com a ideia de integrar no processo diversas origens culturais, tal como ocorrera no passado nas Regiões Sul e Sudeste. Apostava-se, também, na criação de novas fronteiras de trabalho para os profissionais de nível superior, pela interiorização de muitos dos que tivessem estagiado nesses *campi*. Através desse programa, pretendia-se que os futuros líderes deste País vivenciassem os enormes problemas estruturais nele existentes, mobilizando-os para que pudessem melhor compreender a natureza dos mesmos, indo às suas verdadeiras causas, sem se ater apenas aos seus efeitos.

Tinha-se certeza que esse “choque” com realidades tão diferentes lhes despertaria uma maior consciência de suas responsabilidades, desenvolvendo nos mesmos, apurado senso crítico, que os faria ver e sentir que o Brasil urbano, dos grandes centros, não é o mesmo Brasil da longínqua Amazônia ou do árido Nordeste e, como desdobramento lógico dessa percepção direta, ampliaria seus horizontes de análise e de futura capacidade de intervir para corrigir ou minimizar tais desníveis.

Como tudo, aliás, no Projeto Rondon, os *campi avançados* não foram planejados de cima para baixo, nem originados de um projeto acabado, concebido por sua Coordenação Geral ou como proposta de algum programa ou órgão governamental. Na realidade, foi se estruturando e se aperfeiçoando, progressivamente, ao longo de sua fase de execução. Para tanto, a localização desses *campi avançados*, e a escolha das respectivas Universidades que os operariam, obedeceram a um criterioso estudo de viabilidade e de mobilização das comunidades e dos órgãos governamentais envolvidos, sob a consideração do significado político-estratégico que os mesmos passariam a representar no quadro geral de todo o processo do desenvolvimento e da integração nacional.

A resposta das Universidades e demais Instituições de Ensino Superior foi imediata. Mais uma vez, a evolução do Projeto Rondon surpreendia. Sua dimensão geopolítica se sobrepunha a todas as demais. Em 1989, quando da extinção oficial da Fundação Projeto Rondon, e conseqüente término de todos os programas a ela vinculados, já eram em número de 23 os *campi avançados* implantados e em atuação, envolvendo a participação de 55 Instituições de Ensino Superior (35 Universidades e 20 Escolas Isoladas de Ensino Superior).

A visão do mapa [dos *campi avançados*] mostra o quanto a integração da Amazônia norteou a estratégia que orientou a localização desses *campi*. Mostra também, a preocupação em trazer para operar os mesmos, Universidades originárias das diferentes regiões culturais que integram este País Continente, visando, por um lado, levar o conhecimento da realidade amazônica para essas regiões e, de outro, promover a integração, na Amazônia, dos diferentes traços culturais e segmentos humanos que compõem a Nação Brasileira.

Durante um espaço de tempo de cerca de vinte e dois anos, esses 23 *campi avançados*, devidamente instalados e equipados (com alojamentos e demais instalações de apoio administrativo, salas de aulas, laboratórios, veículos, lanchas, barcos ambulatoriais etc) propiciaram a mais de 120.000 universitários e professores das 55 instituições de Ensino Superior nele envolvidas, a oportunidade de conhecer e conviver com realidades assimétricas e díspares. Participando de seu processo de desenvolvimento, interiorizando a ação da Universidade com a prestação de serviços aos órgãos públicos, promovendo o envolvimento das comunidades com as ações governamentais, aperfeiçoando e qualificando mão de obra, adequando à realidade do grande interior brasileiro e às peculiaridades desse mercado de trabalho e, acima de tudo, preparando o universitário para o exercício consciente da cidadania, com fundamento nos princípios do idealismo, que aprimoram o caráter e asseguram a prevalência dos valores espirituais e morais, os quais sempre constituíram a base de todo o ideário do Projeto Rondon.

Diante de tudo o que foi dito, a ideia dos *campi avançados*, evidentemente que, com os devidos ajustes e aperfeiçoamentos impostos pela conjuntura atual, continuaria válida e se apresentaria como uma resposta “caseira” e consistente demonstração da capacidade brasileira de se contrapor de forma eficaz a essa “invasão silenciosa”.

Seria um programa passível de desencadeamento quase imediato, sem a exigência prévia de qualquer ajuste. Haja visto as insistentes solicitações para a volta do Programa Campus Avançado, de prefeituras municipais da Amazônia ao Projeto Rondon, que a partir de 1990, foi transformado pelos rondonistas em uma OSCIP e que desde então está por todo o País, em constante atividade, fiel à sua missão, objetivos e princípios.

A repercussão política e social de um programa dessa natureza dispensa maiores comentários. Quanto à viabilidade de sua execução, o Projeto Rondon não tem qualquer dúvida. Uma vez que, no passado, em condições talvez bem mais difíceis, foi exequível. Hoje, depois de quatro décadas de idealismo e de comprovação de seu potencial de mobilização e de sua capacidade em agregar diversos segmentos para trabalhar por um

RELAÇÃO DOS CAMPI COM AS RESPECTIVAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - 1989

- 01 - Campus Avançado de Roraima**
Universidade Federal de Santa Maria
- 02 - Campus Avançado de Tefé**
Universidade Federal de Juiz de Fora
- 03 - Campus Avançado de Parintins**
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- 04 - Campus Avançado do Médio Araguaia**
Fundação Universidade de Brasília
- 06 - Campus Avançado de Cruzeiro do Sul**
Universidade Estadual de Campinas
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Fundação Padre Anchieta de Jundiá
Instituto Nacional Piracicabano
- 07 - Campus Avançado de Xapurí**
Fundação Universidade Federal do Acre
Universidade Federal do Ceará
- 08 - Campus Avançado de Santarém**
Universidade Federal de Santa Catarina
Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
- 09 - Campus Avançado de Altamira**
Universidade Federal de Viçosa
Faculdades Integradas de Uberaba
Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro
Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro
- 10 - Campus Avançado de Marabá**
Universidade de São Paulo
- 11 - Campus Avançado de Barreiras**
Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal de Minas Gerais
- 12 - Campus Avançado de Irecê**
Universidade Mackenzie
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Associação de Ensino “João Ramalho”-
Organização Santamarense de Educação e Cultura
Faculdades Metropolitanas Unidas
- 13 - Campus Avançado de Picos**
Universidade Federal de Goiás

Fundação Universidade Federal do Piauí
Faculdade de Odontologia João Prudente de Anápolis, GO
Escola Superior de Educação Física de Goiás

14 - Campus Avançado de Imperatriz

Universidade Federal do Paraná
Universidade Federal do Maranhão

15 - Campus Avançado de Humaitá

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP
Faculdade de Educação de Avaré
Fundação Educacional de Bauru
Fundação Universidade do Amazonas

16 - Campus Avançado do Alto Solimões

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

17 - Campus Avançado de Itaituba

Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina
Fundação Educacional da Região de Blumenau
Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina
Fundação das Escolas Unidas Planalto Catarinense

18 - Campus Avançado do Amapá

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Centro de Estudos Superiores do Pará
Faculdade Estadual de Medicina do Pará

19 - Campus Avançado de Cáceres

Universidade Federal de Pelotas
Universidade Católica de Pelotas
Fundação Universidade Federal do Mato Grosso

20 - Campus Avançado do Vale do Jequitinhonha

Universidade Católica de Minas Gerais
Escola Superior de Agricultura de Lavras
Escola Superior do ABC Paulista

21 - Campus Avançado de Parnaíba

Universidade Federal do Espírito Santo

22 - Campus Avançado de Limoeiro do Norte

Fundação Universidade de Londrina
Universidade Estadual do Ceará

23 - Campus Avançado do Alto Rio Negro

Universidade Federal de Pernambuco
Universidade Federal Rural de Pernambuco

55 Instituições de Ensino Superior



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL

RELAÇÃO NOMINAL DOS SÓCIOS ACADÊMICOS

Adalberto Lassance de Albuquerque

Cadeira nº.: 38

Patrono: Antônio Americano do Brasil

Adison do Amaral

Cadeira nº.: 103

Patrono: Benjamin Constant

Adonias dos Reis Santiago

Cadeira nº.: 44

Patrono: Elias Brito Sobrinho

Affonso Heliodoro dos Santos

Cadeira nº.: 76

Patrono: Juscelino Kubitschek

Afonso Ligório Pires de Carvalho

Cadeira nº.: 35

Patrono: Mário Augusto Teixeira de Freitas

Alaor Barbosa dos Santos

Cadeira nº.: 68

Patrono: Domingos Velasco

Alarico Ottoni Ramos Verano

Cadeira nº.: 104

Patrono: Guimarães Rosa

Albene Miriam Menezes Klemi

Cadeira nº 21

Patrono: Tiradentes

Alberto Martins Silva

Cadeira nº.: 10

Patrono: Deodoro da Fonseca

Amador de Arimathéa

Cadeira nº.: 91

Patrono: Salviano Guimarães

Anderson Braga Horta

Cadeira nº.: 46

Patrono: Medeiros e Albuquerque

Anderson Batista de Melo

Cadeira nº 22

Patrono: Djalma Polli Coelho

Antônio Carlos E. Osório

Cadeira nº.: 47

Patrono: José Ludovico de Almeida

Antonio Renato Alves Rainha

Cadeira nº 36

Patrono: Euclides da Cunha

Antônio Pimentel

Cadeira nº 40

Patrono: Engenheiro Meireles

Antonio Temóteo dos Anjos Sobrinho

Cadeira nº.: 08

Patrono: Clóvis Salgado da Gama

Arnaldo Serafim

Cadeira nº.: 115

Patrono: Aires da Mata Machado

Aureo Mello

Cadeira nº.: 119

Patrono: Filipe dos Santos

Branca Borges Góes Bakaj

Cadeira nº.: 45

Patrono: Olavo Bilac

Carlos Fernando Mathias de Souza

Cadeira nº.: 11

Patrono: João Capistrano de Abreu

Carlos Mário da Silva Velloso

Cadeira nº.: 51

Patrono: Ribeiro da Costa

Celita Oliveira Souza

Cadeira nº.: 43

Patrono: Pe. Primo Scussolino

Cleusa Neves da Silva Lopes

Cadeira nº.: 96

Patrono: Altamiro de Moura Pacheco

Clodomir Padilha Alves da Silva

Cadeira nº.: 101

Patrono: Ernesto Silva

Danilo Gomes

Cadeira nº.: 54

Patrono: Pe. Osvaldo Sérgio Lobo

Dario de Souza Clementino

Cadeira nº.: 105

Patrono: Pedro Aleixo

Demóstenes Tres Albuquerque

Cadeira nº.: 28

Patrono: Gen. Ernesto Dornelles

Dinair Andrade da Silva

Cadeira nº.: 56

Patrono: Pedro Ludovico

Diniz Esteves

Cadeira nº.: 114

Patrono: Aurélio de Lyra Tavares

Dorália Duarte Galesso

Cadeira nº.: 05

Patrono: Cândido Mariano Rondon

Eugênio Pedro Giovenardi

Cadeira nº.: 94

Patrono: Gilberto Freyre

Fábio de Souza Coutinho

Cadeira nº.: 74

Patrono: Eurico Gaspar Dutra

Fagundes de Oliveira

Cadeira nº.: 61

Patrono: Lauro Sodré

Fernando Lourenço Fernandes

Cadeira nº.: 41

Patrono: Domingos Jorge Velho

Fidelis Paulo Damião

Cadeira nº.: 65

Patrono: Hekel Tavares

Flávio Mendes de Oliveira Castro

Cadeira nº.: 106

Patrono: Barão Duarte da Ponte Ribeiro

Francisco Ferreira de Castro

Cadeira nº.: 58

Patrono: Joaquim Nogueira Paranaguá

Francisco Ozanan C. C. de Alencar

Cadeira nº.: 123

Patrono: Jorge Pelles

Francisco Xavier da Silva Guimarães

Cadeira nº.: 59

Patrono: Adroaldo Mesquita da Costa

Geraldo Campos

Cadeira nº.: 63

Patrono: José Maciel de Paiva

Gilberto Amaral

Cadeira nº.: 60

Patrono: Felinto Epitácio Maia

Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Cadeira nº.: 14

Patrono: Santiago Dantas

Jairo Valladares Pinto

Cadeira nº.: 66

Patrono: André Malraux

Jarbas Gonçalves Passarinho

Cadeira nº.: 67

Patrono: Nelson Carneiro

Jarbas Silva Marques

Cadeira nº.: 53

Patrono: Segismundo Araújo Mello

João Carlos Taveira

Cadeira n.º: 70

Patrono: Thomaz Antônio Gonzaga

João Henrique Serra Azul

Cadeira n.º: 71

Patrono: Pe. Antônio Tomaz

Joaquim Campelo Marques

Cadeira n.º:30

Patrono: Hipólito José da Costa

Joaquim Domingos Roriz

Cadeira n.º:09

Patrono: Bernardo Sayão

José Adirson de Vasconcelos

Cadeira n.º: 27

Patrono: Francisco A de Varnhagen

José Antônio Prates

Cadeira n.º: 29

Patrono: Darcy Ribeiro

Pe. José Carlos Brandi Aleixo

Cadeira n.º: 72

Patrono: Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota

José Carlos Gentili

Cadeira n.º: 73

Patrono: Dario Cardoso

José Luiz de Moura Pereira

Cadeira n.º: 01

Patrono: Barão de Mauá

José Maria Bezerra de Paiva

Cadeira n.º:107

Patrono: Alphonsus Guimaraens

José Santiago Naud

Cadeira n.º: 77

Patrono: Luiz Carlos Prestes

Lélio Viana Lôbo

Cadeira n.º: 79

Patrono: Santos Dumont

Lenine Fiuza Lima

Cadeira n.º: 80

Patrono: Pedro Américo

Léo da Silva Alves

Cadeira n.º: 64

Patrono: Oscar Niemeyer

Lincoln Magalhães da Rocha

Cadeira n.º: 82

Patrono: Silvio Romero

Lourenço Fernando Tamanini

Cadeira n.º: 32

Patrono: Lauro Müller

Lourierdes Fiza dos Santos

Cadeira n.º: 83

Patrono: Machado de Assis

Lucília de Almeida Neves Delgado

Cadeira n.º:116

Patrono: Alvarenga Peixoto

Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira

Cadeira n.º: 85

Patrono: Edgard Roquete Pinto

Luiz Carlos Fontes de Alencar

Cadeira n.º: 75

Patrono: João Alberto Lins e Barros

Luiz Solano

Cadeira n.º: 86

Patrono: Gelmires Reis

Luiz Van Beethoven Benício de Abreu

Cadeira n.º: 18

Patrono: Duque de Caxias

Lusitano Abrantes Malheiro

Cadeira n.º: 88

Patrono: Vasco da Gama

Manoel Soriano Neto

Cadeira n.º: 89

Patrono: Everaldo Backeuser

Márcio Cotrim

Cadeira n.º: 90

Patrono: Josué Montello

Marcone Formiga

Cadeira n.º:49

Patrono: Edílson Cid Varela

Maria de Souza Duarte
Cadeira nº: 03
Patrono: Pompeu de Sousa

Mário de Almeida
Cadeira nº: 100
Patrono: Júlia Kubitschek

Mário Tomelin
Cadeira nº: 93
Patrono: Henrique Teixeira Lott

Maristela de Melo Neves
Cadeira nº.: 57
Patrono: Jerônimo Coimbra Bueno

Mercedes Gassen
Cadeira nº: 108
Patrono: Florestan Fernandes

Miguel Setembrino Emery de Carvalho
Cadeira nº: 120
Patrono: Viriato Correia

Napoleão Valadares
Cadeira nº: 42
Patrono: Carlos de Laet

Nina Tubino
Cadeira nº: 95
Patrono: Jofre Mozart Parada

Osmar Alves de Melo
Cadeira nº: 130
Patrono: Barão do Rio Branco

Palmerinda Vidal Donato
Cadeira nº: 109
Patrono: Atílio Fontana

Pedro Wilson C. de Albuquerque
Cadeira nº: 12
Patrono: Bartolomeu Bueno da Silva

Paulo Castelo Branco
Cadeira nº 81
Patrono: Pedro Calmon

Raimundo Nonato da Silva
Cadeira nº: 97
Patrono: Antônio Gonçalves Dias

Romeu Barbosa Jobim
Cadeira nº: 117
Patrono: Bárbara Eliodoro

Ronaldo Costa Couto
Cadeira nº: 128
Patrono: Antônio Francisco Lisboa

Ronaldo Poletti
Cadeira nº.:48
Patrono: Donald Belcher

Rubem Azevedo Lima
Cadeira nº: 99
Patrono: Neiva Moreira

Saulo Santiago Manso Pereira
Cadeira nº: 24
Patrono: Eugênio Hussak

Sérgio Mário Pasquali
Cadeira nº: 33
Patrono: João Batista M. de Moraes

Sophia Wainer
Cadeira nº: 110
Patrono: Cyro dos Anjos

Tarcízio Dinoá Medeiros
Cadeira nº: 06
Patrono: José Bonifácio de Andrade e Silva

Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento
Cadeira nº: 121
Patrono: Joaquim Nabuco

Vera Lúcia Ferreira Ramos
Cadeira nº: 34
Patrono: Ernesto Ule

Victor José de Mello Alegria Lobo
Cadeira nº: 15
Patrono: Fernão Dias Paes Leme

Wasny Nakle de Roure
Cadeira nº: 02
patrono: Cora Coralina

William D. Almeida de Carvalho
Cadeira n°: 111
Patrono: Joaquim Felício dos Santos

Willon Wander Lopes
Cadeira n°: 50
Patrono Íris Meinberg

SÓCIOS FUNDADORES

Ari Cunha
Armando José Buchmann

SÓCIOS EMÉRITOS

Benjamin Roriz
Maria Luiza Dornas
Pedro Henrique Lopes Bório

SÓCIOS HONORÁRIOS

Antonio Soares Neto
Moacyr dos Santos França
Lilia Portugal Magnavita

SÓCIO BENEMÉRITO

Antônio José Matias de Souza
Elson Cascão
Hélio Lobato de Almeida
Laudenor de Sousa Limeira
Luiz Imbroisi

Ficha Técnica

Software

CorelDrawX5 - Photoshop 7.0

Fonte

Gloucester MT Extra Condensed - Corpo 41 e 12
Times New Roman - Corpo 16, 11 e 9

Formato

220 x 155 mm

Mancha Gráfica

115 x 165 mm

Papel - Miolo 200 pag.
Off-Set 76 g/m²

Impressão - Miolo
Preto Escala Europa

Papel - Capa

Cartão Supremo Royal 230 g/m² - Plastificada

Impressão - Capa

Verde Petróleo - Cromos

Editoração Eletrônica e Capa

Oswaldo Sergio (Dinho)

Apoio Editorial e Preparação de Originais

Agnês de Lima Leite

76
sete meia
a gráfica na medida
grafica@setemeia.com
(61) 3376.7676



Capa: Composição de imagem do Mapa do Distrito Federal - Atlas Histórico/1894 - Missão Cruls e foto da chegada de Candangos à Brasília/1959.

